



## **MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS**

### **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2014**

28 de março de 2014

Reapresentado em 14 de abril de 2014

## **SUMÁRIO**

I. INTRODUÇÃO.....	3
II. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE .....	4
III. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	5
IV. CONVITE.....	6
V. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS.....	7
VI. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA .....	10
VII. ANEXOS .....	18
ANEXO A .....	19
MODELO DE PROCURAÇÃO.....	19
ANEXO B .....	21
COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA .....	21
ANEXO C .....	75
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO.....	75
ANEXO D .....	83
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014.....	83
ANEXO E.....	84
INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL .....	84
ANEXO F.....	90
PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL .....	90
ANEXO G .....	107
INFORMAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 37 DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA .....	107
Capítulo I.....	108
Capítulo II .....	109
Capítulo III .....	114
Capítulo IV .....	116
CAPÍTULO V .....	127
Capítulo VI.....	128
Capítulo VII.....	130
Capítulo VIII .....	134
Capítulo IX.....	137
Capítulo X .....	138
Capítulo XI.....	138
Capítulo XII.....	139
ANEXO H .....	140
DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS.....	140
ANEXO I.....	141
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA.....	141

## I. INTRODUÇÃO

O presente manual (“Manual”) foi elaborado pela Administração da Forjas Taurus S.A. (“Companhia” ou “Taurus”) com vistas a reunir informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2014 (“Assembleia”).

A Administração da Companhia recomenda a aprovação de todas as matérias constantes deste Manual, as quais foram aprovadas sem restrições pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2014.

## II. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

**Prezados Acionistas,**

Temos a satisfação de apresentá-los a este Manual preparado com o objetivo de consolidar esclarecimentos sobre procedimentos e orientações de voto aos Senhores Acionistas a respeito das deliberações constantes da ordem do dia da Assembleia, a qual será realizada na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Dentre os anexos a este Manual, destacamos a existência de um modelo de procuração para facilitar sua participação e o exercício de seu voto na Assembleia.

Para seu exame na apreciação das matérias a serem deliberadas apresentamos como anexos deste Manual os documentos referentes a cada matéria constante da ordem do dia. O Manual para participação na Assembleia foi elaborado em consonância com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), notadamente em relação à disponibilidade das informações previstas pela Instrução CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 480”), bem como pela Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481”).

Informamos que, para instalação de cada Assembleia, será necessário um quórum específico, sendo no caso (i) da Assembleia Ordinária, a presença de, pelo menos, 25% do capital votante da Companhia; e (ii) da Assembleia Extraordinária, de, pelo menos, dois terços do capital votante da Companhia. Caso qualquer quórum legal não seja atingido, a Companhia anunciará apenas a instalação da Assembleia Ordinária ou a nova data para a realização das Assembleias em segunda convocação. Nessa ocasião, a tanto a Assembleia Ordinária quanto a Assembleia Extraordinária poderão ser instaladas com a presença de, pelo menos, um acionista.

A Companhia poderá ter conhecimento prévio da existência de um quórum suficiente para a instalação de cada Assembleia logo em primeira convocação com pelo menos 72 horas de antecedência ao início da Assembleia.

A este respeito, os melhores esforços serão envidados para que a Assembleia se instale e se realize em primeira convocação e, para tanto, a sua participação é muito importante para a Companhia, especialmente após a migração para o Nível 2 de Governança Corporativa, quando esperamos maior participação dos acionistas.

O Manual da Companhia foi elaborado para que nossos acionistas tenham facilidade de acesso às informações pertinentes à Assembleia.

Além disso, a área de Relações com Investidores está à disposição para esclarecer qualquer dúvida em relação ao material aqui apresentado e às matérias objeto da Assembleia, buscando sempre aprimorar nossos canais de comunicação.

Atenciosamente,

**André Ricardo Balbi Cerviño**

Diretor Presidente

### III. **MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Prezados Acionistas,**

É com muita satisfação que convido os Senhores Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Forjas Taurus S.A., convocada nesta data para o dia 30 de abril de 2014, às 9h, na sede da Companhia, localizada na Avenida do Forte, n.º 511, Vila Ipiranga, Porto Alegre/RS – Brasil. Os assuntos a serem deliberados na Assembleia estão descritos no Edital de Convocação e neste Manual. Por favor, leia-o com atenção.

Seu voto é muito importante para a Companhia, pois depois de quase dois anos de consolidação da reestruturação societária que levou à migração para o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA realizada em 07 de julho de 2011; de aquisições locais e internacionais consistentes com a visão de futuro da Administração, podemos dizer que a Companhia ingressa em uma nova fase em 2014.

Na Assembleia, contaremos com a presença de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Diretor Presidente, da Diretora de Relações com Investidores e demais Diretores, além de representante dos Auditores Externos, os quais poderão prestar quaisquer informações relativas aos assuntos submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas.

Contamos com sua presença.

Obrigado por sua atenção,

**Luis Fernando da Costa Estima**  
Presidente do Conselho de Administração

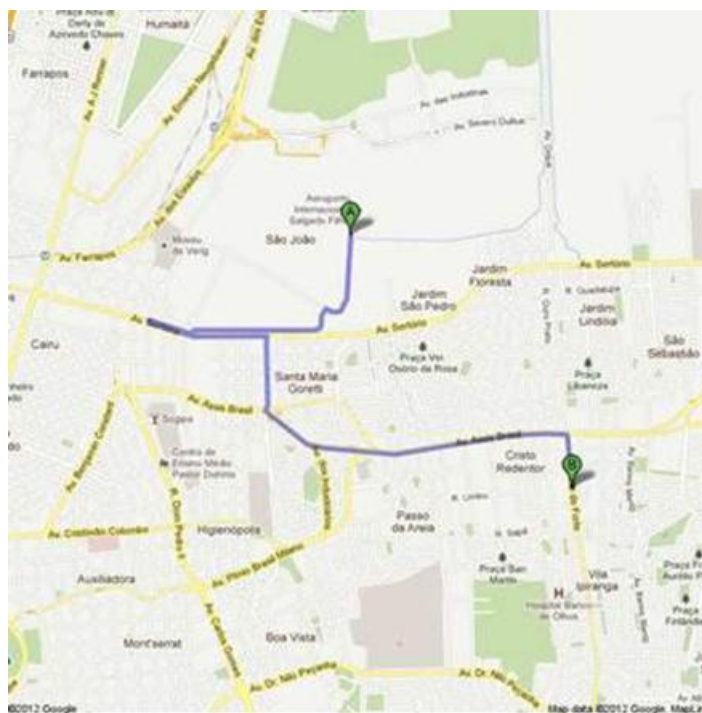
#### IV. CONVITE

**DATA:** 30 de abril de 2014

**HORÁRIO:** 9:00 horas

**LOCAL:** Sede social da Companhia, localizada na Av. do Forte, n.º 511 - Vila Ipiranga, CEP: 91.360-000, Porto Alegre, RS – Brasil

**MAPA:** Indica o percurso do Aeroporto Internacional Salgado Filho até a Companhia:



**MATÉRIAS:** **Em Assembleia Ordinária:** (1) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Comitê de Auditoria e Risco, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013; (2) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2014; (3) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2014; (4) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; (5) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2014, fixando a remuneração global no montante de até R\$503.196,00, equivalente a 10% da remuneração global da diretoria estatutária; e (6) examinar, discutir e votar a rerratificação das Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, das contas dos administradores, do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, do Parecer do Comitê de Auditoria e Risco e do Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo todos os pareceres reemitidos sem qualquer ressalva ou divergência. **Em Assembleia Extraordinária:** (1) examinar, discutir e votar a proposta de alteração do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, de modo a aclarar a ausência de limitação referente à remuneração anual, quando a participação decorra de remuneração a ser paga no âmbito de planos de incentivo, estímulo ou participação.

## V. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

Para participar da Assembleia, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar:

- (i) documento de identidade;
- (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a quatro dias contados da data prevista para a realização da Assembleia; ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e
- (iii) se for o caso, instrumentos de mandato para representação do Acionista por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do art. 126, §1º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor (“Lei das S.A.”), desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo (cópia do estatuto social, do contrato social ou do regulamento do fundo de investimento atualizado e do ato que investe o representante dos poderes necessários).

### Observações:

(1) Para os fins do item “i” acima, a Companhia aceitará os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedida por órgão autorizado; (ii) Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado; (iii) Passaporte válido expedido por órgão autorizado; (iv) Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); e (v) carteira nacional de habilitação com foto (CNH nova).

(2) Com relação ao item “ii” acima, os documentos deverão ser requeridos aos órgãos competentes com antecedência de três dias úteis antes da data de entrega pretendida, que deverá estar especificada no requerimento.

(3) Para os fins do item “iii” acima, no caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado (como no caso dos administradores de sociedades por ações nomeados pelo seu conselho de administração ou nomeados diretamente pela assembleia geral), é necessário que o acionista comprove

a validade da nomeação, providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente, bem como respectiva publicação (quando aplicável).

(4) Também para os fins do item “iii” acima, no caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador e/ou gestor do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da regulamentação que lhe for aplicável.

(5) Ainda para os fins do item “iii” acima, no caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverão passar por processo de notariação e consularização, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma dessas três línguas mencionadas.

(6) Com o propósito de facilitar a participação na Assembleia dos Acionistas que desejarem ser representados por procurador, a Administração da Companhia informa que encontra-se a disposição dos Senhores Acionistas, como mera cortesia e sem qualquer compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo A deste Manual, bem como os advogados Simone Tais Baguinski ou Pedro Flach Junior da Companhia caso o acionista não tenha quem indicar. Não havendo necessidade dos mesmos, caberá aos Senhores Acionistas nomear seus respectivos procuradores e observar os requisitos indicados neste item “V – Representação dos Acionistas”.

A respeito do Anexo A e do nome acima indicado, a Administração da Companhia ressalta que os Senhores Acionistas, em nenhuma hipótese e sob qualquer pretexto, deverão considerar que tal sugestão de texto e nome de procuradores configura um pedido público de procuração para os fins do Artigo 23 da Instrução CVM 481, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à vossa disposição.

Os originais ou cópias dos documentos citados neste item “V – Representação dos Acionistas” deverão ser entregues na sede da Companhia até o início da Assembleia.

Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem, preferencialmente até às 18:00 horas do dia 28 de abril de 2014, o envio de cópia dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos via fax-símile para o número (51) 3021-3110, em atenção à Área de Relações com Investidores (A/C Felipe Gaspar Oliveira ou Doris Wilhelm); por e-mail para [ri@taurus.com.br](mailto:ri@taurus.com.br), [doris.wilhelm@taurus.com.br](mailto:doris.wilhelm@taurus.com.br); ou, ainda, para o seguinte endereço:

**Forjas Taurus S.A.**

Avenida do Forte, n.º 511 - Vila Ipiranga, CEP 91360-000

Porto Alegre, RS - Brasil

A/C Diretoria de Relações com Investidores

Doris Wilhelm



Por fim, esclarecemos que a apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais, exceto se a apresentação antecipada dos documentos for de cópias autenticadas por notário competente. No caso de apresentação de cópias autenticadas, a Companhia colocará as vias autenticadas entregues à disposição dos acionistas no dia seguinte à realização da Assembleia, mediante pedido por escrito entregue na sede da Companhia na mesma data de realização da Assembleia.

## **VI. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA**

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia. Dessa forma, este Manual apresenta, de forma sistemática, as informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, ou indica o local em que algumas dessas informações encontram-se disponíveis.

A Administração da Companhia informa que os documentos e informações referidos (i) no Artigo 133 da Lei das S.A., no Artigo 25 da Instrução CVM 480, e nos Artigos 9, 10 e 12 da Instrução CVM 481, relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Ordinária; e (ii) no artigo 11 da Instrução CVM 481, relacionados à matéria objeto da ordem do dia da Assembleia Extraordinária, estão disponíveis a partir desta data na sede da Companhia e nos *websites* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) e na seção de relações com investidores da Companhia ([www.taurusri.com.br](http://www.taurusri.com.br)), tendo sido disponibilizados na CVM após o pregão do dia 28 de março de 2014.

### **VI. (A) ASSEMBLEIA ORDINÁRIA**

A Companhia deve promover a realização de uma Assembleia Ordinária anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, conforme disposto no Artigo 132 da Lei das S.A. e no Artigo 12 de seu Estatuto Social, para deliberar sobre as seguintes matérias:

- (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício;
- (2) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, se aplicável; e
- (3) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, conforme o caso.

Ademais, a Assembleia Ordinária deve também fixar o montante global da remuneração dos administradores, nos termos do Artigo 152 da Lei das S.A. e do §1º do art. 10 do Estatuto Social da Companhia.

**(i) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Comitê de Auditoria e Risco, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013; e**

**(vi) Examinar, discutir e votar a rerratificação das Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, das contas dos administradores, do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, do Parecer do Comitê de Auditoria e Risco e do Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo todos os pareceres reemitidos sem qualquer ressalva ou divergência.**

As contas dos administradores são apresentadas junto do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras elaboradas pela Diretoria da Companhia. Antes de serem levadas ao conhecimento e aprovação dos acionistas, as contas devem ser aprovadas previamente pelo seu Conselho de Administração. Após a opinião dos Conselheiros Fiscais, as contas são por fim submetidas à Assembleia.

O Relatório da Administração contém informações de caráter financeiro e não financeiro, além de informações estatísticas e operacionais, sobre a análise e discussão das principais contas da Demonstração do Resultado do Exercício. O Relatório da Administração contém, ainda, informações relacionadas aos colaboradores, responsabilidade social, mercado de capitais, governança corporativa, dentre outras.

As Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia, permitindo aos Senhores Acionistas avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Companhia. Ademais, referido documento deve ser elaborado de acordo com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária e as normas complementares editadas pela CVM.

As Demonstrações Financeiras são compostas por cinco documentos, a saber:

- (i) Balanço Patrimonial;
- (ii) Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados;
- (iii) Demonstração do Resultado do Exercício;
- (iv) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- (v) Demonstração do Valor Adicionado.

Ademais, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Financeiras, no intuito de complementá-las, além de auxiliar sua análise e entendimento, ao indicar os seguintes aspectos:

- (i) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- (ii) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes;
- (iii) o valor de elementos do ativo resultantes de novas avaliações;
- (iv) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- (v) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- (vi) o número, as espécies e as classes das ações do capital social;
- (vii) as opções de compras de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- (viii) os ajustes de exercícios anteriores; e
- (ix) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

#### **Apresentação das Demonstrações Financeiras**

Trata-se da aprovação do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e do refazimento do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 (reapresentação), bem como o exame, a discussão e a deliberação acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 (reapresentação).

Para fins de cumprimento do art. 133 da Lei das S.A. e da Instrução CVM 481, a Administração da Companhia disponibilizou aos Senhores Acionistas nesta data, 28 de março de 2014, a seguinte documentação:

- (i) Demonstrações Financeiras e notas explicativas;
- (ii) Relatório Anual da Administração sobre os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e de 31 de dezembro de 2012 (reapresentação);
- (iii) Parecer dos Auditores Independentes;

- (iv) Parecer do Conselho Fiscal;
- (v) Parecer do Comitê de Auditoria;
- (vi) Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2014;
- (vii) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes;
- (viii) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras; e
- (ix) comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do art. 9º da Instrução CVM 481 e conforme item 10 do Formulário de Referência da Companhia.

A Administração da Companhia informa que, nos termos da regulamentação, todos os documentos acima listados encontram-se consolidados e disponíveis no Sistema de Envio de Informações Periódicas e Eventuais – IPE da CVM, na categoria “Dados Econômico-Financeiros”, tipo “Demonstrações Financeiras Anuais Completas”, com exceção do documento constante do item “ix” acima, que se encontra anexo ao presente Manual como Anexo B.

Ainda sobre as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e reapresentado para 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia informa que, em linha com o processo de harmonização das práticas contábeis internacionais, a Companhia adotou integralmente os dispositivos das Leis n.º 11.638/2007 e Lei 11.941/2009 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Neste mesmo sentido, todos os pronunciamentos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos de 2008 a 2013 foram igualmente adotados quando aplicáveis à Companhia.

Ademais, a Administração da Companhia informa que o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia foram auditados pelos Auditores Independentes, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S (“E&Y”) (vide item “VI.1.B – Auditoria pelos Auditores Independentes” abaixo), previamente à aprovação pelo Conselho de Administração e à emissão da opinião do Conselho Fiscal, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

Pelo exposto, a Administração da Companhia recomenda aos seus Acionistas que examinem detidamente todos os documentos disponibilizados, a fim de deliberarem sobre a aprovação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e a rerratificação da reapresentação para 31 de dezembro de 2012.

### **Auditoria pelos Auditores Independentes**

As Demonstrações Financeiras das companhias abertas devem ser auditadas por auditor independente, registrado na CVM, estando os auditores independentes sujeitos a rodízio obrigatório a cada cinco anos. Por este motivo, as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 (reapresentadas), passaram a ser auditadas pela E&Y, em substituição à KPMG, responsável por auditar os exercícios sociais de 2007 a 2011.

Após a verificação dos registros da Companhia, a E&Y emitiu parecer aprovando sem ressalva as Demonstrações Financeiras, divulgado por meio do Sistema de Informações Periódicas – IPE.

### **Data Base das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras compreendem o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2013 e encerrado no dia 31 de dezembro de 2013 e a reapresentação em 1º de janeiro de 2012 e encerrada no dia 31 de dezembro de 2012, levando em conta os Eventos Subsequentes, de acordo com a CPC 24.

#### **(ii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2014;**

De acordo com o previsto no art. 196 da Lei das S.A., no art. 39 do Estatuto Social da Companhia e, ainda, seguindo a orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 001/2013, notadamente seu item 27 (*orçamento de capital*), a Companhia vem a público apresentar a proposta de Orçamento de Capital *ad referendum* da Assembleia.

A este respeito, a Administração da Companhia propõe o orçamento de capital descrito no Anexo D do presente Manual para o exercício de 2014 e suas fontes de recursos.

#### **(iii) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2014;**

Conforme previsto no art. 152 da Lei das S.A., Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

No mesmo sentido, o art. 13 do Estatuto Social da Companhia prevê como competência da Assembleia Geral fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração, nos termos do art. 27 do Estatuto Social, fixar a remuneração dos administradores, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Lei das S.A. prevê a possibilidade de o estatuto social atribuir aos administradores participação no lucro da companhia e, em consonância com o referido dispositivo legal, o art. 37 do Estatuto Social da Companhia prevê uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% dos lucros remanescentes após as deduções dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para o imposto de renda, sendo que tal participação não poderá ultrapassar a remuneração global anual dos administradores, que passa a ter nova redação, com a alteração estatutária proposta prevê que a remuneração dos administradores passe a ser....introduzindo um Plano de Incentivo de Ações de própria emissão da Companhia

O Anexo F traz a proposta para fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2014, nos termos do art. 12 da Instrução CVM 481 e do item 13 do Formulário de Referência da Companhia.

A Proposta de Remuneração da Administração para o exercício de 2014 incluindo Diretores Estatutários e Conselheiros de Administração totaliza até R\$ 14.149 mil, assim divididos: (i) remuneração fixa de R\$ 4.320 mil do Conselho de Administração; e (ii) remuneração fixa de R\$ 3.781 mil, mais a remuneração variável de até R\$ 3.781 mil, além dos benefícios e encargos da Diretoria Estatutária, no valor de R\$ 1.764 mil.

**(iv) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia;**

O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento permanente da Companhia, tendo as suas regras previstas no Capítulo V do Estatuto Social da Companhia. Referido órgão deve ser composto por, no mínimo, três, e, no máximo, cinco membros efetivos, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição.

A eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes ocorre da seguinte forma:

(i) os acionistas titulares de ações preferenciais sem direito a voto terão o direito de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente do Conselho Fiscal; tendo igual direito os acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% ou mais das ações com direito a voto.

(ii) os demais acionistas com direito a voto presentes na Assembleia Ordinária terão o direito de eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal que, em qualquer caso, serão em número igual ao dos eleitos nos termos do item anterior, mais um.

O Acionista ou o grupo de Acionistas que desejar indicar um membro ao Conselho Fiscal e respectivo suplente deverá comparecer à Assembleia, pessoalmente ou por meio de procurador, munido do nome, qualificação e currículo profissional completo do candidato, observadas as mesmas regras e condições de eleição, cumprindo, inclusive, os dispositivos da Instrução CVM 481.

O Anexo E contém as informações sobre os candidatos indicados pela atual Administração da Companhia para o Conselho Fiscal, nos termos do art. 10 da Instrução CVM 481 e conforme itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia.

**(v) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2014, fixando a remuneração global no montante de até R\$503.196,00, equivalente a 10% da remuneração global da diretoria estatutária;**

Conforme previsto no art. 162, §3º da Lei das S.A. e nos termos do art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral elegerá e empossará os membros e respectivos suplentes do Conselho Fiscal, fixando-lhes sua remuneração, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

O Anexo F traz a proposta para fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, nos termos do art. 12 da Instrução CVM 481 e do item 13 do Formulário de Referência da Companhia, a saber: remuneração mensal fixada no valor equivalente a 10% da remuneração mensal média paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, o que significa o montante de R\$ 503 mil.

#### **VI. (B) ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA**

**(i) examinar, discutir e votar a proposta de alteração do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, de modo a aclarar a ausência de limitação referente à remuneração anual, quando a participação decorra de remuneração a ser paga no âmbito de planos de incentivo, estímulo ou participação.**

A Companhia pretende promover a realização de uma Assembleia Extraordinária, nos termos do art. 12 de seu Estatuto Social, para deliberar sobre a proposta de alteração ao Art.37 do Estatuto Social



da Companhia, de forma a alterar a forma de remuneração dos administradores e introduzir um Plano de Incentivo de Ações.

O Anexo G contém a proposta dos Administradores para a alteração do parágrafo único do art. 37 do Estatuto Social da Companhia, nos termos do art. 11º da Instrução CVM 481 de 17 de dezembro de 2009.

## VII. ANEXOS

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia. Os anexos deste Manual apresentam algumas das informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, conforme abaixo indicado. No Anexo I, os Senhores Acionistas poderão encontrar, ainda, a indicação do local em que as demais informações e documentos exigidos nos termos da regulamentação aplicável e não apresentados neste Manual encontram-se disponíveis.

<b>ANEXO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Anexo A	Modelo de Procuração	-
Anexo B	Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia	Artigo 9º Inciso III da Instrução CVM 481, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.
Anexo C	Proposta de Destinação do Lucro Líquido	Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481
Anexo D	Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2014	Artigo 196 da Lei das S.A. e item 27 do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 002/2012.
Anexo E	Informações sobre os candidatos indicados para o Conselho Fiscal	Artigo 10 da Instrução CVM 481 e itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.
Anexo F	Proposta de Remuneração dos Administradores e Membros do Conselho Fiscal	Artigo 12 da Instrução CVM 481 e item 13 do Formulário de Referência.
Anexo G	Informações sobre a proposta de alteração do parágrafo único do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia	Alteração da forma de remuneração da Administração e introdução de um modelo de Plano de Incentivo de ações de emissão da própria Companhia e adequação estatutária.
Anexo H	Demais informações e documentos	Instrução CVM 480 e Instrução CVM 481.
Anexo I	Edital de Convocação	Edital de Convocação para a Assembleia.

A Administração da Companhia esclarece que a numeração dos subitens dos Anexos ao presente Manual observa, quando aplicável, a respectiva numeração constante do Formulário de Referência ou dos anexos à Instrução CVM 481.

Porto Alegre, 28 de março de 2014.

**ANDRÉ RICARDO BALBI CERVIÑO**  
Diretor Presidente

**DÓRIS BEATRIZ FRANÇA WILHELM**  
Diretora de Relações com Investidores

\*\_\*\_\*

## ANEXO A

### **MODELO DE PROCURAÇÃO**

[Nome], [qualificação] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador a Sra. Simone Tais Baguinski, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RS sob o nº 53.825 e no CPF nº 900.631.710-15, e/ou Sra. Claudia Gislene do Santos, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/RS sob o nº 87.141 e no CPF nº 821.080.050-72, ambas com endereço profissional na Av. do Forte, nº 511, Vila Ipiranga, Porto Alegre – RS (“Outorgado”), para representar o Outorgante, na qualidade de acionista da Forjas Taurus S.A. (“Companhia”), na Assembleia Ordinária e Extraordinária (“Assembleia”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2014, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida do Forte, nº 511, Vila Ipiranga, Porto Alegre/RS, e, se necessário, em segunda convocação, em data a ser informada oportunamente, ao qual outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo para cada um dos itens da ordem do dia da Assembleia:

#### **Em Assembleia Ordinária:**

**(1) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Comitê de Auditoria e Risco, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.**

( ) Aprovação ( ) Desaprovação ( ) Abstenção

**2) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2014.**

( ) Aprovação ( ) Desaprovação ( ) Abstenção

**(3) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2014.**

( ) Aprovação ( ) Desaprovação ( ) Abstenção

**(4) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia.**

( ) Aprovação – Candidato(s) \_\_\_\_\_ ( ) Desaprovação ( ) Abstenção

**(5) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2014, fixando a remuneração global no montante de até R\$503.196,00, equivalente a 10% da remuneração global da diretoria estatutária.**

( ) Aprovação ( ) Desaprovação ( ) Abstenção

**(6) examinar, discutir e votar a rerratificação das Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, das contas dos administradores, do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, do Parecer do Comitê de Auditoria e Risco e do Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo todos os pareceres reemitidos sem qualquer ressalva ou divergência.**

**( ) Aprovação ( ) Desaprovação ( ) Abstenção**

Em Assembleia Extraordinária:

**(1) examinar, discutir e votar a proposta de alteração do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, de modo a aclarar a ausência de limitação referente à remuneração anual, quando a participação decorra de remuneração a ser paga no âmbito de planos de incentivo, estímulo ou participação.**

**( ) Aprovação ( ) Desaprovação ( ) Abstenção**

[Local], [dia] de [mês] de 2014

---

**[Assinatura do Outorgante com firma reconhecida]**

## **ANEXO B**

### **COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**

#### **(CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)**

#### **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

##### **Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31-12-13**

##### **a) condições financeiras e patrimoniais gerais**

**2011:** O somatório entre o passivo circulante mais o passivo não-circulante, totalizava R\$ 789,1 milhões, representando um índice de endividamento de 1,93, considerando a soma do passivo circulante mais o passivo não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido de R\$325,3 milhões em 31 de dezembro de 2011.

O aumento no endividamento total, da ordem de R\$262,1 milhões em 2011, foi decorrente (i) da dívida da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., que passou a ser controlada pela Companhia em decorrência da Reestruturação Societária, aprovada em 27 de maio de 2011 em AGE/AGESP, e como parte da estratégia de criação de dois segmentos de negócios: Defesa e Segurança e Metalurgia e Plásticos; e (ii) da 2ª emissão de debêntures.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, foi reduzido em R\$135,3 milhões, em função da Reestruturação Societária, que, apesar do aumento de capital verificado, absorveu R\$132,8 milhões de reserva para investimentos, oriunda da reserva de lucros, R\$41 milhões de transações de capital, além do pagamento do reembolso dos acionistas dissidentes.

Consequentemente, os índices gerais de endividamentos da Companhia em 2011, sofreram alterações, quando comparados ao exercício de 2010, bem como o retorno sobre o capital social, que ficou em 14,5%, inferior ao verificado em 2010.

O endividamento bancário consolidado de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2011 totalizava R\$544,5 milhões, sendo 42,9% no curto prazo e 34,9% denominados em moeda estrangeira. A dívida bancária era composta por: (i) capital de giro; (ii) FINAME e FINEP; (iii) BNDES-PEC; (iv) FNE; e (v) FINIMP; e (vi) financiamento para aquisição de imobilizado, concentrando 65,1% da dívida total em moeda local.

Em 06 de setembro de 2011, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures, tendo celebrado instrumento particular de escritura pública, no valor nominal total de R\$50 milhões em série única, correspondendo a 200 debêntures, distribuídas no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures – SND, remunerando a taxa DI +2,8%.

Em 31 de dezembro de 2011, havia um saldo de debêntures de R\$125,3 milhões, assim distribuídos: 60,5% no curto prazo e 39,5% no longo prazo. Para a 2ª emissão, o valor nominal

unitário será pago em 13 parcelas trimestrais, com carência de 24 meses, iniciado em 23 de agosto de 2013.

A dívida líquida em 31 de dezembro de 2011 atingiu R\$364 milhões, em função das disponibilidades no montante de R\$ 180,5 milhões. As disponibilidades são suficientes para fazer frente a eventuais necessidades de liquidação de compromissos com fornecedores, pagamento de empréstimos ou financiamentos.

A liquidez geral em 31 de dezembro de 2011 era de 1,0 e a liquidez circulante de 1,6 e o grau de endividamento sobre recursos totais de 71,1%.

Tendo em vista que havia a expectativa de liquidação antecipada da 1ª emissão das debêntures ainda no exercício de 2012, o saldo de 75.232 debêntures foi contabilizado no passivo circulante, o que em um primeiro momento levou o índice de liquidez corrente (circulante) para 1,6 em 31 de dezembro de 2011 contra 2,4 em 31 de dezembro de 2010. A contabilização das debêntures de primeira emissão foi modificada a partir do terceiro trimestre de 2012, no qual houve a sinalização por parte dos debenturistas de que não haveria liquidação antecipada das obrigações. A forma de cálculo dos índices se manteve).

As duas emissões de debêntures trouxeram para a Companhia alguns compromissos (*covenants*), tendo sido realizada uma Assembleia Geral dos Titulares de Debêntures da 1ª Emissão em 20 de setembro de 2011 para alterar os índices financeiros mínimos de Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,25 vezes e EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas igual ou superior a 2,75 vezes, mediante pagamento de prêmio pela Companhia, no valor de 0,6% sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures. Em 31 de dezembro de 2011, o índice de Dívida Líquida/EBITDA foi de 2,78 vezes e EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas foi de 2,75 vezes. Todas as condições restritivas e cláusulas relativas às Escrituras Públicas das Debêntures são adequadamente monitoradas e atendidas pela Companhia.

Como evento subsequente ao exercício de 2011, em linha com a preocupação em ampliar a Governança Corporativa, após a listagem no nível 2 da BM&FBOVESPA em julho de 2011, bem como visando contribuir com a estratégia voltada para a gestão financeira alinhada com a gestão operacional, ambas com foco corporativo, foram criados em 23 de fevereiro de 2012 três Comitês Estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração, antecipando uma tendência, uma vez que não são obrigatórios pela regulamentação do mercado de capitais no Brasil. O três comitês são: (i) Comitê de Gestão e Governança Corporativa; Comitê de Remuneração e Desenvolvimento de Pessoas; e Comitê de Auditoria e Riscos.

**2012:** As disponibilidades e aplicações financeiras totais foram de R\$ 180,8 milhões em 2012 (R\$ 162,2 milhões em 2011). Deste total, R\$ 151,8 milhões (R\$ 87,5 milhões em 2011) são remunerados por taxas variáveis de 98% a 103% do CDI, contratados com instituições financeiras de primeira linha em ambos os períodos.

**Os empréstimos e financiamentos consolidados no curto e longo prazo** totalizaram R\$ 707,2 milhões em 31/dez/12, redução de 5% sobre a posição de 30/set/12, destinando-se principalmente para: (i) capital de giro e (ii) investimentos na modernização do parque fabril.

**A dívida líquida** após as disponibilidades ficou em R\$ 526,4 milhões, com queda de 5% no saldo em 31/dez/12 sobre 30/set/12, já começando a refletir, o plano de ação corporativo, visando à otimização de capital de giro, incluindo redução nos estoques; melhora nos prazos de contas a pagar e a receber e aumentar a recuperação de impostos.

Como objetivo permanente, buscamos o **alongamento dos prazos de pagamento** de nossa dívida. Entretanto, em função do refazimento das demonstrações financeiras, houve a transferência de empréstimos (R\$ 131,4 milhões), de debêntures (R\$ 56,5 milhões) e de créditos imobiliários (R\$ 19,6 milhões) para o passivo circulante, mesmo com vencimento no longo prazo, totalizando R\$ 207,5 milhões, tendo em vista a existência de contratos com previsão de índices financeiros (*covenants*) não cumpridos.

**O saldo das debêntures** em 31/12/12 incluindo a 1ª e 2ª emissões eram de R\$ 94,7 milhões no passivo circulante contra R\$ 112 milhões em 30/09/12. Com a reclassificação para o curto prazo, o cronograma de vencimentos a seguir ficou pressionado em 2013. A 1ª emissão de debêntures possui vencimento final em abril/14 e a 2ª emissão em 2016.

**Com a reapresentação espontânea das DFs**, o resultado do cálculo dos índices financeiros se alterou (Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Despesa Financeira Líquida), ocorrendo a quebra dos *covenants*, razão pela qual, os empréstimos e financiamentos relativos a estes contratos, passaram automaticamente para o curto prazo.

Consequentemente, o saldo de debêntures, os financiamentos e a antecipação de créditos imobiliários que possuíam cláusulas de *covenants* nos contratos foram classificados no passivo circulante (transferidos de longo para curto prazo), em função do não atingimento dos indicadores se não eliminarmos os efeitos não recorrentes (repactuação da TMFL) no resultado, razão pela qual a Companhia convocou duas Assembleias Gerais de Debenturistas, uma para a 1ª e outra para a 2ª emissão, com 15 dias de antecedência mínima, tendo se realizado no dia 12/11/13.

Além disso, passamos a considerar a antecipação de recebíveis como dívida, mesmo sem haver direito de regresso, em atendimento à solicitação dos debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 12/nov/13 para votação sobre a não liquidação antecipada da 1ª e 2ª emissões.

Todos os principais credores foram visitados ou contatados, visando explicar a situação transitória de quebra dos *covenants*. Não houve interesse por parte dos debenturistas na liquidação antecipada das duas emissões, como havia sido proposto inicialmente pela Companhia.

Em 03 de abril de 2012, a Companhia finalizou a contratação de uma linha internacional de crédito, conforme aprovação de Conselho de Administração em reunião realizada e divulgada em 29 de março de 2012, no valor de USD 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), com prazo de 5 (cinco) anos e custos competitivos, como parte da estratégia de reforçar o processo de internacionalização da Companhia e como de ampliar o acesso ao mercado de capitais global, servindo de fonte de recurso para aquisições no exterior.

**2013: As disponibilidades e aplicações financeiras totais** foram de R\$ 281,1 milhões em 31/dez/13, 14% abaixo do saldo de R\$ 327,8 em 30/set/13 (e 56% superior aos R\$ 180,8 milhões em 31/dez/12), remunerados em grande parte por taxas variáveis de 98% a 103% do CDI, contratados com instituições financeiras de primeira linha.

**Os empréstimos e financiamentos consolidados no curto e longo prazo** totalizaram R\$819,2 milhões em 31/dez/13, redução de 5% sobre a posição de 30/set/13, destinando-se principalmente para: (i) capital de giro e (ii) investimentos na modernização do parque fabril.

**A dívida líquida** após as disponibilidades ficou em R\$ 538,1 milhões, com aumento de 1% sobre o saldo em 31/set/13 e de 2% sobre 31/dez/12, com esforços visando a otimização de capital de giro, incluindo redução nos estoques; melhora nos prazos de contas a pagar e a receber e aumentar a recuperação de impostos.

Como objetivo permanente, buscamos o **alongamento dos prazos de pagamento** de nossa dívida. Entretanto, em função do refazimento das demonstrações financeiras, houve a transferência de empréstimos (R\$ 388,5 milhões), de debêntures (R\$ 57,6 milhões); de créditos imobiliários (R\$ 19,6 milhões) para o passivo circulante, mesmo com vencimento no longo prazo, foram para o curto prazo, tendo em vista a existência de contratos com previsão de índices financeiros (*covenants*) não cumpridos.

**O saldo das debêntures** em 31/12/13 incluindo a 1ª e 2ª emissões eram de R\$ 57,6 milhões no passivo circulante contra R\$ 77,1 milhões em 30/09/13. Com a reclassificação para o curto prazo, o cronograma de vencimentos a seguir ficou pressionado em 2013. A 1ª emissão de debêntures possui vencimento final em abril/14 e a 2ª emissão em 2016.

**Com a reapresentação espontânea das DFs**, o resultado do cálculo dos índices financeiros se alterou (Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Despesa Financeira Líquida), ocorrendo a quebra dos *covenants*, razão pela qual, os empréstimos e financiamentos relativos a estes contratos, passaram automaticamente para o curto prazo.

Consequentemente, o saldo de debêntures, os financiamentos e a antecipação de créditos imobiliários que possuíam cláusulas de *covenants* nos contratos foram classificados no passivo circulante



(transferidos de longo para curto prazo), em função do não atingimento dos indicadores se não eliminarmos os efeitos não recorrentes (repactuação da TMFL) no resultado, razão pela qual a Companhia convocou duas Assembleias Gerais de Debenturistas, uma para a 1ª e outra para a 2ª emissão, com 15 dias de antecedência mínima, tendo se realizado no dia 12/11/13.

Além disso, passamos a considerar a antecipação de recebíveis como dívida, mesmo sem haver direito de regresso, em atendimento à solicitação dos debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 12/nov/13 para votação sobre a não liquidação antecipada da 1ª e 2ª emissões.

Todos os principais credores foram visitados ou contatados, visando explicar a situação transitória de quebra dos *covenants*. Não houve interesse por parte dos debenturistas na liquidação antecipada das duas emissões, como havia sido proposto inicialmente pela Companhia.

**b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

**2013:** A estrutura societária da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era a seguinte:

Participação percentual na Taurus			
	% ON	% PN	% Total
<b>Acionistas</b>			
Luis Fernando Costa Estima	22,65%	29,41%	7,58%
Estimapar Investimentos e Participações LTDA	21,15%	0,00%	7,05%
Caixa de Previdência dos Func. BB - Previ	14,38%	29,41%	24,40%
FIGI Fundo de Investimentos de Ações	9,28%	0,25%	3,26%
Geração Futuro	7,47%	0,01%	2,49%
Outros	19,08%	30,73%	46,41%
<b>Ações em Tesouraria</b>	6,00%	10,19%	8,79%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**2012:** Como resultado do exercício do direito de retirada dos acionistas em função da Reestruturação Societária aprovada em 27 de maio de 2011, foram adquiridas ações em tesouraria em julho de 2011, as quais foram mantidas em tesouraria até a presente data.

A estrutura societária da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era a seguinte:

Participação percentual na Taurus			
	% ON	% PN	% Total
<b>Acionistas</b>			
Luis Fernando Costa Estima	22,65	0,05	7,58
Invespar Inv. e Part. Ltda. *	21,15	0,00	7,05
Caixa de Previdência dos Func. BB - Previ	14,38	29,41	24,40
FIGI Fundo de Investimentos de Ações	8,61	0,90	2,91
Geração Futuro	7,17	19,30	4,91
Advis Fundo de Investimento em Ações	0	5,84	3,89
Outros	20,04	34,31	40,47
<b>Ações em Tesouraria</b>	6,00	10,19	8,79
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

\*A Forjas Taurus S.A. recebeu em 06/06/2013 a alteração da denominação social da Invespar Investimentos e Participações Ltda. para Estimapar Investimentos e Participações Ltda.

**2011:** Em 4 de julho de 2011, data da primeira reunião do Conselho de Administração com os membros eleitos em virtude da Assembleia Geral Extraordinária e Especial de Preferencialistas da Companhia realizada em 27 de maio de 2011, a Administração da Companhia ratificou a Reestruturação Societária envolvendo a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. (“**Polimetal**”) (“**Reestruturação Societária**”) e a Companhia, deliberando sua concretização conforme segue:

- (i) a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia ao patrimônio da Polimetal, nos termos dos artigos 252 e 264 da Lei 6.404/76, a qual permitiu a migração temporária dos acionistas não controladores da Companhia para a Polimetal;
- (ii) o resgate de 50.538.848 ações de emissão da Companhia, sendo 16.846.283 ações ordinárias e 33.692.565 ações preferenciais de emissão da Companhia, a suporte da conta de reservas de lucros existentes, sem redução de capital, nos termos do artigo 44 da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 165 milhões, para quitar dívida registrada no balanço patrimonial da Polimetal;
- (iii) a subsequente incorporação da totalidade das ações de emissão da Polimetal ao patrimônio da Companhia, com a conversão definitiva da Polimetal em subsidiária integral, nos termos dos artigos 252 e 264 da Lei 6.404/76, a qual permitiu o regresso da base acionária à Companhia; e
- (iv) a segmentação das atividades desenvolvidas pela Companhia em “Segmento Taurus” e “Segmento Polimetal”, a ser implementada por meio de futuro aumento do capital social da Polimetal, mediante a contribuição, pela Companhia, de ativos e participações referentes ao “Segmento Polimetal”, bem como a incorporação de outras companhias atuantes no “Segmento Polimetal”, atualmente controladas pela Companhia.

Alguns acionistas dissidentes não-controladores optaram pelo direito de recesso previsto na Lei 6.404/76, e, desta forma, foram adquiridas pela Companhia 9.965.702 ações para manutenção em tesouraria em função do reembolso aos acionistas que exerceram o direito de retirada, no montante de

R\$32,9 milhões. Após o desdobramento e o grupamento de ações como parte da reestruturação, a quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2011 era de 12.436.107.

A estrutura societária da Companhia após a implementação da Reestruturação Societária, inclusive após o desdobramento e subsequente grupamento de ações, passou a ser a seguinte em 31 de dezembro de 2011:

### **Estrutura de Capital**

**2013:** Em 31 de dezembro de 2013, a quantidade de ações em circulação era de 141.412.617 ações, sendo 47.137.539 ações ordinárias e 94.275.078 ações preferenciais, não tendo alterado a sua estrutura societária desde a implementação da Reestruturação Societária.

A Companhia apresentou uma estrutura de capital de 12,33% recursos próprios e 87,67% de terceiros em 2012.

Nos três últimos exercícios os principais indicadores relativos ao financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros e de liquidez foram:

Indicadores		2013	2012	2011
1.1	Margem Bruta	29,94%	38,05%	42,76%
1.2	Margem Operacional	1,99%	12,01%	16,34%
1.3	Margem Líquida	-9,95%	2,54%	11,81%
2.1	Liquidez Geral	1,14	1,22	1,41
2.2	Liquidez Corrente	1,06	1,10	1,61
2.3	Liquidez Seca	0,77	0,69	1,10
2.4	Liquidez Imediata	0,38	0,28	0,35
3.1	Alavancagem	8,11	5,52	3,43
3.2	Perc. Cap. Próprio	12,33%	18,11%	29,19%
3.3	Perc. Cap. de Terceiros	87,67%	81,89%	70,81%
3.4	Composição Dívida de CP	69,32%	66,33%	43,39%
3.5	Composição Dívida de LP	30,68%	33,67%	56,61%
3.6	Composição Dívida - R\$	60,78%	59,74%	57,38%
3.7	Composição Dívida de US\$	39,22%	40,26%	42,62%
3.8	Cobertura de Juros	21,78%	188,92%	211,96%
4.1	Retorno sobre Ativo	-6,78%	1,60%	6,55%
4.2	Retorno sobre PL	-55,01%	8,81%	22,45%
5.1	Dias de Clientes	72,09	76,44	86,73
5.2	Dias de Estoques	138,92	216,82	241,81
5.3	Dias de Fornecedores	20,99	28,98	26,76

**2012:** Em 31 de dezembro de 2012, a quantidade de ações em circulação era de 141.412.617 ações, sendo 47.137.539 ações ordinárias e 94.275.078 ações preferenciais, não tendo alterado a sua estrutura societária desde a implementação da Reestruturação Societária.

A Companhia apresentou uma estrutura de capital de 18,11% recursos próprios e 81,89% de terceiros em 2012.

A estratégia da Companhia será a permanente busca do alongamento da dívida e redução dos custos financeiros, bem como a redução da mesma e o aumento da geração operacional de caixa, visando a médio prazo estabelecer uma relação ideal para o tipo de negócio da Companhia, que deverá a 2,5x a dívida líquida pelo EBITDA.

**2011:** Com a implementação da Reestruturação Societária e a aplicação dos efeitos do desdobramento e subsequente grupamento, o capital social da Companhia de R\$ 257,8 milhões, passou a ser dividido em 141.412.617 ações, sendo 47.137.539 ações ordinárias e 94.275.078 ações preferenciais.

Com a incorporação de ações da Polimetal, que consistiu na terceira etapa da Reestruturação Societária, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$219.000.000,00 para R\$257.797.469,79, com a emissão de 11.883.512 ações, sendo 3.961.171 ordinárias e 7.922.341 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Ainda no âmbito da Reestruturação Societária, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 1º de julho de 2011, o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia na proporção de 1:29 com o subsequente grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia na proporção de 21:1, passando o capital social da Companhia a ser representado por 141.412.617 ações, sendo 47.137.539 ações ordinárias e 94.275.078 ações preferenciais.

Considerando as unidades geradoras de caixa da Companhia e uma taxa de desconto para as mesmas, ajustadas por um prêmio de risco que reflete os riscos de investimento em títulos patrimoniais e o risco sistemático de cada unidade, foi considerado o custo médio de capital da indústria onde atua de 11,01%, tendo como premissas uma relação dívida/patrimônio de 18,3% a uma taxa de juros de mercado de 8,58%.

O padrão de financiamento das operações da Companhia ficou em torno de 54% a 55% oriundo de recursos de terceiros nos exercícios de 2009 e 2010, tendo aumentado para 71% em função da reestruturação societária de julho de 2011, com a incorporação da Polimetal, que resultou em mudança temporária da estrutura de capital.

A estratégia da Companhia para 2012 foi o alongamento da dívida e redução dos custos financeiros, visando a médio prazo estabelecer uma relação ideal para o tipo de negócio da Companhia, incluindo as operações locais e internacionais, que será uma relação intermediária entre a posição de recursos de terceiros de 2010 e 2011.

## **Gestão de capital**

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida consolidada circulante e não-circulante (considerando o passivo total) da Companhia para relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir:

	2013	2012	2011
Total do passivo	1.038.101	912.524	789.092
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	-281.119	-180.781	-162.226
Dívida líquida (A)	759.982	731.743	626.866
Total do patrimônio líquido (B)	145.993	201.780	325.335
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (A/B)	5,19	3,63	1,93

**(i) hipóteses de resgate**

Após a conclusão da Reestruturação Societária de 2011, quando houve resgate de ações, não há nenhum planejamento ou deliberação relativa ao resgate de ações ou quotas pela Administração ou pelos acionistas da Companhia.

**(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não aplicável.

**c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Companhia apresenta, com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do exercício de 2012 em comparação com 2011, índices bastante diferentes em função da Reestruturação Societária ocorrida em 2011, indicando capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros dentro das médias de situação financeira sólida, até porque a Companhia apresentava um histórico de baixa alavancagem financeira, resultados operacionais consistentes, com manutenções de margens e rígido controle de custos e adequação e controle aos *covenants* bancários e de emissão de títulos de dívida.

Tipicamente, a Companhia procura manter um volume de caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período aproximado de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Com esta a nova estrutura acionária implementada em julho de 2011 e com a estratégia de alongamento da dívida, a Companhia mudou a sua estrutura de capital, modificando consequentemente os principais indicadores econômico-financeiros em 2012, em comparação à 2011 e mantém condições suficientes e capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A companhia mantém elevado nível de caixa de modo a estar sempre solvente para o pagamento de suas obrigações. Os níveis observados ao longo de 2012 e 2013 expressam a

preocupação com uma possível vencimento antecipado de debêntures, o qual não se confirmou conforme atas das AGD dos dias 11 e 12 de Novembro de 2013.

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Tendo em vista seu perfil exportador, a Companhia utiliza-se principalmente de adiantamentos de câmbio sobre mercadorias embarcadas (ACE) para financiar seu capital de giro devido ao seu custo mais atrativo. O restante da necessidade é complementada com linhas de capital de giro, tais como Nota de Crédito Exportação (NCE) e linhas de giro do BNDES (PEC, BNDES Exim-Pré-Emarque).

Para investimentos são utilizados recursos de linhas especiais do BNDES e FINEP, FINIMP, bem como, recursos próprios e retenção de lucros (reserva de lucros).

**e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Conservadoramente, a Companhia buscou ampliar a sua liquidez em função da crise internacional, em especial na zona do Euro e em função da reestruturação societária. Foram realizadas duas emissões de debêntures em 2010 e 2011 no total de R\$ 153 milhões, conforme descrito no Item 10.1 deste formulário, tendo como objetivos alongar o perfil da dívida, fortalecer o capital de giro para o crescimento dos negócios e fazer frente a volatilidade do mercado cambial.

Além desta emissão, a Companhia pretende obter repasse de recursos diretamente junto ao BNDES para seus projetos de desenvolvimento de novos produtos e processos e vem analisando operações de alongamento de dívida e redução de custo financeiro no mercado local e internacional.

Linhas de captação internacional de longo prazo foram obtidas através da subsidiária integral americana nos EUA em 2012 e outras linhas especiais no mercado local.

A possibilidade de liquidação antecipada de debêntures ao longo de 2013 fez com que a empresa optasse por, conservadoramente, aumentar seu caixa. Ganhos por meio de otimização de estoques também contribuíram para o maior nível de caixa observado, mantendo a empresa em sólido patamar de solvência.

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e hipoteca de imóveis. Os avais concedidos pela controladora e os avais

concedidos pela Companhia à suas controladas estão demonstrados na nota explicativa 22 – Partes relacionadas.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contém cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias, entre elas: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia. Além desses pontos, determinam a manutenção de determinados índices financeiros: endividamento (dívida financeira líquida/EBITDA) inferior a 3,5 vezes; índice de cobertura de juros (EBITDA/despesas financeiras líquidas) igual ou superior a 2,75 vezes. Caso não sejam atendidas as restrições os credores poderão antecipar o vencimento. Todos os índices citados acima são calculados trimestralmente com base nos últimos doze meses.

Quanto aos contratos de empréstimos e financiamentos, termos e condições, assim como seus prazos, custos e moedas, destacamos:

			Consolidado			
			2013		2012	
Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Valor contratado	Valor contábil	Valor contratado	Valor contábil
Empréstimos bancários garantidos						
Capital de giro	R\$	CDI + 2,25 a 3,00% a.a.	2018	162.000	185.757	166.389
Desconto de recebíveis	R\$	15,36% a.a.	2014	-	85	1.556
FINAME	R\$	TJLP + 4,40 a 5,40% a.a.	2014	3.625	96	2.783
FINAME	R\$	2,50 a 8,70% a.a.	2021	15.479	9.657	10.039
FINEP	R\$	TJLP + 0,16 a.a.	2014	11.645	1.919	4.223
FINEP	R\$	4,00 a 5,25% a.a.	2020	58.672	36.428	42.058
BNDES	R\$	3,50% a.a.	2020	5.205	5.210	-
BNDES Revitaliza	R\$	9% a.a.	2017	-	-	2.854
BNDES Progeren	R\$	TJLP + 4,00 a 4,50% a.a.	2016	63.977	64.796	32.883
FNE	R\$	9,50% a.a.	2019	9.806	8.461	9.828
Capital de giro	USD	Libor + 1,55 a 5,60% a.a.	2017	30.000	149.530	135.553
Capital de giro	USD	3,32 a 5,20% a.a.	2016	63.849	127.389	136.448
Capital de giro	USD	80 a 90% CDI	2016	29.135	21.812	-
Financiamento aquisição imob.	USD	Libor + 3,0% a.a.	2014	824	196	525
Investimentos	USD	5,33% a.a.	2017	-	12.889	11.672
Investimentos	USD	Libor + 2,25% a.a.	2017	-	3.886	3.537
FINIMP	USD	Libor + 2,23 a 4,41% a.a.	2016	13.937	33.100	17.692
Dell financing	USD	Custo 0%.	2016	-	470	-
Total de passivos com incidência de juros				661.681		578.040

**i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

Os contratos de empréstimo e financiamento estão demonstrados no item anterior e são compatíveis com seu negócio e capacidade de pagamento.

*ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

Em 8 de junho de 2010 e 6 de setembro de 2011, a Companhia celebrou instrumento particular de escritura pública para a 1ª e 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações no valor nominal total de R\$ 103.000 e R\$ 50.000, respectivamente.

As emissões ocorreram em série única, correspondendo a 10.300 debêntures para a 1ª emissão e 200 debêntures para a 2ª emissão, distribuídas no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures, com esforços restritos de colocação destinada exclusivamente a investidores qualificados.

Para a 1ª emissão o valor nominal unitário será pago em 7 parcelas semestrais, com carência de 12 meses, iniciado em 15 de abril de 2011. Para a 2ª emissão o valor nominal unitário será pago em 13 parcelas trimestrais, com carência de 2 anos, iniciando em 23 de agosto de 2013. Sobre este valor incidirão juros remuneratórios calculados em regime de capitalização composta, correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros acrescida de juros remuneratórios discriminados a seguir:

						2013
	Indexador	Circulante	Não circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar
Debêntures:						
1ª emissão	Taxa DI + 4,1%	15.008	-	1.424	1.335	89
2ª emissão	Taxa DI + 2,8%	42.557	-	856	598	258
		57.565	-	2.280	1.933	347
						2012
	Indexador	Circulante	Não circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar
Debêntures:						
1ª emissão	Taxa DI + 4,1%	44.762	-	1.160	1.065	95
2ª emissão	Taxa DI + 2,8%	49.936	-	809	271	538
		94.698	-	1.969	1.336	633



		2011				
	Indexador	Circulante	Não circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar
Debêntures:						
1ª emissão	Taxa DI + 4,1%	75.232	-	1.019	391	628
2ª emissão	Taxa DI + 2,8%	559	49.539	684	45	639
		75.791	49.539	1.703	436	1.267

A taxa efetiva de juros da 1ª emissão é 12,78% e da 2ª emissão 12,23%. Para mensuração da taxa efetiva foi considerada a taxa do indexador contratual vigente na data da elaboração das demonstrações financeiras vigentes. As debêntures contam com garantias fidejussórias das controladas da Forjas Taurus S.A. no Brasil, constituídas por meio das fianças concedidas em caráter solidário.

### *iii. grau de subordinação entre as dívidas*

Não existem dívidas subordinadas.

### *iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário*

As debêntures contam com garantias fidejussórias das controladas da Companhia no Brasil, constituídas por meio das fianças concedidas em caráter solidário.

O instrumento prevê o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia e/ou da Polimetal (1), realização pela Companhia ou pelas garantidoras de qualquer tipo de venda ou transferência de ativos que tenha impacto igual ou superior a 15% do ativo consolidado da Companhia ou igual ou superior a 20% da receita bruta consolidada da Companhia (2), realização, pela Companhia ou suas subsidiárias, de operação de financiamento, adiantamento ou mútuo, na qualidade de credoras, com qualquer dos seus controladores diretos ou indiretos, exceto com a finalidade exclusiva de refinanciar obrigações constituídas anteriormente à emissão das debêntures, prestação, pela Companhia ou suas subsidiárias, de fianças ou quaisquer tipos de garantia em operações financeiras dos controladores diretos ou indiretos em montantes acima dos já existentes na data de emissão das debêntures, manutenção de índices financeiros mínimos (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 3,25 vezes (1ª emissão) e 3

vezes (2ª emissão) e EBITDA/despesas financeiras líquidas igual ou superior a 2,75 vezes (1ª emissão), onde: dívida líquida é igual ao total das dívidas (incluindo avais e garantias) menos as disponibilidades, EBITDA é igual ao lucro antes dos impostos, juros, tributos, depreciação e amortização dos últimos 12 meses e despesas financeiras líquidas, que correspondem ao total de receitas financeiras menos despesas financeiras dos últimos 12 meses, ajustados por itens não recorrentes.

(1) A ocorrência de tais eventos poderá ser aprovada pelos titulares de, no mínimo 2/3 das debêntures em circulação, sem que as obrigações então se tornem vencidas antecipadamente.

(2) A ocorrência de tais eventos poderá ser aprovada pelos titulares de, no mínimo 75% das debêntures em circulação, sem que as obrigações então se tornem vencidas antecipadamente.

A administração da Companhia e de suas controladas monitoram estes índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2012, dado os efeitos contábeis de despesas decorrentes de provisões adicionais e de baixa no valor de venda de ativo, ambas não recorrentes, relativos à repactuação do Contrato de Venda das operações da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (nota 8), cujo aditamento foi assinado em 12 de setembro de 2013, devido à condições materiais adversas alegadas pelo comprador, a Companhia não atingiu os índices financeiros mínimos, transferindo para o passivo circulante o montante de R\$ 26.923 em decorrência do não atingimento desses índices.

**g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

A Companhia possui linhas de crédito contratadas junto a instituições financeiras, conforme apresentado na nota explicativa 18 das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012. Todas estas linhas de crédito estão sendo utilizadas em grande parte integralmente, tendo sido contabilizadas, exceto pela controlada Taurus Holdings, Inc. que possui linha de crédito no valor de USD 75.000 mil e em 2012 utilizou USD 50.000 mil.

Adicionalmente, a Companhia possui linhas de crédito, não contratadas, com os maiores bancos que operam no Brasil, em valores aproximados de R\$ 500.000 mil a prazos e taxas de mercado.

**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As demonstrações contábeis de 2013 da Companhia e empresas consolidadas são elaboradas conforme as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Seguem os comparativos entre 2013 e 2012. Abaixo, são destacadas, em mil Reais, as principais alterações comparativas dos exercícios de 2013 e 2012 dos principais grupos do balanço patrimonial e das demonstrações de resultados.

(1) A variação no ativo circulante foi a menor em R\$ 80,4 milhões em 31 de dezembro de 2013, 11% superior a 31 de dezembro de 2011 explicada principalmente porque: (i) a empresa, conservadoramente, elevou o nível de disponibilidades para um possível vencimento liquidado de debêntures, risco este já mitigado pelas Assembleias de Debenturistas do dia 16 de setembro de 2013; compensado parcialmente pelo (ii) redução de estoques como foi previsto pela administração nas diretrizes estabelecidas em 2012, de modo reduzir o tempo de atravessamento dos produtos e tornar a produção mais eficiente por meio do *lean manufacturing*.

(2) O aumento de R\$ 98 milhões no ativo circulante se deve pelo aumento do adiantamento de recebíveis utilizados para aumento do caixa da companhia dado o risco de liquidação antecipada de suas debêntures.

(3) A variação no passivo não circulante com aumento de 10%, sendo que houve aumento de 14% no endividamento em moeda estrangeira, refletindo o ambiente macroeconômico em que a empresa está inserida.

(4) O patrimônio líquido reduziu em 28% dados os prejuízos acumulados ao longo de 2013.

(5) A Forjas Taurus S.A. e empresas controladas apresentaram no exercício de 2013 uma receita líquida consolidada de R\$ 807,3 milhões, representando um crescimento de 15,2% em relação aos R\$ 701,0 milhões de 2012, que já havia sido 13,4% superior a 2011, explicado principalmente pelo acréscimo de 33,3% nas exportações favorecidas pela desvalorização cambial, uma vez que o mercado interno apresentou queda.

O desempenho positivo das exportações em 2013 pode ser explicado basicamente pela forte demanda em especial nos EUA face: (i) envio de 23 medidas ao Congresso pelo Presidente reeleito Barack Obama, bem mais restritiva em relação ao uso de armas para uso civil, logo após a sua posse em 16/jan/13, mas que não foram aprovadas no Congresso; e (ii) diversos incidentes com armas no mercado americano que aprofundaram o medo de mais medidas restritivas.

(6) O lucro bruto consolidado atingiu R\$ 241,7 milhões em 2013, 9,4% inferior ao de 2012 (R\$266,7 milhões), resultando em uma margem bruta de 29,9% em 2013, 8,1 pontos percentuais abaixo da margem bruta de 38,1% de 2012. O aumento de 15,2% na receita líquida, não foi suficiente para compensar o acréscimo de 30,3% verificado no custo dos produtos vendidos em 2013, influenciado pelos seguintes fatores: (i) queda no volume de produção gerado pela não-conformidade no segmento de armas, em função do maior rigor com a exigência de qualidade, gerando improdutividade; (ii) lucro bruto menor no segmento de capacetes, em função de um mercado mais competitividade e preços médios menores; (iii) desativação da forjaria de terceiros; e (iv) efeito do câmbio no custo das matérias-primas.

(7) A geração de caixa consolidada em 2013, medida pelo conceito de EBITDA ajustado (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) definido pela Instrução CVM 527/12,

somou R\$ 100,0 milhões com uma margem ajustada de 12,4% (R\$ 130,3 milhões e margem EBITDA ajustada de 18,6% no exercício de 2012).

O EBITDA ajustado foi calculado eliminando as receitas e despesas não recorrentes de 2013.

A queda de 18,9% decorre, principalmente, dos seguintes fatores: (i) aumento de 30,3% no CPV; (ii) aumento de 23,6% nas despesas operacionais, face aumento com gastos com consultorias, assessorias jurídicas, auditoria adicional em função das reapresentações, rescisões e provisões diversas (mas que foram em grande parte eliminadas em função de não serem recorrentes).

(8) As despesas financeiras líquidas em 2013 somaram R\$ 73,6 milhões, em comparação aos R\$44,5 milhões de 2012. Este aumento decorre, principalmente, do aumento dos juros líquidos negativos e da variação cambial líquida negativa (valorização da moeda norte americana frente às demais moedas, originou uma perda cambial sobre o passivo oneroso), mesmo tendo ocorrido redução do custo financeiro médio dos empréstimos e financiamentos, com alongamento da dívida.

#### (9) Resultado Líquido de Operações Continuadas

Em 2013, a Forjas Taurus S.A. e empresas controladas apresentaram um resultado de operações continuadas negativo em R\$ 80,3 milhões, contra um resultado de operações continuadas positivo de R\$ 17,8 milhões de 2012.

#### (10) Resultado Líquido de Operações Descontinuadas

Em função da reabertura das demonstrações financeiras de 2012, todo o efeito da alienação da TMFL (baixa do ativo e provisões adicionais) foi lançado retroativamente no 2º trimestre de 2012, gerando um resultado negativo de R\$ 135 milhões no exercício de 2012, tendo sido reclassificado e eliminado o impacto em 2013.

#### (11) Prejuízo Consolidado do exercício

O prejuízo consolidado em 2013 foi de R\$ 80,3 milhões, contra R\$ 117,2 milhões em 2012. Os fatores que determinaram o prejuízo em 2013 foram: (i) aumento do CPV de 33,3%, acima do crescimento da receita; (ii) queda no volume de produção em função da improdutividade; e (iii) aumento nas despesas operacionais.

### **10.2. Comentários dos diretores sobre:**

#### **a) resultado das operações da Companhia**

##### ***i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita***

A Forjas Taurus S.A. (“Companhia”) com sede em Porto Alegre – RS – Brasil é uma Companhia brasileira de capital aberto há mais de 30 anos, sendo que há quase 3 anos passou a ser listada no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (símbolos de negociação são FJTA3, FJTA4).

A Taurus foi fundada em 1939 e se destaca pelos inúmeros diferenciais competitivos:

- Uma das 3 maiores fabricantes de armas leves do mundo operando com sete unidades de produção no Brasil e uma nos EUA, em 31 de dezembro de 2013. Os produtos fabricados pela Companhia estão divididos em dois segmentos: Defesa & Segurança e Metalurgia & Plásticos.
- Uma das líderes mundiais na produção de armas;
- Entre as 4 maiores redes de distribuição de armas dos EUA;
- Gestora de várias marcas: TAURUS, ROSSI, HERITAGE; distribuidora global da DIAMONDBACK; STEELINJECT; TAURUSPLAST e FAMASTIL by TAURUS.
- Diversificação de produtos no segmento de Metalurgia & Plásticos: M.I.M. (injeção metálica de peças e componentes para armas e para terceiros), capacetes e acessórios para motociclistas, coletes balísticos e containers plásticos (armazenamento de resíduos sólidos de uso industrial, comercial e ambiental).
- Diversificação de produtos no segmento de Defesa & Segurança: revólveres, pistolas, metralhadoras, submetralhadoras, fuzis de assalto e armas longas;
- Estratégia de atuar em: (i) tradicionais linhas de produtos no segmento armas; (ii) certos nichos de mercado; (iii) produtos de uso restrito para forças armadas no Brasil; (iv) produtos de uso restrito de governo e ou segurança pública de outros países, exceto EUA.;
- EED- Empresa Estratégica de Defesa, obtido o registro no Ministério da Defesa, desde dezembro de 2013, podendo ser fornecedora das Forças Armadas;

Celebrando 75 anos de história em 2014, com cerca de 4.500 colaboradores diretos no final de 2013, a Taurus está passando por grandes transformações que envolvem: (i) nova estrutura organizacional; (ii) novo modelo de gestão de manufatura; (iii) nova formatação para o controle de qualidade, que visa a não-conformidade zero; (iv) foco na ampliação da produtividade; (v) revitalização da marca; (v) totalmente orientada para resultado; e (vi) ampliação constante da Governança Corporativa.

No Brasil, as 7 unidades de negócios são assim distribuídas:

- (1) Rio Grande do Sul: produção de armas curtas e longas em Porto Alegre e São Leopoldo;
- (2) Paraná: produção de coletes, capacetes e contêineres de plástico na cidade de Mandirituba;

e

- (3) Bahia: produção de capacetes na cidade de Simões Filho.

No exterior, a unidade de negócios e manufatura de armas da Companhia está situada em Hialeah na Grande Miami, Flórida – EUA, onde são produzidos alguns modelos de pistolas da marca TAURUS, revólveres da marca HERITAGE, adquirida em maio de 2012, além de ter celebrado um Acordo Exclusivo de Distribuição Global com a empresa americana Diamondback Firearms LLC, em 03 de janeiro de 2013, passando a ser distribuidora exclusiva global dos produtos da marca DIAMONDBACK, de pistolas e rifles modernos esportivos.

## ***ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais***

- O impacto do câmbio na receita líquida;

- O impacto do câmbio e da taxa de juros nas despesas financeiras de empréstimos denominados em dólares e em reais, minimizados pelas operações de hedge pelo uso de instrumentos financeiros derivativos;
- Envio de 23 medidas ao Congresso pelo Presidente reeleito Barack Obama, bem mais restritiva em relação ao uso de armas para uso civil, logo após a sua posse em 16/jan/13, mas que não foram aprovadas no Congresso;
- Diversos incidentes com armas no mercado americano que aprofundaram o medo de mais medidas restritivas.
- Quando analisamos as exportações nos dois últimos anos e a comparamos nos mesmos trimestres de 2013 e 2012, a evolução foi bastante positiva e em comparação com a variação dos mesmos trimestres de 2012 sobre o ano anterior, mostrando certa sazonalidade típica, exceto pelo 1T13, que pelos fatores apontados anteriormente, foi excepcionalmente forte
- Aumento nos custos de matérias-primas e de mão-de-obra, impactando o CPV;
- Os efeitos no resultado, oriundos de operações descontinuadas da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. alienada em junho de 2012 e repactuação deste contrato;
- Alongamento nos prazos dos empréstimos e financiamentos para capital de giro e em moeda estrangeira e a custos financeiros menores;
- Aumento no montante de despesas financeiras das debêntures pagas no exercício uma vez que a liquidação antecipada não ocorreu em função da remuneração atrativa no mercado, cujos debenturistas exigiam um prêmio sobre o mercado secundário.

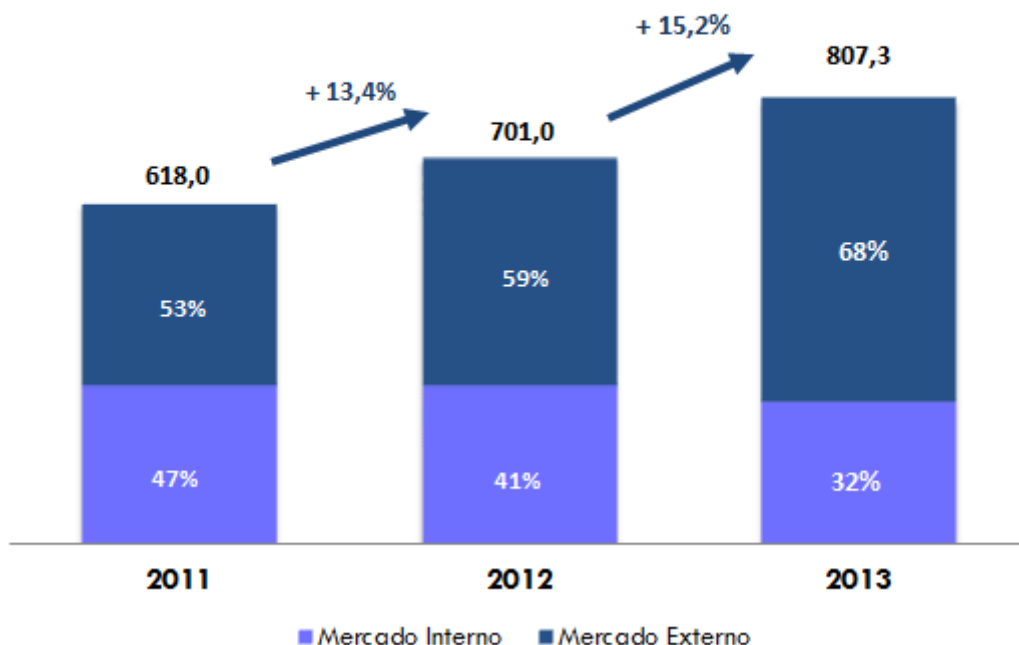
**b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

A Forjas Taurus S.A. e empresas controladas apresentaram no exercício de 2013 uma receita líquida consolidada de R\$ 807,3 milhões, representando um crescimento de 15,2% em relação aos R\$ 701,0 milhões de 2012, que já havia sido 13,4% superior a 2011, explicado principalmente pelo acréscimo de 33,3% nas exportações favorecidas pela desvalorização cambial, uma vez que o mercado interno apresentou queda.

A participação do mercado externo na receita líquida total aumentou de 59% em 2012 para 68% em 2013, representando R\$ 547,3 milhões (contra R\$ 410,6 milhões de 2012). A maior concentração de vendas ocorreu no 1T13 (31,5% do total) cuja demanda foi atípica, seguido do 3T13 (26,6%), do 2T13 (24,1%) e o mais fraco foi o 4T13 (17,7%).

## Receita Líquida - por Mercado

Valores em R\$ milhões

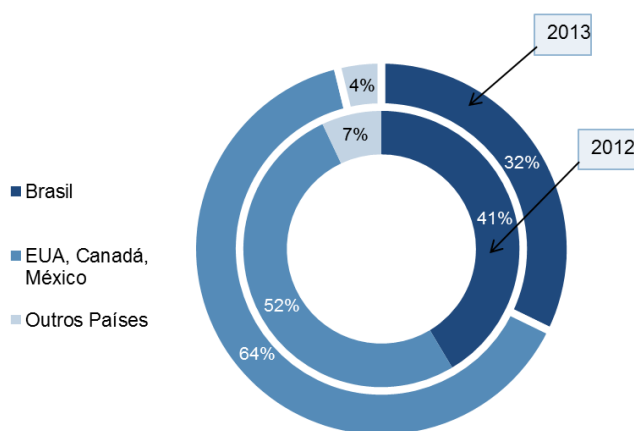


A distribuição geográfica da receita líquida consolidada demonstrada no gráfico a seguir mostra que o mercado norte-americano (EUA, México e Canadá) continua representando a maior fatia das exportações, com 64% seguido de Brasil com 32% e 4% para os demais países para os quais exportamos.

O desempenho positivo das exportações em 2013 pode ser explicado basicamente pela forte demanda em especial nos EUA face: (i) envio de 23 medidas ao Congresso pelo Presidente reeleito Barack Obama, bem mais restritiva em relação ao uso de armas para uso civil, logo após a sua posse em 16/jan/13, mas que não foram aprovadas no Congresso; e (ii) diversos incidentes com armas no mercado americano que aprofundaram o medo de mais medidas restritivas.

Quando analisamos as exportações nos

## Receita Líquida - por Geografia

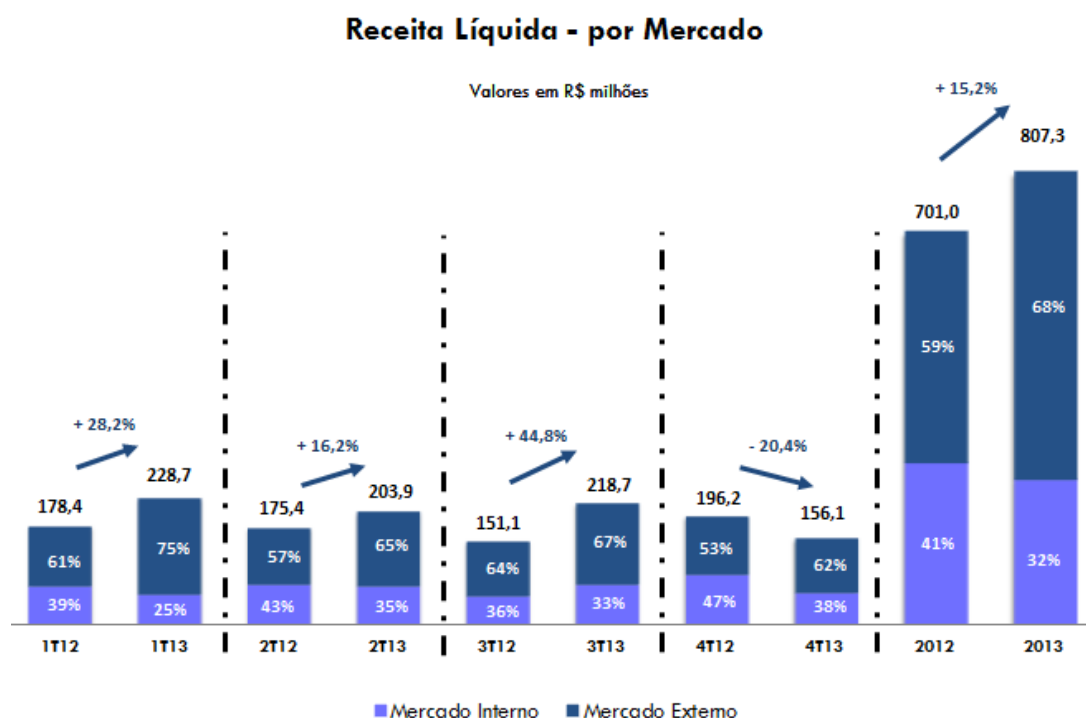


dois últimos anos e a comparamos nos mesmos trimestres de 2013 e 2012, a evolução foi bastante positiva e em comparação com a variação dos mesmos trimestres de 2012 sobre o ano anterior, mostrando certa sazonalidade típica, exceto pelo 1T13, que pelos fatores apontados anteriormente, foi excepcionalmente forte.

	4T13/4T12	3T13/3T12	2T13/ 2T12	1T13/ 1T12
<b>Cresc. % Exportações 2013</b>	-7,4%	51,0%	31,1%	58,9%
	4T12/4T11	3T12/3T11	2T12/ 2T11	1T12/ 1T11
<b>Cresc. % Exportações 2012</b>	16,6%	46,4%	21,1%	20,5%

Já no mercado interno, a receita líquida consolidada em 2013 apresentou queda e o desempenho dos trimestres foi mais errático, ficando em R\$ 260,0 milhões, 10,5% inferior a 2012, uma vez que a demanda esperada para segurança pública e privada no mercado doméstico brasileiro para os eventos esportivos de 2014 a 2016 não se concretizou no ritmo estimado.

Consequentemente, o mercado interno mostrou redução de participação na receita, ficando em 32% do total em 2013 (sobre 41% em 2012), como mostra o gráfico a seguir:



Na tabela abaixo é demonstrada a composição da receita líquida, resultado bruto, margem bruta e resultado antes dos impostos por segmento de negócios. As informações apresentadas referem-se aos períodos de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (reapresentado), conforme os padrões contábeis do IFRS, líquidas das transações entre as subsidiárias de cada segmento.

- (i) Armas – operações realizadas pela Forjas Taurus S.A. e Taurus Holdings, Inc. (Estados Unidos);

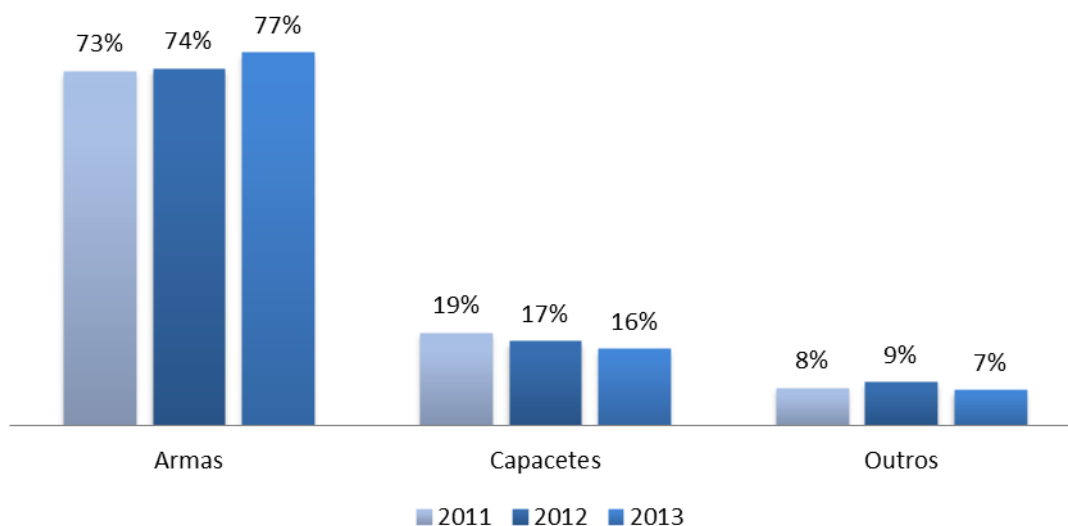


- (ii) Capacetes para motociclistas – operações realizadas pela Taurus Blindagens Ltda., Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda. e Taurus Blindagens Nordeste Ltda.;
- (iii) Outros – segmentos de forjaria (Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.), M.I.M – Metal Injection Molding, caldeiraria (exercício de 2011), coletes balísticos e produtos plásticos injetados (Taurus Blindagens Ltda.)

### I. Segmento de Defesa & Segurança

Este segmento contempla armas curtas (revólveres e pistolas de uso de segurança pública, privada, uso restrito militar e civil), armas longas (rifles e carabinas) e submetralhadoras.

#### Receita Líquida por Segmento



O principal segmento da Companhia é o de Defesa & Segurança, com os produtos armas, respondendo por 77% da receita líquida consolidada. Houve um aumento de 20,3% na receita do segmento, totalizando R\$ 621,2 milhões em 2013. O lucro bruto ficou estável, com leve queda de 2,0% em função da elevação no custo dos produtos vendidos em 2013 de 30,3% sobre 2012, explicada pelas seguintes razões: (i) mudança no mix de produtos; (ii) improdutividade oriunda da não-conformidade, que vem se reduzindo; e (ii) pressão de custos: matéria-prima e mão-de-obra.

Consequentemente, a margem bruta passou de 38,5% em 2012 para 31,4% em 2013.

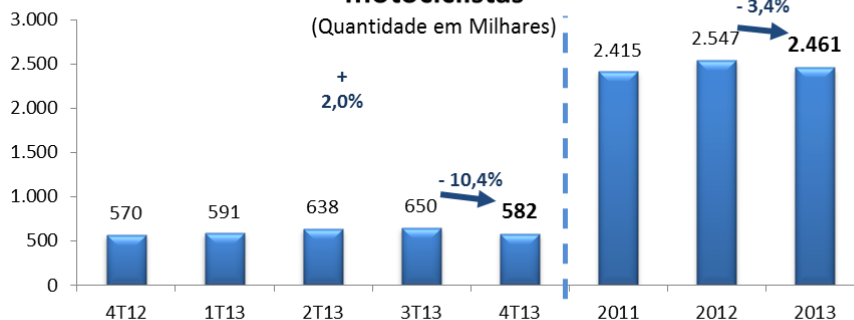
### II. Segmento de Metalurgia & Plásticos

O segmento responde por 23,1% da receita líquida, incluindo as operações da Polimetal na Unidade de São Leopoldo (RS) de Forjaria e M.I.M.- Metal Injection Molding, bem como as atividades das fábricas de capacetes para motociclistas (PR e BA) e a confecção de coletes balísticos e contêineres plásticos (PR).

#### Capacetes para motociclistas

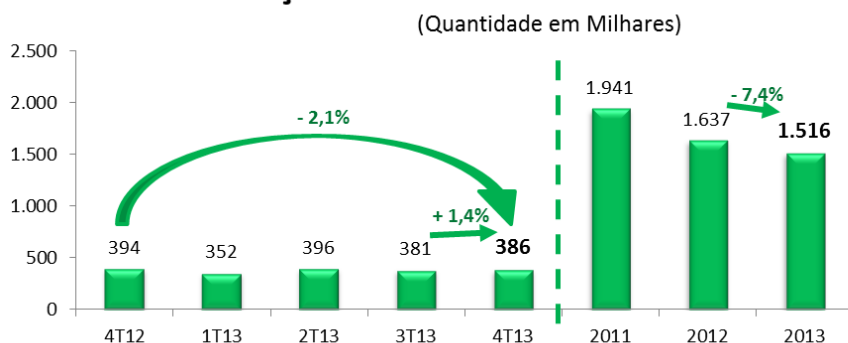
Houve um aumento de 5% na receita líquida de capacetes, que respondeu por 15,8% da receita líquida total, no montante de R\$ 127,6 milhões. O lucro bruto foi de R\$ 45,6 milhões, representando uma margem bruta de 35,7% em 2013, com queda de 4% no lucro bruto e na margem, que era de 39,1% em 2012. A queda na margem pode ser explicada pelos seguintes motivos: (i) redução na demanda por capacetes em 2013, quando comparado a 2012 devido à redução de crédito aos consumidores; e (ii) custos de matérias-primas e mão-de-obra.

#### **Evolução das vendas de Capacetes Taurus para motociclistas**



Fonte: Dados da Companhia

#### **Evolução das vendas de motocicletas no Brasil**



Fonte: Fenabreve

Os gráficos acima mostram que apesar da queda de 7,4% verificado nas vendas de motocicletas no Brasil, a Taurus caiu proporcionalmente menos, com redução de 3,4% no volume de vendas de capacetes, mas com preço médio melhor, uma vez que houve aumento de 5% na receita em 2013, ganhando fatia de mercado dos concorrentes e atingindo 51% de fatia do mercado brasileiro.

#### **Outros produtos de Metalurgia & Plásticos**

A receita atingiu R\$ 58,6 milhões em 2013, 7% inferior a 2012. Os principais produtos deste segmento são: coletes balísticos, contêineres plásticos na área de blindagens e plásticos, bem como os produtos de metalurgia.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

O impacto destas variáveis ocorre devido à exposição dos ativos e passivos da Companhia ao dólar, à inflação e à taxa de juros. A Companhia adotou uma estratégia financeira de buscar operações de hedge cambial e de juros, por meio de instrumentos financeiros derivativos, por meio de operações de hedge, minimizando a volatilidade, o impacto financeiro nas despesas, receitas financeiras e demais contas do balanço, com consequente redução do impacto negativo no resultado da Companhia.

**10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Alienação do segmento operacional de máquinas-ferramenta.

**2012 e 2011**

*Ativo não circulante mantido para a venda e resultado de operações descontinuadas*

**Alienação do ativo TMFL – Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.**

Em setembro de 2011 a Administração decidiu pela alienação da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. A partir daquela data, a participação na controlada Taurus Máquinas foi reconhecida pelo método de equivalência patrimonial e reclassificada para ativos mantidos para venda nas demonstrações financeiras individuais. Os ativos e passivos relacionados a essa controlada foram classificados, nas demonstrações financeiras consolidadas, como “mantido para venda”. Os seus resultados passaram a ser destacados em linha específica na demonstração de resultados. Provisão para perda com redução no valor recuperável de ativos foi registrada para os ativos que apresentaram valor contábil superiores aos valores justos, menos despesas para vendas. A tabela abaixo demonstra os saldos das transações classificadas como atividade descontinuada até a venda das atividades de máquinas pelo Grupo.

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Prejuízo do período das operações descontinuadas</b>		
Receitas	-	19.733
Despesas	-	(154.724)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	-	(134.991)

Em 21 de junho de 2012 a Forjas Taurus S.A. concluiu a venda das atividades operacionais da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (“TMFL”) para a Renill Participações Ltda. (“RPL”), conforme Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças (“Contrato”) assinado entre as partes.

A empresa vendedora foi a Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (“TMFL”), com a anuência da Wotan Máquinas Ltda. e da Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. (“TIIL”), por meio da constituição de uma empresa denominada SM Metalurgia Ltda. (“SML”) cujo capital subscrito no valor de R\$ 115.350, representando o montante final da alienação, mediante integralização de bens imóveis, máquinas e estoques.

Com o pagamento de dívida, de capitalização e de dação em pagamento, da Wotan Máquinas Ltda. e da Taurus Investimentos Imobiliários Ltda., a Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. passou a deter a totalidade das quotas da SM Metalurgia Ltda., ficando o compromisso de venda e o compromisso de compra pela Renill Participações Ltda. de adquirir a totalidade das quotas pelo preço de R\$ 115.350.

#### *Repactuação*

Em 12 de agosto de 2013 a Administração da Companhia recebeu da Renill Participações Ltda. (“RPL”) pedido de repactuação das condições da negociação do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, relativo à alienação da controlada SM Metalurgia Ltda. (“SML”).

Em 12 de setembro de 2013 a Companhia divulgou um Fato Relevante para anunciar que concluiu a revisão das condições do Contrato, relativo à alienação da controlada SML, por meio da assinatura de aditivo ao Contrato após a avaliação dos termos avençados originalmente.

As Partes repactuaram o preço de venda e as condições de pagamento, ajustando o valor global do Contrato relativo à alienação da controlada SML para R\$ 57.520, a ser pago da seguinte forma:

- (a) 1ª parcela, no valor de R\$ 1.960, devidamente corrigida pela TJLP e acrescida de juros de 1,8% ao ano, será paga pela RPL, por meio da SML, com o fornecimento de peças na prestação de serviços de garantia das máquinas fabricadas por TMFL, bem como o fornecimento de peças e componentes para qualquer empresa do Grupo Taurus;
- (b) 2 parcelas no valor de R\$ 2.055 cada, devidamente corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros de 1,8% ao ano, uma com vencimento em 30/06/2014 e outra com vencimento em 30/12/2014; e
- (c) saldo, em 14 parcelas semestrais, com vencimento a partir de 30/06/2015, devidamente corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros de 1,8% ao ano, no valor de R\$ 3.675 cada parcela.

A correção pela TJLP e juros de 1,8% ao ano incidirá desde a data da assinatura do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, realizada em junho de 2012.

A Companhia tem registrado uma provisão adicional para perda em 31 de dezembro de 2013 no valor de R\$ 62.991 tendo em vista que: i) entende ter havido deterioração das condições de crédito; ii) ainda não concluiu a formalização plena das garantias da operação; iii) pelo fato do comprador ser uma empresa Limitada não há informações atualizadas disponíveis para avaliar sua presente situação econômico financeira.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo a receber pela venda das operações da TMFL está registrado da seguinte forma:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Valor da venda	<b>115.350</b>	115.350
Atualização monetária do contrato	<b>6.052</b>	3.224
Ajuste de preço	<b>(57.830)</b>	(57.830)
Saldo a receber	<b>63.572</b>	60.744
Provisão adicional para perda	<b>(62.991)</b>	(60.744)
Total *	<b>581</b>	-

(\*) Montante registrado na rubrica de outras contas a receber no ativo circulante.

#### Desativação da linha de Produção e Prestação de Serviços de Forjaria para Terceiros

Ao final de 2013 a Administração da Companhia, alinhada com as mudanças estruturais e na estratégia de concentrar esforços nos segmentos de maior valor agregado, decidiu pela desativação da linha de produção e prestação de serviços de forjaria para terceiros da Controlada Polimetal. As máquinas e equipamentos foram disponibilizados para a venda, tendo sido registradas em rubrica específica nas demonstrações financeiras. O saldo em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$ 5.588, representado pelo o menor entre o saldo contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. As receitas de serviço da forjaria a terceiros representam menos de 5% das vendas da Companhia. As demais atividades industriais da Polimetal continuam normalmente.

#### **b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

**02 de maio de 2012**, a aquisição do controle da Heritage Manufacturing, Inc., empresa americana fundada em 1992, com sede em Opa Locka, Flórida, pelo montante de USD 10 milhões, pela controlada Taurus Holdings, Inc. A Heritage é uma empresa que orgulhosamente produz uma lenda americana, o revólver Single Action, reforçando a posição de liderança mundial na produção de revólveres.

**01 de janeiro de 2012**: aquisição da Steelinject – Injeção de Aços Ltda. no valor de R\$ 14 milhões, sendo pagos em cinco parcelas mensais de R\$ 2,8 milhões, como complemento do segmento de produtos da Companhia, fabricados pelo método de M.I.M. (Metal Injection Molding). Pelo contrato de compra e venda assinado entre as partes, o controle dessa empresa passou para a Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. a partir de 1º de janeiro de 2012, data em que efetivamente ocorreu a conclusão do negócio e houve a transferência das quotas representativas da totalidade do capital social da mesma;

**Outubro de 2011**: a Companhia informou a seus acionistas e ao mercado em geral que vinha mantendo tratativas com Lupatech S.A., companhia aberta brasileira, sediada na cidade de Caxias do Sul, RS, com a finalidade de definir as condições básicas para a aquisição da totalidade das quotas sociais de sua controlada Steelinject Injeção de Aços Ltda., igualmente sediada em Caxias do Sul, RS.

**Julho de 2011**: Reestruturação Societária, por meio da qual a Polimetal Metalurgia e Plásticos passou a ser controlada da Companhia, passando a deter 99,99% do seu capital total. A Reestruturação Societária foi completamente implementada com a transferência integral para a Polimetal, das atividades de fabricação e comercialização relativas aos negócios de peças forjadas e usinadas em geral, injeção de metal (tecnologia MIM - *Metal Injection Molding*), tratamento térmico de metais, fabricação de capacetes e acessórios para motociclistas, coletes balísticos de proteção, contenedores plásticos e ferramentas manuais e outros ativos não vinculados exclusivamente à fabricação de armas (“Segmento Polimetal”), a qual ocorreu em dezembro de 2011 e janeiro de 2012.

#### **c) eventos ou operações não usuais**

##### ***Reestruturação Societária***

Em 2011, tendo em vista a Reestruturação, aprovada na AGE/AGESP realizada em 27 de maio de 2011 e ratificada na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 04 de julho de 2011, são esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em decorrência da segunda etapa da Reestruturação, as demonstrações financeiras da Companhia sofrerão o impacto do resgate parcial de ações de emissão da Companhia, a suporte da conta de reservas de lucros existentes, no valor de R\$ 165 milhões, para o que será necessária a recomposição do caixa, a partir de novos financiamentos a serem contratados com prazo de cinco anos, incluindo um ano e meio de carência, registrando um aumento do endividamento financeiro da Companhia.

Além disso, em decorrência da terceira etapa da Reestruturação, isto é, da Incorporação de Ações da Polimetal, o capital social da Companhia sofreu um aumento no montante do acervo líquido da Polimetal (R\$38.797.469,79), passando de R\$219.000.000,00 para R\$257.797.469,79 – o que também refletiu nas demonstrações financeiras da Companhia.

Dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia em 2011 sofreram os efeitos do pagamento do reembolso das ações dos dissidentes da Reestruturação à conta das reservas existentes. O montante total do reembolso pago aos acionistas que se retiraram da Companhia no âmbito da Reestruturação foi de R\$32.886.816,60.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para a Reestruturação Societária: (i) a preservação dos devidos registros, certificados, autorizações e licenças para a fabricação, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, tráfego e comércio dos produtos e atividades referentes à fabricação e comércio de armas, nos termos do Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000; (ii) a manutenção e aproveitamento dos saldos acumulados de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) registrada na Polimetal; (iii) a liquidação do endividamento registrado no balanço patrimonial da Polimetal; (iv) a contrapartida equitativa e proporcional ao referido resgate de ações a todos os atuais acionistas não controladores da Companhia; (v) o aproveitamento de um veículo da cadeia de controle para o desenvolvimento de atividades operacionais.

#### **10.4. Comentários dos diretores sobre:**

##### **a) Novas normas e interpretações ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013**

###### **i) Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

Não houve nenhum evento ou operação não usual que merecesse destaque.

###### **b) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Houve um parágrafo de ênfase conforme transcrito abaixo: “As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Forjas Taurus S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência

patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.”

**10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):**

*Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos do CPC exigem que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e as informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão discriminadas abaixo:

**a. Ativos e passivos fiscais diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Os saldos registrados são originados, principalmente, de provisões temporárias diversas.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado mensalmente. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

O montante registrado passível de compensação refere-se ao valor de imposto de renda diferido ativo e passivo ao qual a entidade tem o direito legal de compensação e ao qual pretende realizar em base líquida.

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Sobre diferenças temporárias ativas, prejuízo fiscal e bases negativas</b>			
Provisão para comissões sobre vendas	586	1.061	1.455
Ajuste a valor presente	432	311	187
Provisão processos trabalhistas	2.094	874	552
Provisão para perdas por não ressarcimento de seguros	782	782	782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.677	2.152	1.762
Provisão para garantia de produtos	2.775	361	66
Provisão para riscos judiciais	842	0	0
Ajuste receitas diferidas	1.183	0	0
Instrumentos financeiros derivativos	3.338	2.965	6.886
Provisão para perda de incentivos fiscais	0	0	0
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	42.665	42.735	37.448
Estoques – lucros não realizados	5.433	8.816	6.822
Outros itens	2.111	137	137
	<b>64.918</b>	<b>60.194</b>	<b>56.097</b>
<b>Sobre diferenças temporárias passivas</b>			
Ajuste de avaliação patrimonial	-3.097	-2.918	-4.898
Diferença de base de depreciação	-7.772	-6.757	-6.378
Alocação de ágio	-6.058	-	0
Encargos financeiros	-1.155	-915	-1006
Instrumentos financeiros derivativos	-15.344	-11.332	-6.160
	<b>-33.426</b>	<b>-21.922</b>	<b>-18.442</b>
Total ativo e passivo, líquido	<b>31.492</b>	<b>38.272</b>	<b>37.655</b>
Classificadas no ativo não circulante	<b>44.364</b>	<b>44.049</b>	<b>43.767</b>
Classificadas no passivo não circulante	<b>-12.872</b>	<b>-5.777</b>	<b>-6.112</b>

Como parte da reestruturação societária, ocorrida em 04 de julho de 2011, que trata do aproveitamento dos benefícios econômicos e estratégicos de mercado para novos segmentos, a Administração da Companhia considerou a existência dos saldos acumulados de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido registrada na controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. para o registro de ativo fiscal diferido. O registro contábil foi realizado quando se tornou provável que no futuro haverá lucro tributável suficiente para compensar esses prejuízos. A avaliação da existência de lucro tributável futuro foi fundamentada na atividade operacional a ser executada pela controlada no novo segmento de mercado “Segmento Polimetal”, o qual passou a ser



responsável por parcela significativa das operações do Grupo.

A controladora apresentou prejuízo fiscal e base negativa no ano de 2013 e 2012. Os estudos de resultados futuros demonstram que haverá lucros tributáveis futuros para o aproveitamento de tais créditos e, conseqüentemente, a Companhia registrou ativo diferido até o montante realizável conforme seu estudo de rentabilidade tributária futura.

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrados contabilmente na controladora Forjas Taurus S.A. e na controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. serão absorvidos por lucros tributáveis estimados para os próximos 10 anos, conforme demonstrado abaixo:

<b>Exercício</b>	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>Total</b>	<b>% de participação</b>	<b>Total</b>	<b>% de participação</b>
2014	2.138	5,00%	-	-
2015	2.981	6,98%	-	-
2016	3.545	8,30%	-	-
2017	5.408	12,65%	1.415	20,21%
2018	7.850	18,36%	3.356	47,94%
2019	7.563	17,70%	2.229	31,85%
2020	6.686	15,65%	-	-
2021	6.494	15,36%	-	-
<b>Total</b>	<b>42.665</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.000</b>	<b>100,00%</b>

O valor do prejuízo fiscal e base da contribuição social negativa sobre os quais não se registram impostos diferidos totalizam, no consolidado, R\$ 328.850 (R\$ 215.835 em 2012) e na controladora R\$ 77.580 (R\$ 13.989 em 2012).

Os principais saldos de prejuízo fiscais e bases negativas se encontram na controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. Os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos contabilmente por esta controlada totalizam R\$ 76.988 (R\$ 68.553 em 2012). O imposto de renda e contribuição social sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de contribuição social negativa serão reconhecidos à medida que houver evidências de que sua realização seja provável em um futuro previsível.

## **b. Contingências**

A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para perdas com processo judiciais em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso avaliadas como risco provável. Os valores de provisão são registrados no grupo de outras contas a pagar. A composição das contingências está apresentada abaixo:

Consolidado					
	2013		2012		2011
	Provisão	Depósito Judicial (1)	Líquido	Líquido	Líquido
Trabalhistas	7.061	2.882	4.179	2.223	-600
Tributárias					
Federal	4.557	458	4.099	-423	-423
Estadual	388	726	-338	1.646	2.401
	12.006	4.066	7.940	3.446	1.378

Controladora					
	2013		2012		2011
	Provisão	Depósito Judicial (1)	Líquido	Líquido	Líquido
Trabalhistas	3.135	1.305	1.830	2.201	281
Tributárias					
Federal	0	423	-423	-423	-423
Estadual	388	726	-338	-328	367
	3.523	2.454	1.069	1.440	225

(1) Registrado em outras contas a receber no ativo não circulante.

Segue abaixo movimentação das provisões:

Consolidado			
	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.465</b>	<b>2.796</b>	<b>4.261</b>
Provisões feitas durante o exercício	3.232	23	3.255
Provisões utilizadas durante o exercício	-8	-350	-358
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>4.689</b>	<b>2.469</b>	<b>7.158</b>
Provisões feitas durante o exercício	2.706	2.476	5.182
Provisões utilizadas durante o exercício	-334	0	-334
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>7.061</b>	<b>4.945</b>	<b>12.006</b>

Controladora			
	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.465</b>	<b>738</b>	<b>2.203</b>
Provisões feitas durante o exercício	2.004	0	2.004
Provisões utilizadas durante o exercício	0	-350	-350
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>3.469</b>	<b>388</b>	<b>3.857</b>
Provisões utilizadas durante o exercício	-334	0	-334
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>3.135</b>	<b>388</b>	<b>3.523</b>

A Companhia e suas controladas possuem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, no montante consolidado de aproximadamente R\$ 21.840 na controladora e R\$ 65.368 no consolidado (R\$ 10.915 e R\$ 44.287, respectivamente, em 2012) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. A principal ação individual refere-se a demanda movida por Hunter Douglas NV contra a empresa Wotan Máquinas Ltda. relativo a cobrança originada de contrato de mútuo para financiamento às exportações firmado entre ambas em 2001. A Controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. figura no pólo passivo da demanda em razão da superveniente locação do

parque industrial realizado com a Wotan Máquinas Ltda. no ano de 2004. A Ação é estimada em R\$ 20.000 e o risco de perda é avaliado pelos advogados da Companhia como possível.

A Companhia ajuizou diversas ações visando o reconhecimento de créditos fiscais diversos, cujos valores serão reconhecidos à medida de sua efetiva realização.

### c. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas Taurus Blindagens Ltda., Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda. e Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Abaixo resumimos nossas posições com instrumentos derivativos:

	Consolidado			Controladora		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Instrumentos financeiros derivativos ativo	45.212	33.513	18.262	45.096	32.925	17.778
Instrumentos financeiros derivativos passivo	-9.595	-7.750	-19.358	-9.010	-6.576	-19.358
Ativos mantidos para venda	0	0	128	0	0	0
	35.617	25.763	-968	36.086	26.349	-1.580

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo apresentando derivativos em aberto na data, organizada por vencimento, contraparte, valor nocional e valor justo:

			2013		2012		2011	
Instrumento/Contratar Contraparte		Moeda de contratação referente ao valor nocional	Nocional em milhares	Valor justo	Nocional em milhares	Valor justo	Nocional em milhares	Valor justo
<b>Swap Fixed x Libor</b>								
Taurus Holdings, Inc.	TD Bank	Dólares Americanos - USD	5.711 -	585	5.711 -	1.174	-	
<b>Swap Juros + V.C. USD x CDI + R\$</b>								
Forjas Taurus S.A.	Banco ABC do Brasil	Dólares Americanos - USD	-	-	-	-	12.000	217
<b>Swap Pré x CDI</b>								
Forjas Taurus S.A.	Banco Itaú BBA	Reais – BRL	37.356	440	37.356	1.917	37.356	1.801
Taurus Blindagens Ltda	Banco Itaú BBA	Reais – BRL	9.652	80	9.652	405	9.652	334
Taurus Helmets Ltda.	Banco Itaú BBA	Reais – BRL	4.355	36	4.355	183	4.355	150
<b>Swap Juros + V.C. USD x CDI + R\$</b>								
Forjas Taurus S.A.	Banco Itaú BBA	Reais – BRL	100.000	40.964	100.000	31.008	100.000	15.597
Forjas Taurus S.A.	BES Investimentos	Reais – BRL	-	-	-	-	80.000 -	4.099
Forjas Taurus S.A.	Banco Citibank	Reais – BRL	30.391	3.692	30.391 -	150	-	-
Forjas Taurus S.A.	Banco Bradesco	Reais – BRL	-	-	-	-	868	163
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	Banco Bradesco	Reais – BRL	-	-	-	-	680	128
Forjas Taurus S.A.	Banco Pine	Reais – BRL	40.000 -	7.617	-	-	-	-
<b>Non-deliverable forward (exportação)</b>								
Forjas Taurus S.A.	Bes Investimentos	Dólares Americanos - USD	-	-	16.000 -	3.350	40.500 -	8.435
Forjas Taurus S.A.	Banco Itaú BBA	Dólares Americanos - USD	-	-	4.700 -	3.076	27.600 -	4.098
Forjas Taurus S.A.	Bes Investimentos	Dólares Americanos - USD	20.000 -	1.393	-	-	-	-
Forjas Taurus S.A.	BNP Paribas	Dólares Americanos - USD	-	-	-	-	20.000 -	2.726
				35.617	25.763		-968	

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado, conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas. Ressalta-se que todos os contratos em aberto em 2013 são operações de mercado de balcão, registradas na CETIP, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de *Mark to Market (MtM)*.

A seguir, são descritos cada um dos derivativos vigentes e os instrumentos que são objeto de proteção.

#### Non-deliverable forward (exportação)

Conforme políticas de exportação da Companhia foram contratados instrumentos financeiros derivativos para proteger um percentual da receita de exportação, com alta probabilidade de ocorrência, contra a oscilação do dólar.

#### Swap Libor + V.C. USD x CDI + R\$

A Companhia possui posições de *swaps* moeda convencionais de *Libor* 6m x CDI com o intuito de fixar o fluxo de pagamento de dívidas atreladas a uma taxa pós-fixada, para uma taxa pós-fixada no mercado interno.

#### Swap Pré x CDI

A Companhia possui posições de *swaps* convencionais de taxas fixas relacionadas aos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI (Nota 14) com objetivo de vincular a exposição de taxas de juros a uma taxa pós-fixada no mercado interno.

#### Swap Juros + V.C. USD x CDI + R\$

A Companhia possui posições de *swaps* convencionais de Depósitos Interbancários (DI) *versus* dólar com o objetivo de atrelar a dívida em reais, atrelada ao DI, para uma dívida fixa em dólar. Nesse mesmo sentido, a Companhia possui posições de *swaps* convencionais de dólar *versus* DI com o objetivo de atrelar a dívida em dólar a uma dívida em reais atrelada ao DI. Tais *swaps* estão atrelados às dívidas no que diz respeito a valores, prazos e fluxo de caixa.

#### d. Riscos

##### a) Riscos de crédito

##### Exposição a riscos de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado		
	Valor contábil		
	2013	2012	2011
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	659
Recebíveis de clientes	179.814	168.240	155.300
Demais empréstimos e recebíveis	20.691	27.950	19.948
Caixa e equivalentes de caixa	281.119	180.781	162.226
Contratos de câmbio a termo e <i>swaps</i> de taxa de juros utilizados para <i>hedge</i> ativo	45.212	33.513	18.262
Total	526.836	410.484	356.395

	Controladora		
	Valor contábil		
	2013	2012	2011
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	659
Recebíveis de clientes	175.243	60.545	147.548
Demais empréstimos e recebíveis	16.905	18.889	17.656
Caixa e equivalentes de caixa	27.874	101.560	71.320
Contratos de câmbio a termo e <i>swaps</i> de taxa de juros utilizados para <i>hedge</i> ativo	45.096	32.925	1.778
	265.118	213.919	238.961

##### Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis de clientes na data do relatório por região geográfica foi:

	Consolidado			Controladora		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Doméstico - recebíveis de clientes	84.788	80.844	101.082	20.622	30.911	69.254
Estados Unidos - recebíveis de clientes	79.346	69.765	47.317	142.465	13.379	71.436
Outros	15.680	17.631	6.901	12.156	16.255	6.858
Total	179.814	168.240	155.300	175.243	60.545	147.548

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis na data do relatório por tipo de contraparte foi:

	Consolidado			Controladora		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Cientes - órgãos públicos	33.745	26.924	60.069	27.971	19.919	57.257
Cientes - distribuidores	135.153	99.058	8.792	146.276	21.117	79.775
Cientes finais	10.916	42.258	86.439	996	19.509	10.516
Total	179.814	168.240	155.300	175.243	60.545	147.548

#### Perdas por redução no valor recuperável

O vencimento dos empréstimos e recebíveis concedidos na data das demonstrações financeiras era:

	Consolidado					
	Bruto			Impairment		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Não vencidos	158.818	140.422	129.172	-	-	-
Vencidos há 0-30 dias	990	1.142	12.144	-	-	-
Vencidos há 31 - 360 dias	2.813	4.546	8.663	1.883	410	1.098
Vencidos há mais de um ano	17.193	22.130	5.321	16.271	18.983	5.321
	179.814	168.240	155.300	18.154	19.393	6.419

*Parcela substancial dos valores atrasados refere-se a vendas a órgãos públicos com atrasos médios de pagamentos de até 90 dias, considerado usual pela Administração da Companhia para clientes do setor público.*

	Controladora					
	Bruto			Impairment		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Não vencidos	169.540	49.591	131.715	-	-	-
Vencidos há 0-30 dias	569	4.644	4.372	-	-	-
Vencidos há 31 - 360 dias	1.603	3.294	7.403	399	410	410
Vencidos há mais de um ano	3.531	3.016	4.058	3.196	2.332	2.259
	175.243	60.545	147.548	3.595	2.742	2.669

*Parcela substancial dos valores atrasados refere-se a vendas a órgãos públicos com atrasos médios de pagamentos de até 90 dias, considerado usual pela Administração da Companhia para clientes do setor público.*

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Companhia acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável é necessária com relação a contas a receber de clientes não vencidas ou vencidas até 30 dias; grande parte do saldo, que inclui o montante devido pelos clientes mais importantes da Companhia, está relacionado a clientes que possuem um bom histórico de pagamento com a mesma.

Os outros valores a receber referem-se a valores a receber de diversas naturezas, com vencimentos inferiores há um ano e com baixo risco de crédito.

b) Risco de liquidez

A seguir, estão apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

Consolidado						
2013						
	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Fornecedores	32.978	32.978	32.978	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	661.681	744.177	416.440	117.318	186.083	24.336
Títulos de dívida emitidos	57.565	64.997	64.997	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	19.606	22.516	22.516	-	-	-
Adiantamento de recebíveis	115.972	115.972	115.972	-	-	-
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>						
Instrumentos derivativos (ativos)	- 45.212 -	45.212 -	45.212	-	-	-
Instrumentos derivativos (passivos)	9.595	9.595	9.595	-	-	-
<b>Total</b>	<b>852.185</b>	<b>945.023</b>	<b>617.286</b>	<b>117.318</b>	<b>186.083</b>	<b>24.336</b>

Consolidado						
2012						
	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Fornecedores	34.958	34.958	34.958	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	578.040	629.667	330.372	88.471	210.369	455
Títulos de dívida emitidos	94.698	99.459	99.459	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	28.711	35.690	35.690	-	-	-
Saques cambiais	5.128	5.188	5.188	-	-	-
Adiantamento de recebíveis	26.375	26.375	26.375	-	-	-
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>						
Instrumentos derivativos (ativos)	- 33.513 -	33.513 -	33.513	-	-	-
Instrumentos derivativos (passivos)	7.750	7.750	7.750	-	-	-
<b>Total</b>	<b>742.147</b>	<b>805.574</b>	<b>506.279</b>	<b>88.471</b>	<b>210.369</b>	<b>455</b>

Consolidado						
2011						
	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Fornecedores	26.291	26.291	26.291	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	331.696	367.899	101.855	176.293	73.079	16.672
Títulos de dívida emitidos	125.330	155.713	81.825	30.164	43.724	-
Certificado de recebíveis imobiliários	36.127	44.001	7.768	24.287	11.946	-
Saques cambiais	39.626	40.510	40.510	-	-	-
Adiantamento de recebíveis	17.530	17.530	17.530	-	-	-
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>						
Instrumentos derivativos (ativos)	- 18.262 -	18.262 -	18.262	-	-	-
Instrumentos derivativos (passivos)	19.358	19.358	19.358	-	-	-
<b>Total</b>	<b>577.696</b>	<b>653.040</b>	<b>276.875</b>	<b>230.744</b>	<b>128.749</b>	<b>16.672</b>



Controladora						
2013						
	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Fornecedores	63.487	63.487	63.487	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	434.828	486.876	348.332	67.598	67.935	3.011
Títulos de dívida emitidos	57.565	64.997	64.997	-	-	-
Adiantamento de recebíveis	71.040	71.040	71.040	-	-	-
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>						
Instrumentos derivativos (ativos)	- 45.096 -	45.096 -	45.096	-	-	-
Instrumentos derivativos (passivos)	9.010	9.010	9.010	-	-	-
	<b>590.834</b>	<b>650.314</b>	<b>511.770</b>	<b>67.598</b>	<b>67.935</b>	<b>3.011</b>
Controladora						
2012						
	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Fornecedores	40.742	40.742	40.742	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	383.083	408.347	302.514	56.086	49.476	271
Títulos de dívida emitidos	94.698	99.459	99.459	-	-	-
Saques cambiais	5.128	-	-	-	-	-
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>						
Instrumentos derivativos (ativos)	- 32.925 -	32.925 -	32.925	-	-	-
Instrumentos derivativos (passivos)	6.576	6.576	6.576	-	-	-
	<b>497.302</b>	<b>522.199</b>	<b>416.366</b>	<b>56.086</b>	<b>49.476</b>	<b>271</b>
Controladora						
2011						
	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Fornecedores	15.823	15.823	15.823	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	261.434	291.979	87.554	138.271	64.914	1.240
Títulos de dívida emitidos	125.330	155.713	81.825	30.164	43.724	-
Saques cambiais	39.626	40.510	40.510	-	-	-
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>						
Instrumentos derivativos (ativos)	- 17.778 -	17.778 -	17.778	-	-	-
Instrumentos derivativos (passivos)	19.358	19.358	19.358	-	-	-
	<b>443.793</b>	<b>505.605</b>	<b>227.292</b>	<b>168.435</b>	<b>108.638</b>	<b>1.240</b>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

c) Risco de moeda (cambial)

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira era a seguinte (em valores nominais):

	Consolidado		
	USD mil		
	2013	2012	2011
Contas a receber	45.914	42.768	28.904
Saques cambiais	-	2.509	21.018
Empréstimos bancários garantidos	- 149.096	- 149.463	- 101.362
Fornecedores exterior	- 5.723	- 6.170	- 4.716
Exposição líquida do balanço patrimonial	- 108.905	- 115.374	- 98.192

Na exposição ao risco cambial consolidado estão considerados os empréstimos bancários garantidos da Taurus Holdings, Inc. o montante de USD 45.381 em 2013 (USD 45.153 em 2012).

	Controladora		
	USD mil		
	2013	2012	2011
Contas a receber	4.302	7.954	3.656
Contas a receber – partes relacionadas no exterior	63.269	6.547	38.083
Saques cambiais	-	2.509	21.018
Empréstimos bancários garantidos	- 101.524	- 103.082	- 72.040
Fornecedores exterior	- 738	- 957	- 524
Exposição líquida do balanço patrimonial	- 34.691	- 92.047	- 51.843

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o exercício de 2013, 2012 e 2011:

	Taxa média			Taxa à vista		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
R\$/USD	2,1741	1,9588	1,6746	2,3426	2,0435	1,8758

### Análise de sensibilidade

Uma depreciação do Real, como indicado abaixo, contra o Dólar norte-americano em 2013 teria reduzido o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes demonstrados abaixo. Esta análise é baseada na expectativa da taxa de câmbio de moeda estrangeira para o final do exercício, que é de R\$ 2,40 (cenário provável), com base no relatório Focus de 03 de janeiro de 2014, emitido pelo Banco Central do Brasil. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

	Consolidado		Controladora	
	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
<b>31 de dezembro de 2013</b>				
R\$/USD (taxa projetada 2,40)	- 6.251	- 6.251	- 1.991	- 1.991
R\$/USD (25% - taxa projetada 3,00)	- 71.594	- 71.594	- 22.806	- 22.806
R\$/USD (50% - taxa projetada 3,60)	- 136.937	- 136.937	- 43.620	- 43.620
<b>31 de dezembro de 2012</b>				
R\$/USD (taxa projetada 2,01)	3.865	3.865	3.084	3.084
R\$/USD (25% - taxa projetada 2,51)	- 54.111	- 54.111	- 42.940	- 42.940
R\$/USD (50% - taxa projetada 3,02)	- 112.087	- 112.087	- 89.884	- 89.884
<b>31 de dezembro de 2011</b>				
R\$/USD (25% - taxa projetada 2,34)	46.047	46.047	24.311	24.311
R\$/USD (50% - taxa projetada 2,81)	92.094	92.094	48.623	48.623

d) Risco de taxa de juros

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Os saldos de instrumentos expostos a variação de taxa são abaixo sumariados:

	Consolidado		
	Valor Contábil		
	2013	2012	2011
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>			
Passivos financeiros	127.012	133.281	98.884
<b>Instrumentos de taxa variável</b>			
Ativos financeiros	119.667	185.350	105.730
Passivos financeiros	621.435	579.871	453.053

	Controladora		
	Valor Contábil		
	2013	2012	2011
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>			
Passivos financeiros	35.220	21.917	29.932
<b>Instrumentos de taxa variável</b>			
Ativos financeiros	68.868	129.805	76.701
Passivos financeiros	466.183	467.566	415.615

Uma alteração de 10 pontos percentuais na base das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados a seguir. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base para 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

	Consolidado		
	Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício		
	2013	2012	2011
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	- 2.741	- 2.418	1.865
Alteração na taxa de juros sobre aplicações financeiras	363	523	448

	Consolidado		
	Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício		
	2013	2012	2011
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	- 2.082	- 1.380	1.821
Alteração na taxa de juros sobre aplicações financeiras	116	334	302

## Valor justo versus valor contábil

	Consolidado					
	2013		2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos mensurados pelo valor justo</b>						
Contratos de câmbio a termo e Swap da taxa de juros utilizada para operações de hedge	45.212	45.212	33.513	33.513	18.262	18.262
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	281.119	281.119	180.781	180.781	162.226	162.226
Contas a receber	161.660	161.660	148.847	148.847	148.881	148.881
Títulos a receber	580	580	-	-	-	-
	443.359	443.359	329.628	329.628	311.107	311.107
<b>Passivos mensurados pelo valor justo</b>						
Contratos de câmbio a termo e Swap da taxa de juros utilizada para operações de hedge	9.595	9.595	7.750	7.750	19.358	19.358
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>						
Empréstimos bancários garantidos	661.681	621.487	578.040	562.443	331.696	331.696
Emissão de títulos de dívida	57.565	59.212	94.698	96.195	126.597	126.597
Saques cambiais	-	-	5.128	5.018	39.626	39.626
Fornecedores e adiantamento de recebíveis	148.950	148.950	61.333	61.333	43.821	43.821
Antecipação de créditos imobiliários	19.606	20.512	28.711	29.823	36.127	36.127
	887.802	850.161	767.910	754.812	577.867	577.867

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Controladora					
	2013		2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos mensurados pelo valor justo</b>						
Contratos de câmbio a termo e Swap da taxa de juros utilizada para operações de hedge	45.096	45.096	32.925	32.925	17.778	17.778
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	27.874	27.874	180.781	180.781	71.320	71.320
Contas a receber	175.243	175.243	148.847	148.847	144.879	144.879
	203.117	203.117	329.628	329.628	216.199	216.199
<b>Passivos mensurados pelo valor justo</b>						
Contratos de câmbio a termo e Swap da taxa de juros utilizada para operações de hedge	9.010	9.010	6.576	6.576	19.358	19.358
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>						
Empréstimos bancários garantidos	434.828	423.207	383.083	382.531	261.434	261.434
Emissão de títulos de dívida	57.565	59.212	94.698	96.195	126.597	126.597
Saques cambiais	-	-	5.128	5.018	39.626	39.626
Fornecedores e adiantamento de recebíveis	134.527	134.527	40.742	40.742	15.823	15.823
	626.920	616.946	523.651	524.486	443.480	443.480

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de

apresentação das demonstrações financeiras. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas nas taxas projetadas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na data das demonstrações financeiras. Parcela substancial dos empréstimos são contratados com taxas pós fixadas. As taxas observáveis em operações recentes são similares as contratuais.

Os efeitos de ganho e perda apenas relacionados a instrumentos financeiros derivativos, não classificados como contabilidade de *hedge*, estão divulgados na nota de receita e despesa financeira, em linha específica. A companhia não apresentou ganhos ou perdas com os instrumentos não derivativos visto que os mesmos são mensurados pelo custo amortizado.

### iii) Valor justo versus valor contábil

De acordo com os critérios de classificação hierárquica para determinação do valor justo, onde: nível 1 corresponde a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, nível 2 corresponde a inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e nível 3 refere-se a premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis), a Companhia classificou contabilmente os valores justos dos instrumentos financeiros como sendo de nível 2.

### iv) Hedge Accounting

As operações de contratos a termo (NDF), opções (Zero Cost Collar) e de pré-pagamentos são fixadas visando proteger a exposição das vendas futuras em dólar. Há ainda as operações de Finimp, contratadas com o objetivo de proteger a exposição das compras futuras em dólar. A Companhia aplicou política de Hedge para estas transações em junho de 2012, tendo descontinuado sua aplicação em dezembro do mesmo ano.

As demais operações com derivativos, embora também sejam instrumentos de hedge, não estão registradas na forma de hedge accounting e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

A seguir apresentamos detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de “*hedge accounting*”. Os montantes protegidos por tais instrumentos (objeto) são de valores e prazos similares.

Vencimento	Moeda	Contratos a termo (NDF)	Operações com opções (Zero Cost Collar)	Pré-pagamento de exportação (PPE)	FINIMP	Total
Até 31/03/2013	USD	3.900	-	-	1.387	5.287
Até 30/06/2014	USD	800	-	-	3.000	3.800
Até 31/12/2014	USD	-	-	-	-	-
Até 31/12/2015	USD	-	-	833	-	833
Até 31/03/2016	USD	-	-	833	-	833
Até 31/03/2017	USD	-	-	834	-	834
<b>TOTAL</b>	<b>USD</b>	<b>4.700</b>	<b>-</b>	<b>2.500</b>	<b>4.387</b>	<b>11.587</b>

A seguir estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas consolidados no período, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Descrição	Moeda	Perdas registradas no Resultado									Perdas registradas no patrimônio líquido			
		Alocado na receita bruta em			Alocado no resultado financeiro em									
		2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011				
Contratos a termo (NDF)	R\$	-	-	693	-	-	557	-	2.689	-	-	-	557	-
Operações de opções (Zero Cost Collar)	R\$	-	-	223	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-pagamento de exportação (PPE)	R\$	-	-	-	-	-	554	-	-	-	-	-	554	-
Finimp	R\$	-	-	-	-	-	352	-	354	-	-	-	352	-
TOTAL	R\$	-	-	916	-	-	1.463	-	3.043	-	-	-	1.463	-

Os efeitos de perda relativos a hedge de fluxo de caixa em 31 dezembro de 2012, no valor de R\$ 1.463, foram alocados ao Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 498.

	Saldos das controladas em aberto com a controladora				Efeito de resultado das transações das controladas com a controladora		
	Ativo circulante	Ativo não circulante (créditos com pessoas ligadas)	Total de ativo	Passivo circulante (*)	Total de passivo	Receita	Despesa
31 de dezembro de 2011							
Taurus Blindagens Ltda.	-	-	-	286	286	-	246
Taurus Holdings,Inc. (nota 10)	71436	-	71436	34	34	205.924	3.413
Taurus Security Ltda.	-	547	547	-	-	-	-
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.(**)	-	-	-	-	-	-	7.327
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	83	58.540	58.623	-	-	201	241
	71519	59.087	130.606	320	320	206.125	11227
31 de dezembro de 2012							
Taurus Blindagens Ltda.	-	-	-	2.594	2.594	-	2.124
Taurus Holdings,Inc. (nota 10)	13.379	-	13.379	699	699	244.809	3.997
Taurus Security Ltda.	-	547	547	-	-	-	-
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. (**)	5.811	-	5.811	-	-	-	4.694
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	-	114.033	114.033	-	-	-	-
Polimetall Metalurgia e Plásticos Ltda. (***)	8.102	-	8.102	24.156	24.156	7.921	103.726
	27.292	114.580	141.872	27.449	27.449	252.730	114.541
31 de dezembro de 2013							
Taurus Blindagens Ltda.	-	-	-	-	-	-	12
Taurus Holdings,Inc. (nota 10)	148.215	-	148.215	15.635	15.635	248.265	4.542
Taurus Security Ltda.	-	547	547	-	-	-	-
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. (**)	5.811	-	5.811	-	-	-	4.914
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	196	20.568	20.764	-	-	-	-
Polimetall Metalurgia e Plásticos Ltda. (***)	6.494	-	6.494	50.798	50.798	3.558	78.064
	160.716	21.115	181.831	66.433	66.433	251.823	87.532

(\*) Registrados como contas a pagar

(\*\*) Alienação de imobilizado da controladora para a controlada.

(\*\*\*) Montante registrado nas rubricas de clientes e outras contas a receber no ativo circulante

As operações envolvendo a Companhia e a controlada Taurus Holdings, Inc., referem-se a vendas de armas para serem comercializadas pela controlada no mercado americano.

Em relação às operações envolvendo a Companhia e a controlada Polimetall Metalurgia e Plásticos Ltda., referem-se a compra de produtos em processo, uma vez que a controlada realiza uma parte do processo produtivo do segmento de armas.

As transações realizadas com partes relacionadas observam condições de preços e prazos efetuados de acordo com o pactuado entre as partes.

A controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. possui contrato de mútuo a pagar com a controladora Forjas Taurus S.A. no valor de R\$ 20.568 em 2013 (R\$ 114.033 em 2012). Parte do saldo de mútuo foi utilizado pela Controladora para aumento do capital da Taurus Máquinas-Ferramentas em novembro de 2013. A controlada Taurus Security Ltda. possui contrato de mútuo com a controladora Forjas Taurus S.A. no valor de R\$ 547 em 2013 (R\$ 547 em 2012). Os contratos não tem atualização monetárias ou taxas de juros.

#### Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 2013, a remuneração do pessoal-chave da administração totalizou R\$ 20.682 (R\$ 19.810 em 2012 e R\$ 26.894), e inclui salários, honorários e benefícios.



Remuneração de pessoal-chave da administração compreende:

	Consolidado			Controladora		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Remuneração e benefícios dos diretores estatutários e Conselho de Administração	10.296	10.268	14.968	10.296	10.268	14.968
Remuneração de pessoal-chave	10.386	9.542	11.926	5.373	4.643	7.150
Total	20.682	19.810	26.894	15.669	14.911	22.118

A Companhia não possui políticas de benefícios de remuneração ao pessoal-chave da administração que se caracterizem como: benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, remuneração com base em ações ou outros benefícios de longo prazo.

#### Operações de diretores e pessoal-chave da administração

Os diretores e pessoal-chave da administração controlam diretamente 45,02% das ações com direito de voto da Companhia.

Algumas pessoas-chave da administração detêm quotas em outras entidades, fazendo com que tenham controle ou influência significativa sobre as políticas financeiras ou operacionais destas entidades. Não houve transações entre a companhia e estas partes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, exceto salários.

#### Avais entre partes relacionadas

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e hipoteca de imóveis. Os avais concedidos pela Companhia à suas controladas estão demonstrados a seguir:

	2013	2012	2011
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda	16.246	-	17.391
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	-	5.410	-
Taurus Holdings, Inc.	106.309	92.271	55.002
	122.555	97.681	72.393

### **10.6. Comentários dos diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:**

#### **a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os controles internos da Companhia relativos à preparação e divulgação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, são desenvolvidos pela Administração sob a supervisão do Diretor Executivo de Controladoria. São executados pelos Administradores e funcionários com o objetivo de atingir segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação de Demonstrações Financeiras para uso externo, de acordo com os princípios e normas contábeis geralmente aceitos.

Os controles internos da Companhia e de suas controladas sobre o processo de preparação e divulgação de Demonstrações Financeiras incluem as políticas e os procedimentos necessários à manutenção dos registros com detalhes razoáveis que refletem com exatidão as transações e disposições dos ativos. Tais controles também fornecem segurança razoável de que as transações registradas referem-se a recebimentos e gastos autorizados conforme as normas internas e são imprescindíveis para as operações da Companhia e de suas controladas.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia, por meio de seus Auditores Internos, Comitê de Auditoria e Riscos, Auditores Externos Independentes, referente ao processo de preparação e divulgação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31/dez/12 e concluiu que os controles internos da Companhia e controladas referentes à preparação daquelas demonstrações são eficazes.

**b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Os auditores da Ernst & Young Terco não identificaram durante os trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia e de suas controladas que pudessem afetar o parecer sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A Administração da Companhia mantém contínuo aprimoramento dos controles internos e a área de tecnologia de informação vem desenvolvendo projetos de automação de automação e custos para dentro do sistema de gestão corporativo.

**10.7. Comentários dos diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 não houve nenhuma oferta pública realizada pela Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 não houve nenhuma oferta pública realizada pela Companhia.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, houve duas ofertas públicas de debêntures simples, além de ter sido conduzida uma reestruturação societária em julho de 2011, conforme descrito nos itens 10.1 (a) e 10.1 (b).

**a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Os recursos das debêntures foram utilizados para capital de giro, aquisições e melhorar a liquidez da Companhia em 2011 e 2010. A reestruturação societária promoveu um aumento de capital de R\$201 milhões para R\$ 257,8 milhões em julho de 2011. A Companhia teve que adquirir ações em tesouraria para fazer frente ao reembolso de capital, tendo em vista o exercício de recesso pelos acionistas, no valor de R\$32,9 milhões.

**b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

**c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

**10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:**

Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2013.

**a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2013.

**10.9. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:**

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2013.

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

**b) natureza e o propósito da operação**

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

**10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**Perspectivas**

O contexto macroeconômico internacional aponta para uma relativa superação dos riscos sistêmicos associados à crise europeia, aos riscos fiscais norte-americanos e à sustentabilidade do crescimento chinês. No entanto, no cenário local, a economia brasileira mostra elementos de risco mais acentuados do que há um ano atrás, com o PIB brasileiro tendo apresentado 2,3% de crescimento e a produção industrial apenas 1,2% em 2013.

Para 2014, o cenário esperado ainda será de incertezas tanto para o mercado internacional, quanto nacional. O consenso para o crescimento do PIB mundial está em torno de 3,5% a 4% no ano puxado pelas economias centrais, enquanto que para o Brasil as projeções indicam uma taxa entre 2,4% a 3%, embora existam estimativas ainda mais pessimistas.

**Os fundamentos para o setor e para a Companhia.**

**Pelo lado da demanda,** com a perda de dinamismo da economia mundial, principalmente do mercado norte-americano, a demanda de armas pode apresentar crescimento mais moderado em 2014. Em especial o mercado de armas norte americano para civis, que vem de uma base muito elevada em 2013. No entanto, existe potencial para o crescimento das exportações para outros países, principalmente no segmento de armas para segurança pública.

No mercado interno, por sua vez, também se observa potencial para a ampliação da base de consumo na área da segurança pública, com a permissão de aquisição de mais de duas armas por policial militar ou civil. Além disso, a companhia poderá aproveitar as vantagens decorrentes da obtenção do credenciamento como Empresa Estratégica de Defesa (EED) junto ao Ministério da Defesa, habilitando-a como fornecedora de produtos para as forças armadas em 2013.

**Pelo lado da oferta,** a Companhia possui diversos planos de ação para manter o foco nos fundamentos de qualidade dos processos e produtos no segmento de armas, aumentar a produtividade e incrementar a rentabilidade dos negócios. A adoção de um novo modelo de gestão de manufatura trará ganhos de

produtividade a médio e longo prazo. No segmento de capacetes, temos capacidade instalada suficiente para fazer frente a um eventual acréscimo no consumo.

Para 2014, a prioridade será o aumento da geração de caixa para todos os segmentos de negócios. Novamente, a busca da simplicidade e o retorno aos fundamentos básicos da Companhia, que passam pela criatividade, inovação e qualidade serão fundamentais.

#### **Principais frentes em 2014:**

- 1) Atualizar e reimplantar o sistema ERP, melhorando os controles internos, os relatórios gerenciais e introduzir novos módulos no nosso sistema de gestão integrado;
- 2) Melhorar a visualização dos itens de dispêndio e custeio, permitindo maior agilidade na tomada de decisões;
- 3) Integrar as estruturas da organização com mais efetividade nas operações do Planejamento e Controle da Produção (PCP) no Brasil e nos EUA;
- 4) Ampliar os mercados do M.I.M., promovendo maior rentabilidade do segmento;
- 5) Aperfeiçoar a política de *hedge* integrada, com a contratação de consultoria especializada em gestão financeira;
- 6) Viabilizar o aumento do volume de exportações para outros países;
- 7) Viabilizar a Companhia como EED e fornecedora das Forças Armadas;
- 8) Viabilizar a atuação da Companhia como prestadora de serviços de manutenção de produtos;

#### **Estimativas (*Guidance*)**

A Companhia havia fornecido projeções de crescimento para o exercício de 2013, com base nas perspectivas para os dois segmentos principais de negócios nas áreas de Defesa & Segurança e Metalurgia & Plásticos, e havia realizado uma revisão quando da apresentação original do 3T13.

Em função do refazimento dos ITRs de 2013, estamos comparando o projetado original, a reapresentação de 2012 e a revisão das projeções para 2013:

R\$ Milhões	Realizado 2012 (Reapresentado)	Projetado 2013 (Original)	Projeção 2013 (Revisada)	Realizado 2013	Desvio projetado/realizado
<b>Receita Líquida</b>	> R\$ 701,0	R\$ 785,0	R\$ 850,0	R\$ 807,3	-5,0%
<b>EBITDA Ajustado</b>	> R\$ 130,3	R\$ 170,0	R\$ 151,0	R\$ 100,0	-33,8%
<b>CAPEX</b>	R\$ 90,2	R\$ 39,7	R\$ 39,7	R\$ 28,2	-29,0%

Tendo em vista o momento de transição, não só do modelo de gestão de manufatura como da nova diretoria, que ingressou no 4º trimestre de 2013, a Administração optou por não fornecer estimativas

de receita e de EBITDA para 2014, até que tenha estabilizado seus níveis de produção, revistos seus processos, e sejam introduzidas novas ferramentas de gestão que permitirão a viabilidade do planejamento estratégico da Companhia.

Quanto ao CAPEX, o orçamento de capital para 2014 proposto pela Administração, para aprovação na AGO, ficou no montante de R\$ 55,2 milhões, com boa alocação para as melhores práticas de manufatura, que é fundamental no momento em que revê o seu modelo de gestão.

A Administração continua confiante com os resultados de médio e longo prazo decorrentes das ações que estão em andamento na Companhia. Ficaremos monitorando os resultados e mantendo o mercado informado sobre: (i) a evolução dos planos de ação apresentados; (ii) as eventuais correções nas diretrizes estratégicas; e (iii) os desdobramentos da reapresentação de 2012 e do balanço de 2013.

**(a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:**

Os planos de negócios da Companhia são elaborados a partir de sondagens efetuadas nos mercados de atuação que servem de base para o planejamento de produtos, processos industriais, investimentos, projeções de rentabilidade, retorno de capital investido e fonte de suprimento de recursos.

Ressalta-se que por tratar-se de projeções e perspectivas de negócios, os mesmos envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Fatos como condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos e capital de giro.

A Companhia efetua o controle através de cronogramas e orçamento anual, revisados periodicamente.

Os investimentos consolidados realizados no exercício de 2013 somaram R\$ 28,2 milhões (R\$ 90,2 milhões em 2012). A distribuição destes recursos foi concentrada 28% em ampliação de capacidade produtiva da Companhia e suas controladas; 59% em modernização industrial; e 13% em melhoria contínua e outros investimentos. O valor da depreciação e amortização totalizou R\$ 35,3 milhões em 2013, contra R\$ 31,2 milhões em 2012.

O Orçamento de Capital que havia sido aprovado para 2013 era de R\$ 39,6 milhões. A diferença de R\$ 11,4 milhões a maior entre o orçado e o realizado de 2013 é explicada pelo carry-over de 2013 pagos em 2014.

Segue abaixo o Orçamento de Capital consolidado realizado em 2013 por empresa:

## Forjas Taurus S.A. Consolidado

Composição dos Investimentos Consolidado até 2013

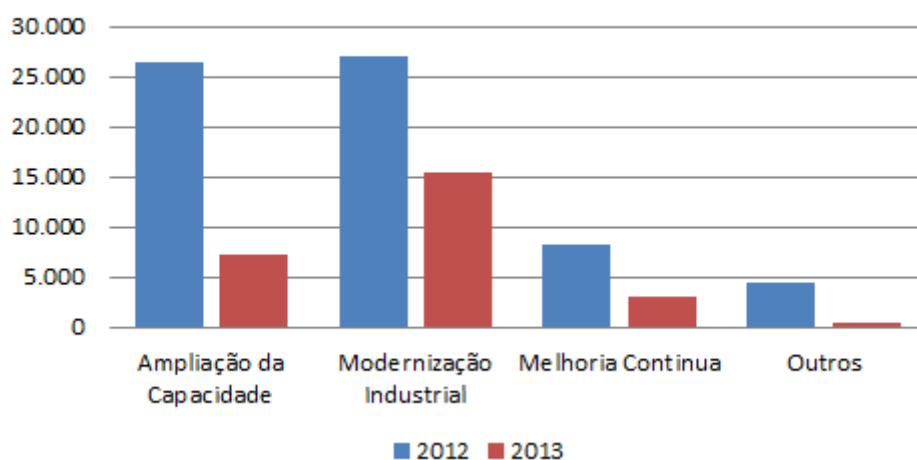
em milhares de reais

Descrição	Fontes de Recursos	Investimentos	
<b>Forjas Taurus - Unidade de Porto Alegre (RS)</b>		<b>R\$ mil</b>	<b>USD mil</b>
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos	Terceiros	3.813	1.628
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Terceiros	3.542	1.512
	<b>Total</b>	<b>7.355</b>	<b>3.140</b>
<b>Forjas Taurus - Unidade de São Leopoldo (RS) - Armas Longas - Filial 5</b>			
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos	Terceiros	152	65
Melhoria de produtividade dos processos de fabricação	Terceiros	180	77
	<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>142</b>
<b>Taurus Blindagens Ltda. - Unidades de Mandirituba (PR) e Simões Filho (BA)</b>			
Modernização e/ou automação	Terceiros	1.818	776
	<b>Total</b>	<b>1.818</b>	<b>776</b>
<b>Polimetal Metalúrgia e Plásticos Ltda. - São Leopoldo (RS)</b>			
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Terceiros	9.389	4.008
Transferência da unidade Steelinject		2.898	1.237
	<b>Total</b>	<b>12.287</b>	<b>5.245</b>
<b>Total dos Investimentos (CAPEX) da Forjas Taurus S.A. Consolidado no Brasil</b>		<b>21.792</b>	<b>9.302</b>
<b>Taurus Holdings, Inc. and Subsidiaries - Miami - Florida (EUA)</b>			
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Terceiros	4.479	1.912
<b>Total Global dos Investimentos (CAPEX) da Forjas Taurus S.A (Consolidado)</b>		<b>26.271</b>	<b>11.214</b>

\* Dolar R\$/USD 2,34

Quando analisamos os investimentos em imobilizado em 2013, a distribuição pode ser vista no gráfico abaixo:

## Investimento em Imobilizado



Em reunião de Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2014, foi aprovado o Orçamento de Capital da Companhia para 2014, mostrado abaixo, no valor de R\$ 55,2 milhões que será proposto na próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2014.

### Forjas Taurus S.A. Consolidado

Orçamento de capital para o Exercício de 2014

Descrição	Fontes de Recursos	Investimentos	
<b>Forjas Taurus - Unidade de Porto Alegre (RS)</b>		<b>R\$ mil</b>	<b>USD mil</b>
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos	Terceiros	8.971	3.738
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Terceiros	7.031	2.930
Licenciamento, melhorias e implantação de novos módulos do ERP	Terceiros	<u>10.854</u>	<u>4.522</u>
<b>Total</b>		<b>26.856</b>	<b>11.190</b>
<b>Forjas Taurus - Unidade de São Leopoldo (RS) - Armas Longas - Filial 5</b>			
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos	Terceiros	1.866	778
Melhoria de produtividade dos processos de fabricação	Terceiros	1.315	548
<b>Total</b>		<b>3.181</b>	<b>1.325</b>
<b>Taurus Blindagens Ltda. - Unidades de Mandirituba (PR) e Simões Filho (BA)</b>			
Modernização e/ou automação	Terceiros	6.000	2.500
<b>Total</b>		<b>6.000</b>	<b>2.500</b>
<b>Polimetal Metalúrgia e Plásticos Ltda. - São Leopoldo (RS)</b>			
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Terceiros	8.367	3.486
Transferência da unidade Filial 5 para planta Polimetal		<u>4.553</u>	<u>1.897</u>
<b>Total</b>		<b>12.920</b>	<b>5.383</b>
<b>Total dos Investimentos (CAPEX) da Forjas Taurus S.A. Consolidado no Brasil</b>		<b>48.957</b>	<b>20.399</b>
<b>Taurus Holdings, Inc. and Subsidiaries - Miami - Florida (EUA)</b>			
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Terceiros	<b>6.226</b>	<b>2.594</b>
<b>Total Global dos Investimentos (CAPEX) da Forjas Taurus S.A. (Consolidado)</b>		<b>55.182</b>	<b>22.993</b>

\* Dólar R\$/USD 2,40



**iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;**

Em 21 de junho de 2012, foi concluída a venda das operações da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta e repactuação da mesma no dia 12 de setembro de 2013 não tendo nenhum desinvestimento relevante em andamento ou previsto.

**(b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia;**

**Aquisições**

Foram realizadas duas aquisições estratégicas em 2012, tendo o Conselho de Administração da Companhia aprovado em:

- **01 de janeiro de 2012 a aquisição da Steelinject – Injeção de Aços Ltda.** no valor de R\$ 14 milhões, como complemento do segmento de produtos da Companhia, fabricados pelo método de M.I.M. (*Metal Injection Molding*); e.
- **02 de maio de 2012, a aquisição do controle da Heritage Manufacturing Inc.**, empresa americana fundada em 1992, com sede em Opa Locka, Flórida, pelo montante de USD 10 milhões, pela controlada Taurus Holdings, Inc. A Heritage produz revólveres, ampliando nosso portfólio de produtos.

**(c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

A Companhia lança anualmente inúmeros produtos ou modelos inovadores, especialmente nas feiras internacionais de defesa e segurança. A maior e mais conhecida é o Shot Show em janeiro de cada ano, realizada em Las Vegas nos EUA e a IWA realizada em Nuremberg, na Alemanha, todo o ano em março. Há feiras de segurança e defesa também em Paris e diversas de pequeno porte em cidades do interior dos EUA.

Em função da Lei 544/11, novos projetos vem sendo desenvolvidos, visando atender à nova política de reaparelhamento do Estado prevista na nova Lei sancionada dia 22 de março de 2012, com alto índice de nacionalização.

Existem novos projetos em andamento no segmento de defesa e segurança, para fabricação de armas curtas, de armas longas, de armas menos-letais, bem como no segmento de metalurgia e plásticos, para a fabricação de novos modelos de capacetes e no ingresso na importação em capacetes para bicicletas com a marca Taurus.

Os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento em 2013, totalizaram R\$ 3,9 milhões considerando os dados consolidados com as subsidiárias, basicamente voltados para o desenvolvimento e design de novos produtos e de muita inovação.

**10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:**

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o nosso desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

\*\_\*\_\*

## ANEXO C

### **PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**

(CONFORME ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481)

Tendo em vista que foi gerado um prejuízo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Companhia não apresentará à Assembleia a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício resultante das deduções acima apresentadas, pois tal proposta, só ocorre quando houver lucro existente.

Com relação ao dividendo obrigatório da Companhia, vale ressaltar que, além da conta de lucro líquido, referido dividendo também pode ser pago à conta de lucros acumulados e de reserva de lucros da Companhia. Entretanto, em função do prejuízo gerado, não há lucros acumulados ou reserva de lucros, razão pela qual, a Administração não proporá pagamento de dividendos para o exercício.

O prejuízo consolidado da Companhia, que corresponde ao resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, foi de R\$ 80.310 mil.

Portanto, o Anexo 9-1-II previsto no Art. 9º parágrafo 1º, inciso II, da Instrução CVM 481 de 17 de dezembro de 2009, conforme descrito no Anexo C para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, terá informações de não aplicabilidade.

#### **1. Informar o lucro líquido do exercício**

O prejuízo do exercício consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$80.310 mil.

Com o refazimento do balanço encerrado em 31 de dezembro de 2012, que será submetido à rerratificação na AGO, também foi gerado um prejuízo consolidado de R\$ 117.200 mil.

#### **2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

O montante global dos dividendos declarados brutos foi de R\$ 16.684 mil (R\$16.059 mil líquidos), sendo R\$0,129357657 por ação; e de R\$ 16.767 mil em 2011, sendo R\$ 0,13 por ação.

	<b>31-12-13</b>	<b>31-12-12</b>	<b>31-12-11</b>
Quantidade de ações existentes (ex-tesouraria)	128.976.510	128.976.510	128.976.510
Dividendos por ação - em R\$	N/A	0,129357657	0,130

#### **3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

2013:

Não se aplica

2012:

O percentual do lucro líquido corresponde a 36,4 %, considerando o ajuste do lucro líquido do exercício de 2012 para cálculo de dividendo (R\$ 44.884 mil), já deduzida a reserva legal de 5%, bem como a realização de reserva de reavaliação e de ajustes de avaliação patrimonial.

**4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

A Companhia não distribuiu dividendos com base em lucros anteriores em 2013.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

2013

Não se aplica

2012

O valor bruto proposto de dividendo a ser pago, *ad referendum* da Assembleia, será de R\$ 0,027072515 tanto para a ação ordinária quanto para a preferencial deduzido os dividendos e juros sobre capital próprio já declarados.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

2013

Não se aplica

2012

**Em 16 de agosto de 2012, em Reunião do Conselho de Administração** da Companhia, foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários, *ad referendum* da Assembleia Ordinária, à conta do resultado apurado no balanço semestral levantando em 30 de junho de 2012, no valor total de R\$ 9,028 milhões à razão de R\$ 0,07 por ação ordinária e preferencial, a ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2012. Os dividendos foram creditados em 20 de novembro de 2012.

**Em 19 de novembro de 2012, em Reunião do Conselho de Administração** da Companhia, foi deliberada a distribuição de juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Ordinária que aprovará as contas da companhia, à conta do resultado apurado no balanço levantando em 30 de setembro de 2012, no valor total de R\$ 4,164 milhões à razão de R\$ 0,032285142 por ação ordinária e preferencial, a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2012. Os juros serão creditados até 26 de maio de 2013, alterando a data anteriormente prevista de 15 de maio de 2013.

Em 25 de março de 2013, o Conselho de Administração aprovou a distribuição do dividendo do exercício, deduzido das duas antecipações realizadas em 2012, a ser submetido à Assembleia Ordinária, tendo em vista o montante de R\$ 3.492 mil em dividendos a destinar não distribuídos ainda, equivalentes a R\$ 0,027072515 por ação ordinária e por ação preferencial. Esta diferença é necessária para atingir os 35% mínimo obrigatório do lucro líquido ajustado para distribuir aos Acionistas. Farão jus aos dividendos aqueles Acionistas que estiverem na base acionária na data da Assembleia Ordinária de 26 de abril de 2013. Os dividendos serão creditados até 26 de maio de 2013.

Assim, a remuneração total aos Acionistas relativa ao exercício de 2012, líquida do imposto de renda, somará R\$ 16.059 mil entre dividendos e juros sobre capital próprio, equivalentes a R\$ 0,124514886 por ação ordinária e por ação preferencial, correspondendo a 35% do lucro líquido ajustado de R\$ 45.884 mil em 2012, 12,68% superior quando comparado aos R\$ 14.252 mil distribuídos em 2011 (36,2% do lucro líquido ajustado de R\$ 39,4 milhões). A remuneração é paga em conta corrente indicada pelo acionista no cadastro do Banco Itaú S.A., custodiante das ações da Companhia, conforme facultado pela Lei no 9.249/95 (art. 9º) e pelo Estatuto Social (art. 35, parágrafos 3º e 4º).

Em todos os casos, foram excluídas as ações em tesouraria, que não fazem jus aos dividendos ou juros sobre o capital próprio e que não foram beneficiadas com essa distribuição.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não se aplica.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

2013

Não se aplica.

2012

As declarações de pagamentos dos dividendos e juros sobre capital próprio referentes ao exercício de 2012 foram divulgadas em 16 de agosto de 2012, 19 de novembro de 2012 e 25 de março de 2013, datas das Reuniões de Conselho de Administração que deliberaram pela distribuição, e foram informadas por meio de Aviso aos Acionistas. Fizeram jus a estes dividendos os acionistas inscritos nos registros da Companhia nas mesmas datas, sendo em todos os casos *ad referendum* da Assembleia que se realizará em 26 de abril de 2013. As ações da Companhia ficaram ex dividendos e ex-juros sobre capital próprio a partir de 17 de agosto de 2012, 21 de novembro de 2012 e 27 de abril de 2013.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

2013

Não se aplica

2012

Houve declaração de (i) dividendos com base no balanço do 1º semestre de 2012, no valor bruto de R\$ 9.028.355,70 (ii) juros sobre capital próprio com base em lucros apurados no balanço dos primeiros nove meses, , no valor bruto de R\$ 4.164.024,91. Foram informados por meio de Aviso aos Acionistas em 16 de agosto de 2012 e 19 de novembro de 2012.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

2013

Não se aplica

2012

Os pagamentos dos (i) dividendos com base no balanço do 1º semestre de 2012 foram pagos a partir de 21 de novembro de 2012; (ii) juros sobre capital próprio com base em lucros apurados no balanço relativo aos primeiros nove meses; e (iii) dividendos com base no balanço 31 de dezembro de 2012, deduzido das antecipações na forma de dividendos e de juros sobre capital próprio, serão pagos até 26 de maio de 2013.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

a. Lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores / b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuídos nos três exercícios anteriores

	2013	2012	2011
Lucro líquido ajustado do exercício R\$ mil	0	45.884	39.381
Dividendos e Juros sobre o capital próprio R\$ por ação	0 por ação ordinária e preferencial	0,129357657 por ação ordinária e preferencial	0,13 por ação ordinária e preferencial
Total de ações ordinárias – em mil ações	47.138	47.138	47.138
Total de ações preferenciais – em mil ações	94.275	94.275	94.275
Lucro líquido ajustado por ação - R\$	N/A	0,32	0,26

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não se aplica

*b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal*

Aplicação o percentual de 5%, conforme art. 193 da Lei das S.A.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

*a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos*

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Resultado do período	(80.310)	41.910	37.315
(-) Reserva legal (5%)	N/A	(2.096)	(1.866)
(+) Realização de ajustes de avaliação patrimonial (controladas)	N/A	1.751	1.866
(+) Realização de ajustes de avaliação patrimonial (controladora)	N/A	4.318	2.066
Lucro ajustado para cálculo de dividendo	N/A	45.883	39.381
Dividendo mínimo obrigatório	N/A	16.059	13.783
(-) Dividendos intercalares pagos no exercício	N/A	(9.028)	-
(-) Dividendos	N/A	(3.492)	-
(-) Juros sobre o capital próprio (JSCP)	N/A	(4.164)	(16.76)
(+) Imposto de renda retido na fonte	N/A	304	2.515
Dividendos a destinar	N/A	321	469

*b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos*

Não se aplica

*c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa*

Sim, de acordo com o previsto na lei.

*d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais*

Pelo §1º do art. 38, do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido ajustado, nos termos do *caput* do referido art., será distribuída, a título de dividendo, quantia não inferior a 35%, a ser paga semestralmente, não importando a classe de ações.

*e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe*

A ação preferencial tem os mesmos direitos aos dividendos fixos ou mínimos que as ações ordinárias, de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

*a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto*

Nos termos do art. 38 do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido resultante, após as deduções legais e estatutárias, será distribuída quantia não inferior a 35%.

*b. Informar se ele está sendo pago integralmente*

Não se aplica

*c. Informar o montante eventualmente retido*

Não houve retenção de dividendos no exercício de 2013.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

*a. Informar o montante da retenção*

Não aplicável.

*b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos*

Não aplicável.

*c. Justificar a retenção dos dividendos*

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

*a. Identificar o montante destinado à reserva*

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

*b. Identificar a perda considerada provável e sua causa*

Não aplicável.

*c. Explicar porque a perda foi considerada provável*



Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O art. 39 do Estatuto Social da Companhia estabelece que a parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas poderá ser transferida a uma Reserva de Lucros para Expansão, desde que justificada em orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante foi calculado com base no orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e sujeito à aprovação pela Assembleia.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

a. Identificar o montante da retenção

Não se aplica.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Vide Anexo D deste Manual.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

a. Informar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

b. Explicar a natureza da destinação

Não se aplica

\*\_\*\_\*

## ANEXO D

### PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

## Forjas Taurus S.A. Consolidado

### Orçamento de capital para o Exercício de 2014

Descrição	Fontes de Recursos	Investimentos	
<b>Forjas Taurus - Unidade de Porto Alegre (RS)</b>		<b>R\$ mil</b>	<b>USD mil</b>
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos	Terceiros	8.971	3.738
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Terceiros	7.031	2.930
Licenciamento, melhorias e implantação de novos módulos do ERP	Terceiros	10.854	4.522
	<b>Total</b>	<b>26.856</b>	<b>11.190</b>
<b>Forjas Taurus - Unidade de São Leopoldo (RS) - Armas Longas - Filial 5</b>			
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos	Terceiros	1.866	778
Melhoria de produtividade dos processos de fabricação	Terceiros	1.315	548
	<b>Total</b>	<b>3.181</b>	<b>1.325</b>
<b>Taurus Blindagens Ltda. - Unidades de Mandirituba (PR) e Simões Filho (BA)</b>			
Modernização e/ou automação	Terceiros	6.000	2.500
	<b>Total</b>	<b>6.000</b>	<b>2.500</b>
<b>Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. - São Leopoldo (RS)</b>			
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Terceiros	8.367	3.486
Transferência da unidade Filial 5 para planta Polimetal		4.553	1.897
	<b>Total</b>	<b>12.920</b>	<b>5.383</b>
<b>Total dos Investimentos (CAPEX) da Forjas Taurus S.A. Consolidado no Brasil</b>		<b>48.957</b>	<b>20.399</b>
<b>Taurus Holdings, Inc. and Subsidiaries - Miami - Florida (EUA)</b>			
Modernização e ampliação da capacidade de produção	Terceiros	6.226	2.594
<b>Total Global dos Investimentos (CAPEX) da Forjas Taurus S.A (Consolidado)</b>		<b>55.182</b>	<b>22.993</b>

\* Dolar R\$/USD 2,40

## ANEXO E

### INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL

(Conforme Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência)

Não haverá candidatos indicados ou apoiados pela administração ou acionistas controladores, razão pela qual não estão sendo apresentadas informações sobre eventuais candidatos, conforme art. 10 da Instrução 481 de 17 de dezembro de 2009.

No entanto, em linha com o disposto no art. 6º, inciso II, da Instrução CVM nº481/09, a companhia vem informar que o acionista não-controlador CAIXA DE PREVID. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL apresentou os candidatos para o Conselho Fiscal, Reinaldo Fujimoto (efetivo) e José Airotn Veras Carvalho (suplente). Deste modo, a Companhia proporciona ao mercado a mesma transparência e divulgação hoje dada caso houvesse candidatos propostos pela administração ou pelos acionistas controladores por força do art. 10 da Instrução CVM nº 481/09, conforme recomendado pelo OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014.

Recebemos em 14 de abril de 2014, indicação do acionista de referência Luis Fernando Costa Estima, dos candidatos para o Conselho Fiscal, com a recondução dos conselheiros Amoretti Franco Gibbon (efetivo), Edgar Panceri (suplente), Marcelo de Deus Saweryn (efetivo), Lisiane Miguel Wilke (suplente), Juliano Puchalski Teixeira (efetivo), Carlos Eduardo Bandeira de Mello Francesconi (suplente), razão pela qual estamos reapresentando este Manual nesta data.

#### 12.6. Em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal, em forma de tabela:

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CANDIDATO AO CARGO DE	DATA DA ELEIÇÃO <sup>1</sup>	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO <sup>2</sup>	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA COMPANHIA	INDICADO PELO CONTROLADOR
Reinaldo Fujimoto	56 anos	Contador	152.783.101/97	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	30.04.2014	N/A	AGO de 2015	N/A	Não

<sup>1</sup> Data da eleição, caso o candidato venha a ser eleito.

<sup>2</sup> Prazo do mandato, caso o candidato venha a ser eleito.

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CANDIDATO AO CARGO DE	DATA DA ELEIÇÃO <sup>1</sup>	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO <sup>2</sup>	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA COMPANHIA	INDICADO PELO CONTROLADOR
José Airton Veras Carvalho	58 anos	Engenheiro	073.875.043/34	Membro Suplente do Conselho Fiscal	30.04.2014	N/A	AGO de 2015	N/A	Não
Amoreti Franco Gibbon	66 anos	Contador	070.645.780-34	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	30.04.2014	N/A	AGO de 2015	N/A	Indicado pelo acionista de referência
Edgar Panceri	61 anos	Contador	175.382.540-72	Membro Suplente do Conselho Fiscal	30.04.2014	N/A	AGO de 2015	N/A	Indicado pelo acionista de referência
Juliano Puchalski Teixeira	37 anos	Advogado	908.177.880-34	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	30.04.2014	N/A	AGO de 2015	N/A	Indicado pelo acionista de referência
Carlos Eduardo Bandeira de Mello Francesconi	37 anos	Advogado	926.229.760-20	Membro Suplente do Conselho Fiscal	30.04.2014	N/A	AGO de 2015	N/A	Indicado pelo acionista de referência
Marcelo de Deus Saweryn	41 anos	Contador	625.827.800/06	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	30.04.2014	N/A	AGO de 2015	N/A	Indicado pelo acionista de referência
Lisiane Miguel Wilke	39 anos	Contadora	631.500.500/49	Membro Suplente do Conselho Fiscal	30.04.2014	N/A	AGO de 2015	N/A	Indicado pelo acionista de referência

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação os membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

**12.8. Em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal, fornecer:**

- a. Currículo, contendo as seguintes informações: (i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando o nome da empresa, o cargo e as funções inerentes ao cargo, a atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram o grupo econômico do emissor ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.**

**Reinaldo Fujimoto - 152.783.101-97**

Graduado em Ciências Contábeis pela instituição UNICEUB em 2003.

De 2003 a 2008 foi Presidente da FENABB (Federação Nacional das AABB), considerada a maior rede de clubes autônomos do mundo localizada em um único país e gerida de modo unificado.

O Sr. Reinaldo Fujimoto, indicado Conselheiro Fiscal Efetivo, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**José Airton Veras Carvalho - 073.875.043-34**

Pós-Graduado em Direito Civil pela Universidade de Fortaleza (2003).Especialista em Auditoria pela FIPECAFI - USP - SP (1998). Pós-Graduado em Finanças - IAG - PUC - RJ (2006). Bacharel em Direito - UNIFOR - CE (2000).Certificação em Desenvolvimento de Competências Gerenciais - FGV - RJ (2009). Certificação Continuada da ANBID - Mercado de Capitais - SP (2006).

De 2003 a 2010 foi Gerente no Banco do Brasil AS Fortaleza CE.

Desde 2013 atua como sócio fundador da Carvalho e Carvalho Advogados.

O Sr. José Airton Veras Carvalho, indicado Conselheiro Fiscal Suplente, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Amoretti Franco Gibbon - 070.645.780-34**

Desde 2011 Lupatech S.A.: Ocupa o cargo de Conselheiro Fiscal com mandato até o dia 30 de Abril de 2012. Sua principal atividade é fiscalizar os atos da administração da companhia, que fabrica de equipamentos e provém serviços para o setor de Petróleo e Gás, sendo a mesma não integrante do Grupo Taurus.

Desde 2011 Forjas Taurus S.A.: Ocupa o cargo de Conselheiro Fiscal, exercendo funções de caráter fiscalizador na empresa Taurus, atuante nos setores de Defesa e Segurança, bem como dos setores de Metalurgia e Plásticos, sendo esta vinculada ao Grupo Taurus.

Desde 2011 Lupatech S.A.:Conselheiro Fiscal

O Sr. Amoretti Franco Gibbon, indicado como Conselheiro Fiscal Efetivo, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação

ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Edgar Panceri - 175.382.540-72**

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- (i) o nome da empresa; ESCRITÓRIO DE PERÍCIAS CONTÁBEIS
- (ii) o cargo ocupado e período; desde 1995; Profissional Liberal
- (iii) as funções inerentes ao cargo;
- (iv) a atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram; Perícia contábil
- (v) se a empresa na qual tais experiências ocorreram integra o grupo econômico da Taurus ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários de emissão da Taurus. Não

O Sr. Edgar Panceri, indicado como Suplente de Conselheiro Fiscal Efetivo, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Juliano Puchalski Teixeira - 908.177.880-34**

Desde 2006: Sócio da TT Advogados, exercendo, neste cargo, as funções inerentes à prestação de serviços de advocacia. Sendo a TT não integrante do Grupo Taurus.

Desde 2011: Professor Universitário da Faculdade Dom Alberto, exercendo, neste cargo, as funções inerentes ao magistério universitário (direito econômico e contratos). Sendo a Universidade em questão não integrante do Grupo Taurus.

Desde 2011 Forjas Taurus S.A.: Ocupa o cargo de Conselheiro Fiscal, exercendo funções de caráter fiscalizador na empresa Taurus, atuante nos setores de Defesa e Segurança, bem como nos setores de Metalurgia e Plásticos, sendo esta vinculada ao Grupo Taurus.

O Sr. Juliano Puchalsky Teixeira, indicado como Conselheiro Fiscal Efetivo, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Carlos Eduardo Bandeira de Mello Francesconi - 926.229.760-20**

a.vi.i. Principais Experiências Profissionais – Últimos 5 anos

Desde 2007: Sócio do Francesconi Advogados, escritório que tem por atividade principal a advocacia empresarial. Neste cargo, exerce as funções inerentes à prestação de serviços de advocacia empresarial. Desde 2011 Forjas Taurus S.A.: Ocupa o cargo de Conselheiro Fiscal, exercendo funções de caráter fiscalizador na empresa Taurus, atuante dos setores de Defesa e Segurança, bem como nos setores de Metalurgia e Plásticos, sendo esta vinculada ao Grupo Taurus.

a.vi.ii. Cargos de Administração que ocupe ou tenha ocupado em Companhias Abertas

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

O Sr. Carlos Eduardo Bandeira de Mello Francesconi, indicado como Suplente de Conselheiro Fiscal Efetivo, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Marcelo de Deus Saweryn - 625.827.800-06**

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- (i) o nome da empresa; Saweryn & Associados S/S Auditores Independentes
  - (ii) o cargo ocupado e período; Sócio Diretor
  - (iii) as funções inerentes ao cargo; Prestação de Serviços de exame ou revisão limitada de demonstrações financeiras; avaliação de procedimentos de controles internos sobre as principais operações de empresas; auditoria de sistemas; entre outros.
  - (iv) a atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram; Auditoria
- O Sr. Marcelo de Deus Saweryn, indicado como Conselheiro Fiscal Efetivo, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Lisiane Miguel Wilke - 631.500.500-49**

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- (i) o nome da empresa; Arcadia Urbanismo
  - (ii) o cargo ocupado e período; Gerente Administrativo Financeira Fev/10 a Nov/11
  - (iii) as funções inerentes ao cargo; Controle das atividades financeiras, compreendendo: fluxo de caixa, autorização de pagamentos, cobrança, relatórios gerenciais, estudo de viabilidade financeira para novos empreendimentos e negociação com instituições financeiras.
  - (iv) a atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram; Urbanismo
- (i) o nome da empresa; SAWERYN & Associados S/S Auditores Independentes
- (ii) o cargo ocupado e período; Fev/2009 – Fev/2010 Sócia - Gerente
- (iii) as funções inerentes ao cargo; Prestação de serviços de exame ou revisão limitada de demonstrações financeiras; avaliação dos procedimentos de controles internos sobre as principais operações de empresas; auditoria de sistemas e auditoria interna, analisando estrutura de controles internos e gerenciamento de risco.
- (iv) a atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram; e
- (v) se a empresa na qual tais experiências ocorreram integra o grupo econômico da Taurus ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários de emissão da Taurus.
- (i) o nome da empresa; Grupo Sabemi
- (ii) o cargo ocupado e período; Gerente Financeiro, Gerente de Auditoria, Gerente de Controles Internos
- (iii) as funções inerentes ao cargo;
- Cargo: Gerente Financeiro
- Atividades: Controle das atividades financeiras, compreendendo: fluxo de caixa, autorização de pagamentos, cobrança, relatórios gerenciais e negociação com instituições financeiras.
- Cargo: Gerente de Auditoria
- Atividades: Estruturação do departamento de auditoria interna, iniciando pelo mapeamento dos processos; identificação, análise e mitigação dos riscos; implementação de controles internos.
- Cargo: Gerente de Controles Internos
- Atividades: Coordenação do planejamento estratégico, gerenciamento de risco, acompanhamento e teste dos controles internos.
- (iv) a atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram; e
- (v) se a empresa na qual tais experiências ocorreram integra o grupo econômico da Taurus ou de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários de emissão da Taurus.

4. Todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas, indicando:

- (i) o nome da companhia aberta; AGIPLAN Financeira S/A CFI
- (ii) o cargo ocupado; Compliance
- (iii) o período em que ocupou o cargo. 2011 – Atual
- (i) o nome da companhia aberta: Banco Matone S/A
- (ii) o cargo ocupado; Analista de Contabilidade
- (iii) o período em que ocupou o cargo. 2000 – 2001

A Sra. Lisiane Miguel Wilke, indicada como Suplente de Conselheiro Fiscal Efetivo, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada



em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**b. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre:**

**a. administradores da Companhia**

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

**b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia**

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

**c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia**

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

**d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia**

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

**12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais entre os administradores da Companhia e:**

**a. sociedade controlada, direta e indiretamente, pela Companhia**

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

**b. controlador direto ou indireto da Companhia**

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

**c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladores ou controladas de algumas dessas pessoas**

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

\*\_\*\_\*

## **ANEXO F**

### **PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL**

**(Conforme Item 13 do Formulário de Referência)**

#### ***Valor global destinado à remuneração dos administradores***

Para o exercício de 2014, a Companhia propõe o montante global de remuneração para os administradores de até R\$ 14.149.521,65, assim divididos: (i) remuneração fixa de R\$ 4.320.000,00 do Conselho de Administração; e (ii) remuneração fixa de R\$ 3.781.000,00, mais a remuneração variável de até R\$ 3.781.000,00, além dos benefícios e encargos da Diretoria Estatutária, no valor de R\$ 1.764.325,65. Para os membros do Conselho Fiscal, cuja remuneração mensal fixada é equivalente a 10% da remuneração mensal média paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, propõe-se o montante global de R\$ 503.196,00.

**13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a) objetivos da política ou prática de remuneração**

A remuneração atribuída tem por escopo o reconhecimento e a retribuição aos administradores da Companhia, considerando o impacto do cargo exercido, a responsabilidade decorrente, a capacitação profissional, a competência e a reputação do dirigente, em consonância com o porte da organização e a correspondente prática de mercado.

Em Reunião de Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2013, foi aprovada uma nova Política de Remuneração para gestores para as empresas Taurus no Brasil, cujo nome ficou como PPT – Plano de Participação TAURUS 2013, que engloba a seguinte população de elegíveis:

- Diretoria Estatutária
- Diretoria Executiva
- Gerentes
- Coordenadores e

- Supervisores

**b) composição da remuneração, inclusive:**

***i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles***

A fixação da remuneração dos administradores da Companhia observa o processo previsto no Estatuto Social, sendo o montante global proposto pelo Conselho de Administração, cuja proposta é encaminhada para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente no mês de abril, valendo para o ano em curso, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios e a metodologia para a sua distribuição entre os administradores.

O cálculo considera um estabelecimento de pró-labore que engloba honorários mensais do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, correspondentes a 12 meses por ano e outras eventuais verbas, mais a remuneração variável, benefícios e encargos do ponto de vista de ônus para o empregador. O Conselho de Administração não possui remuneração variável.

Os objetivos da política de remuneração estão atrelados às práticas e salários de mercado no que tange ao pró-labore e quanto à remuneração variável a um sistema de incentivo fundamentado em desempenho da Companhia como um todo, influenciado pelo desempenho individual.

A participação nos resultados é prevista no Estatuto Social como “Participação Estatutária”, conforme prevê o art. 37 do Estatuto Social da Companhia, cuja nova redação aprovada em Reunião do Conselho de Administração do dia 28 de março de 2014 é integralmente descrita abaixo:

“Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.

Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.”

A remuneração da Administração, incluindo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, varia de acordo com o montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

**Diretoria Estatutária**

**Remuneração Fixa:** valor recebido mensalmente pelo profissional, o qual visa remunerá-lo de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas a posição do cargo ocupado na Companhia e é composta de 12 parcelas dentro do exercício fiscal. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

**Remuneração Variável Anual:** valor recebido anualmente pelo profissional, de acordo com o resultado obtido das metas pactuadas anualmente com o Conselho de Administração. A remuneração variável da Diretoria Estatutária não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual, conforme previsto no Art. 37 do Estatuto Social da Companhia.

**Participação Estatutária:** até 10% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, conforme apurado em balanço e

**Benefícios:** refere-se ao conjunto de benefícios concedidos ao profissional, de acordo com a posição ocupada na Companhia. Os benefícios oferecidos pela Companhia seguem as práticas de mercado, sendo que a seus Diretores são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, *check-up* médico, seguro de vida, Plano de Previdência Privada Complementar (TAURUSPREV), nos termos do regulamento do plano.

#### Conselho de Administração

**Remuneração 100% Fixa:** valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho de Administração, o qual visa remunerá-los de acordo as práticas de mercado. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

#### Conselho Fiscal

**Remuneração 100% Fixa:** valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho Fiscal, o qual visa remunerá-los de acordo com as práticas de mercado e da legislação vigente.

#### Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração

Os participantes que são membros do Conselho de Administração ou da Companhia não são remunerados. Os especialistas externos são contratados mediante contrato de prestação de serviços quando aplicável, não havendo atualmente, nenhum especialista contratado para compor os comitês.

#### *ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total*

Para fins de cálculo da proporção de cada elemento, foram considerados os valores de pró-labore, mais remuneração variável, mais benefícios. Foram considerados os encargos do Emissor (os 20% do INSS) neste cálculo, apesar de mostrados de forma segregada nas tabelas do Item 13.2. do FRE – Formulário de Referência. Tendo sido revistos os cálculos para os exercícios de 2012, 2013 e previsto 2014.

### **Forjas Taurus Realizado 2012**

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	85,4%	0%	8,9%	100,0%

### Forjas Taurus Realizado 2013

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	90,1%	6,4%	3,5%	100,0%

### Forjas Taurus Previsto 2014

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	52,9%	44,1%	2,9%	100,0%

#### *iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração*

##### **2014**

A metodologia de cálculo e reajuste leva em conta a evolução do INPC e do índice de reajuste coletivo anual de salários dos funcionários da Companhia. O reajuste da remuneração dos Administradores também leva em conta a evolução dos índices de inflação, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado (Percentil 50), podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas.

Em RCA do dia 28 de março de 2014 ainda foi deliberado que as metas dos gestores para o PPT serão o cumprimento do EBITDA e Caixa Operacional.

Há uma regra condicionante de que só haverá pagamento de participação nos resultados se a Companhia atingir, pelo menos, 80% das Metas dispostas anteriormente, com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício de 2014.

Para acompanhamento do cálculo de participação, foi criada uma tabela para a macro meta e para as metas individuais, para a Diretoria Estatutária, conforme segue abaixo:

- Atingiu 100% = 10 salários, sendo 8 pelo EBITDA e 2 pelo CO

- Acima de 80% até 99,99% = aplica-se o percentual de atingimento x 8 salários (EBITDA) + o percentual de atingimento x 2 salários (CO)
- Abaixo de 80% = ZERO

Se o EBITDA ultrapassar o orçado, o percentual de aumento será dividido por 2 e acrescentado à participação normal. Ex: se o EBITDA ultrapassar em 20% o orçado, será acrescido 10% no valor final do pagamento do gestor.

### **2013**

A metodologia de cálculo e reajuste leva em conta a evolução do INPC e do índice de reajuste coletivo anual de salários dos funcionários da Companhia. O reajuste da remuneração dos Administradores também leva em conta a evolução dos índices de inflação, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado (Percentil 50), podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas e calculado a premiação individual.

Com a introdução do PPT – Plano de Participação TAURUS 2013, foram definidos pelo Conselho de Administração as macro metas em Reunião do Conselho de Administração de 14 de março de 2013, onde o condicionante básico é o atingimento do lucro líquido do exercício, para depois serem analisadas as metas individuais. Além disto, para cada diretor elegível foram criadas 3 metas que servirão de base para pontuação e avaliação no cálculo da remuneração variável (bônus).

Há uma regra condicionante de que só haverá pagamento de participação nos resultados se a Companhia atingir, pelo menos, 60% da Meta de Lucro Líquido do Exercício, já estabelecida para 2013, com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício de 2013.

Para acompanhamento do cálculo de participação, foi criada uma tabela para a macro meta e para as metas individuais, para a Diretoria Estatutária, conforme segue abaixo:

#### **Fase I: Lucro Líquido do Exercício consolidado de Forjas Taurus S.A. - LLE**

➔ LLE atingiu 100% = 4 salários

➔ LLE atingiu entre 80% a 99,99% = 2 salários

➔ LLE atingiu entre 60% a 79,99% = 1 salário

➔ LLE atingiu abaixo de 60% = Zero (neste caso, não há qualquer distribuição. Não passa para o cálculo das metas).

**Fase II:** Salários adicionais em relação às 3 metas individuais, quando o LLE ultrapassar 60% da meta

→ 1 meta atingida = 1 salário

→ 2 metas atingidas = 3 salários

→ 3 metas atingidas = 6 salários

→ 40% dos salários adicionais em relação às 3 metas poderão ser pagos por meio de um Plano de Opções de Ações, conforme regulamentação e aprovação que venha a ocorrer posteriormente.

**Regra de superação:** se o LLE - Lucro Líquido do Exercício ficar acima de 100% do orçado, o percentual de aumento será dividido por dois e acrescido à participação normal, respeitando em todos os casos, o limite legal previsto no Estatuto Social da Companhia.

#### *iv. razões que justificam a composição da remuneração*

A remuneração estabelecida para os administradores segue as tendências de mercado, visando atingir as estratégias de retenção, motivação e comprometimento dos profissionais, sendo que seus principais objetivos podem ser assim descritos:

- Alinhamento e competitividade da remuneração ao mercado e às regiões onde atua, garantindo os equilíbrios interno e externo da remuneração.
- Posicionamento da remuneração com o mercado, seguindo como medida estatística a mediana, com concentração na remuneração fixa para conselheiros de administração de acordo com a prática de mercado e conselheiros fiscais, de acordo com a legislação em vigor.
- Estratégicos, pela proporção maior de remuneração variável para a diretoria estatutária em relação aos conselhos, como forma de criar maior comprometimento e foco em resultados e ampliar a rentabilidade do negócio.
- Foco nos comitês estatutários de assessoramento ao conselho, cuja participação dos membros mesmo que não remunerada, requer mais tempo de dedicação.

#### **c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

A performance dos profissionais contribui na estratégia da Companhia em buscar melhores resultados, um crescimento econômico, levando em consideração, para tanto, os níveis praticados pelo mercado. Os principais indicadores são:

- o desempenho da Companhia a partir de metas estabelecidas no orçamento
- os indicadores de resultado da Companhia incluem as metas de receita, de volume, de geração operacional de caixa, de lucro líquido e performance econômico-financeira.

- resultado da unidade ou área do profissional, a partir de metas por Unidade de negócio, também atreladas ao desempenho entre o orçado e o realizado.

**d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A remuneração fixa e variável é estruturada de acordo com a mediana de mercado. A progressão, evolução salarial e de carreira dos profissionais leva em consideração o nível individual de desempenho, compatíveis com o mercado onde atua. A remuneração variável é estruturada com base no percentual de atingimento das metas estabelecidas e no acompanhamento, analisados anualmente entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

**e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A remuneração dos administradores da Companhia é considerada um diferencial estratégico, pois tem garantido a aderência dos mesmos na forma e na medida em que correspondem a manutenção de corpo diretivo de alta competência e qualificação.

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia**

Não existe atualmente remuneração ou benefício associado a eventos societários.

**13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente de 31/12/14 – Valores Anuais (em R\$)**



Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7.00	4.42	5.00	16.42
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário e pró-labore	3,600,000.00	3,781,000.00	419,330.00	7,800,330.00
Benefícios direto e indireto	0.00	251,925.65	0.00	251,925.65
Participação em Comitês	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	720,000.00	756,200.00	83,866.00	1,560,066.00
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0.00	3,781,000.00	0.00	3,781,000.00
Part. de resultados	0.00	0.00	0.00	0.00
Part. em reuniões	0.00	0.00	0.00	0.00
Comissões	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	0.00	756,200.00	0.00	756,200.00
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Pós-emprego	0.00	0.00	0.00	0.00
Cessação do cargo	0.00	0.00	0.00	0.00
Baseada em ações	0.00	0.00	0.00	0.00
Observação				
<b>Total Remuneração</b>	<b>4,320,000.00</b>	<b>9,326,325.65</b>	<b>503,196.00</b>	<b>14,149,521.65</b>

### Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/13 – Valores Anuais (em R\$)

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7.00	4.58	5.00	16.58
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário e pró-labore	3,725,000.00	3,931,364.67	496,264.60	8,152,629.27
Benefícios direto e indireto	0.00	184,279.40	0.00	184,279.40
Participação em Comitês	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	798,420.00	786,272.93	99,252.92	1,683,945.85
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0.00	0.00	0.00	0.00
Part. de resultados	0.00	0.00	0.00	0.00
Part. em reuniões	0.00	0.00	0.00	0.00
Comissões	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	0.00	410,400.00	0.00	410,400.00
Descrição de outras remunerações fixas		Valores referentes a remunerações contratuais		
Pós-emprego	0.00	0.00	0.00	0.00
Cessação do cargo	0.00	0.00	0.00	0.00
Baseada em ações	0.00	0.00	0.00	0.00
Observação				
<b>Total Remuneração</b>	<b>4,523,420.00</b>	<b>5,312,317.00</b>	<b>595,517.52</b>	<b>10,431,254.52</b>

### Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/12 – Valores Anuais (em R\$)

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	7.00	4.25	5.00	16.25
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário e pró-labore	3,900,000.00	3,931,637.33	417,167.30	8,248,804.63
Benefícios direto e indireto	0.00	492,446.49	0.00	492,446.49
Participação em Comitês	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	0.00	1,100,858.45	0.00	1,100,858.45
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS e 8% a título de FGTS. Preve-se recolher pelo empregador: INSS = R\$ 786.327,47 e FGTS = R\$ 314.530,99.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0.00	0.00	0.00	0.00
Part. de resultados	0.00	0.00	0.00	0.00
Part. em reuniões	0.00	0.00	0.00	0.00
Comissões	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	0.00	0.00	0.00	0.00
Descrição de outras remunerações fixas		Cálculo nº de membros = Jan a Mar = 4 / Abr a Jun = 3 / Jul a Dez = 5 / Média = 4,25 membros		
Pós-emprego	0.00	0.00	0.00	0.00
Cessação do cargo	0.00	0.00	0.00	0.00
Baseada em ações	0.00	0.00	0.00	0.00
Observação				
<b>Total Remuneração</b>	<b>3,900,000.00</b>	<b>5,524,942.27</b>	<b>417,167.30</b>	<b>9,842,109.57</b>

### 13.3. Remuneração variável dos últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

**Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2014)**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de membros</b>	7	4.42	5	16
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4,537,200.00	-	4,537,200.00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	4,537,200.00	-	4,537,200.00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	4,537,200.00	-	4,537,200.00

**Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2013**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de membros</b>	7	4.58	5	17
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	410,400.00	-	410,400.00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	410,400.00	-	410,400.00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	410,400.00	-	410,400.00

**Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2012**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de membros</b>	7	4,25	5	16,25
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.931.637,33	-	3.931.637,33
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	3.931.637,33	-	3.931.637,33
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	0,00	-	0,00

**Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2011**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de membros</b>	7	3,58	3	13,58
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.146.160,00	-	4.146.160,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	4.146.160,00	-	4.146.160,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	2.073.308,00	-	2.073.308,00

**13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**a) termos e condições gerais**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**b) principais objetivos do plano**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**c) forma como o plano contribui para esses objetivos**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**f) número máximo de ações abrangidas**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**g) número máximo de opções a serem outorgadas**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**h) condições de aquisição de ações**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**j) critérios para fixação do prazo de exercício**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**k) forma de liquidação**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**l) restrições à transferência das ações**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social**

Posição em 31 de dezembro de 2013:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	11.251.109	87.656	11.338.765	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	31.448	87.877	119.325	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	419.426	1.667.594	2.087.020	-

Posição em 31 de dezembro de 2012:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	10.801.184	119.550	10.920.734	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	31.448	87.877	119.325	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-

Posição em 31 de dezembro de 2011:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	10.708.984	124.950	10.833.934	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	300.724	90.983	391.707	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-

**13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da Diretoria Estatutária**

Não houve remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

**13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)**

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações:**

**a) órgão:**

Diretoria Estatutária

**b) número de membros:**

03 (três)

**c) nome do plano:**

Taurusprev, administrado por Itaú Vida e Previdência

**d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:**

01 (um)

**e) condições para se aposentar antecipadamente:**

Não existem tais condições

**f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:**



R\$ 4.686.842,83

g) **valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa à contribuições feitas diretamente pelos administradores:**

R\$ 19.948,44

h) **se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições**

Apenas em caso de desligamento do ocupante do cargo na Companhia.

### 13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Incluir novo quadro

Valores Anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/13	31/12/12	31/12/11	31/12/13	31/12/12	31/12/11	31/12/13	31/12/12	31/12/11
Número de Membros	4.58	4.25	3.58	7	7	7	5	5	3
Valor da maior remuneração (R\$)	1,791,504.00	2,028,657.32	2,592,141.63	1,800,000.00	1,800,000.00	700,000.00	119,103.50	83,433.46	176,861.37
Valor da menor remuneração (R\$)	476,880.00	456,176.75	2,478,107.12	300,000.00	300,000.00	155,833.33	119,103.50	83,433.46	176,861.37
Valor médio da remuneração (R\$)	1,159,894.54	1,162,132.91	3,183,035.41	646,202.86	557,142.85	221,979.40	119,103.50	83,433.46	176,861.37
Total 13.2 c/ benefícios	5,312,317.00	5,524,942.27	11,395,266.75	4,523,420.00	3,900,000.00	1,553,855.77	595,517.52	417,167.30	530,584.11

### 13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)

Para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são previstos os seguintes mecanismos de indenização:

- Apólice de seguro denominada D&O – Directors and Officer;

Para a Diretoria Estatutária são previstos em contrato:

- Seguro saúde, sendo estendido de acordo com o contrato individual para os diretores com mais de 10 anos, há uma regra de manutenção;
- Alguns diretores estatutários tem assegurado uma indenização em caso de destituição, conforme previsto em contrato.

### 13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores da Companhia, uma vez que desde julho de 2011, após a reestruturação societária, a Companhia, não tem a figura do controlador, uma vez que o acionista de referência Sr. Luis Fernando Costa Estima passou a deter apenas 43,8% do capital votante, não existindo Acordo de Acionistas ou Grupo de Controle.

**13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não recebem remuneração além das referentes aos cargos que ocupam na Companhia.

**13.15. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:**

O Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Luis Fernando Costa Estima, era o controlador indireto da Companhia, através da sociedade Polimetal Participações S.A. (“Polimetal”), até julho de 2011, quando ocorreu a Reestruturação Societária e a Polimetal passou a ser subsidiária integral da Companhia, com aumento de capital e diluição dos acionistas, e troca de ações preferenciais por ordinárias. Após a Reestruturação Societária, o antigo controlador passou a deter 43,8% do capital votante da Companhia, de modo que não há mais a figura do controlador indireto ou direto. A este respeito, indicamos abaixo a remuneração obtida pela Administração nos últimos três exercícios sociais:

Ano	Remuneração Diretoria Estatutária (em R\$)	Remuneração do Conselho de Administração (em R\$)
2013	-	-
2012	-	-
2011	1.997.264,00	150.000,00
2010	2.864.000,00	23.686,00

**13.16. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:**

Não aplicável.

\*\_\*\_\*

## ANEXO G

### INFORMAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 37 DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA (Conforme art. 11 da Instrução CVM 481)

**I. CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL CONTENDO, EM DESTAQUE, AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS, JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO PROPOSTA E ANÁLISE DOS EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS DA ALTERAÇÃO.**

<b>Atual Estatuto Social</b>	<b>Proposta de Reforma ao Estatuto Social</b>	<b>Justificativa e Efeitos Jurídicos e Econômicos da Reforma</b>
<p><b>Artigo 37</b> - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, será destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.</p> <p><b>Parágrafo 1º</b> - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.</p> <p><b>Parágrafo 2º</b> - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.</p>	<p><b>Artigo 37</b> - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.</p> <p><b>Parágrafo 1º</b> - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.</p> <p><b>Parágrafo 2º</b> - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.</p> <p><b>Parágrafo 3º</b> - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.</p>	<p>Adequação da política de remuneração variável da Companhia.</p>

## **II. ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA**

### **“ESTATUTO SOCIAL DE FORJAS TAURUS S.A.**

#### **Capítulo I**

#### **Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração**

**Artigo 1º** - FORJAS TAURUS S.A. (“Companhia”) é uma Companhia Aberta, que se rege pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e por este Estatuto Social.

**Parágrafo 1º** - As disposições contidas nos Capítulos VII, VIII e XI, bem como nos artigos 5º, Parágrafo 4º; 10, Parágrafo 2º; 13, incisos IV e V; 19, Parágrafos 1º e 2º; 27, incisos XIX e XXX; 33, Parágrafo 1º; e 57 somente terão eficácia a partir da data de início de negociação das ações de emissão da Companhia no Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Nível 2” e “BM&FBOVESPA”, respectivamente).

**Parágrafo 2º** – Com a admissão ao Nível 2, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitar-se-ão também às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Nível 2”).

**Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida do Forte, 511, Vila Ipiranga, CEP 91360-000, podendo abrir e fechar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por decisão do Conselho de Administração.

**Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social:

- I - a indústria, o comércio, a importação e a exportação de:
  - a) armas, peças para armas, algemas, artefatos de couro para uso e porte de armas, tais como cintos, cinturões e coldres;
  - b) munição, componentes e matérias-primas para munição;
  - c) ferramentas manuais, artigos de cutelaria, ferramentas de corte, máquinas operatrizes e ferramental de produção;
  - d) coletes à prova de balas, roupas e acessórios destinados à proteção e segurança pessoal;

- e) produtos de segurança diversos para uso militar, policial, civil ou ainda para a prática de esportes;
- f) aparelhos e instrumentos de sinalização, alarme, controle, inspeção, proteção e segurança;
- g) roupas e acessórios do vestuário para uso em geral, bem como para a prática de esportes;
- h) peças forjadas em geral.
- II - a prestação de serviços de assessoria, consultoria, assistência técnica e representação comercial nos ramos de atividade retro mencionados;
- III - a concessão de licença para uso de marcas, bem como a exploração de patentes, transferência de tecnologia e prestação de serviços especializados de assistência técnica e de engenharia de produto;
- IV - a locação de bens próprios, móveis e imóveis; e
- V - a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

**Parágrafo Único** - A Companhia poderá vir a instituir uma Fundação destinada a promover o desenvolvimento de seus colaboradores e da comunidade em geral, por meio de programas destinados a incentivar a cultura, a educação e o desenvolvimento sustentável, para a qual a Instituidora poderá aportar mensalmente recursos destinados ao custeio de todas as atividades, até o limite anual de 4% (quatro por cento) do salário-base anual dos empregados da Companhia e demais empresas controladas da Companhia conveniadas à Fundação (sem quaisquer acréscimos), conforme último balanço auditado consolidado da Companhia.

**Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## **Capítulo II**

### **Capital, Ações e Acionistas**

**Artigo 5º** - O capital social da Companhia é de R\$257.797.469,79 (duzentos e cinquenta e sete milhões, setecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e sessenta e nove reais, e setenta e nove centavos), representado por 141.412.617 (cento e quarenta e um milhões, quatrocentas e doze mil, e seiscentas e dezessete) ações, sendo 47.137.539 (quarenta e sete milhões, cento e trinta e sete mil, e quinhentas e trinta e nove) ordinárias e 94.275.078 (noventa e quatro milhões, duzentas e setenta e cinco mil, e setenta e oito) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo 1º** - A Companhia terá as ações de sua emissão listadas para negociação na BM&FBOVESPA, devendo para tanto respeitar os requisitos legais e regulamentares estabelecidos, de tal modo que se criem condições favoráveis

à negociação de seus títulos e à captação de recursos para financiamento de seus projetos de expansão, aumento de produtividade, competitividade e, por conseguinte, de sua perpetuação.

**Parágrafo 2º** - A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral ou Especial.

**Parágrafo 3º** - As ações preferenciais emitidas pela Companhia têm as seguintes características:

(i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia;

(ii) participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias;

(iii) direito ao recebimento de um valor, por ação preferencial, correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago aos acionistas alienantes do Poder de Controle na hipótese de alienação do controle da Companhia nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social;

(iv) exceto com relação às deliberações acerca das matérias especificadas no Parágrafo 4º abaixo, não conferirão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos.

**Parágrafo 4º** - As ações preferenciais terão direito a voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral acerca das matérias abaixo indicadas, caso em que a cada ação preferencial corresponderá um voto:

- I. transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- II. aprovação da celebração de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, tais matérias devam ser submetidas à deliberação da Assembleia Geral;
- III. avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- IV. escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social; e
- V. alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento

do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá apenas enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

**Parágrafo 5º** - Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para a prestação dos serviços de ações escriturais.

**Parágrafo 6º** - A propriedade da ação escritural presume-se pelo registro em conta de depósito de ações, aberta em nome do acionista nos livros da instituição financeira depositária.

**Parágrafo 7º** - A transferência da ação escritural opera-se pelo lançamento efetuado pela instituição depositária em seus livros, a débito da conta de ações do alienante e a crédito da conta de ações do adquirente, à vista de ordem escrita do alienante, ou de autorização ou ordem judicial, em documento hábil que ficará em poder da instituição.

**Parágrafo 8º** - A instituição depositária fornecerá ao acionista extrato da conta de depósito das ações escriturais, sempre que solicitado, ao término de todo o mês em que for movimentada e, ainda que não haja movimentação, ao menos uma vez por ano.

**Parágrafo 9º** - Observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários, o custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

**Artigo 6º** - A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração até o limite de 155.553.878 (cento e cinquenta e cinco milhões, quinhentas e cinquenta e três mil, oitocentas e setenta e oito) ações, todas sem valor nominal, observando-se que o número de ações preferenciais não poderá exceder a 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas pela Companhia.

**Parágrafo Único** - O Conselho de Administração fixará, em cada caso, a quantidade de ações a serem emitidas, o local da distribuição, a forma da distribuição (pública ou privada), o preço de emissão e as condições de subscrição e integralização, podendo, dentro do limite do capital autorizado, deliberar a emissão de ações e/ou bônus de subscrição sem respeitar a proporção.

**Artigo 7º** - A emissão de ações para subscrição pública ou particular, para integralização em dinheiro, bens ou mediante a capitalização de créditos, dentro dos limites do capital autorizado, será efetivada por deliberação do Conselho de Administração, observadas as seguintes condições:

- I. *em se tratando de emissão destinada à subscrição particular, a Diretoria comunicará aos acionistas, mediante aviso publicado pela imprensa ou carta registrada, a deliberação do Conselho de Administração de aumentar o capital, oferecendo-lhes um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para exercício dos respectivos direitos de preferência;*
- II. *em qualquer hipótese, o valor mínimo de realização inicial será de 10% (dez por cento) do preço de emissão das ações subscritas, devendo o saldo ser integralizado de acordo com chamadas da Diretoria, em prazos a serem fixados pelo Conselho de Administração, que não poderão exceder 12 (doze) meses da data de emissão; e*
- III. *a emissão de ações para integralização em bens dependerá de prévia avaliação, na forma da lei.*

**Parágrafo 1º** - A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o Parágrafo 4º do Artigo 171 da Lei nº 6.404/76, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita nos termos previstos nos incisos I e II, do caput do Artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

**Parágrafo 2º** - O critério de atribuição de dividendos às ações emitidas nos termos deste Artigo será sempre fixado, de modo claro e preciso, na ata da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre cada emissão. Tais ações, porém, participarão sempre e integralmente dos subsequentes aumentos de capital por capitalização de lucros e/ou reservas.

**Parágrafo 3º** - O Conselho de Administração disporá sobre as sobras de ações não subscritas em aumento de capital privado durante o prazo do exercício de preferência, determinando, antes da venda das mesmas em bolsa de valores, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre aqueles que tiverem manifestado, no boletim ou lista de subscrição, interesse em subscrevê-las.

**Parágrafo 4º** - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá autorizar a Companhia a outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas.



**Artigo 8º** - A Diretoria poderá suspender os serviços de conversão, desdobramento, grupamento e transferência de ações pelo prazo máximo de 15 dias consecutivos antes da realização da Assembleia Geral, ou por 90 (noventa) dias intercalados durante o ano.

### **Seção I**

#### **Suspensão do Exercício de Direitos**

**Artigo 9º** - A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei, sua regulamentação ou por este Estatuto Social.

**Parágrafo 1º** - A suspensão do exercício dos direitos poderá ser deliberada pela Assembleia Geral em qualquer reunião, ordinária ou extraordinária, em que a matéria constar da ordem do dia.

**Parágrafo 2º** - Os acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, poderão convocar Assembleia Geral quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias, ao pedido de convocação que apresentarem, com indicação do descumprimento de obrigação e da identidade do acionista inadimplente.

**Parágrafo 3º** - Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista estabelecer, além de outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.

**Parágrafo 4º** - A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação.

### **Seção II**

#### **Acordo de Acionistas**

**Artigo 10** – A Companhia deverá observar os acordos de acionistas quando arquivados em sua sede social.

**Parágrafo 1º** - Não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas cujas disposições conflitem com as normas legais ou deste Estatuto Social.

**Parágrafo 2º** - Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle será registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 2.

**Artigo 11** - Os acordos de acionistas não poderão ser invocados para eximir o acionista de responsabilidade no exercício do direito de voto ou do poder de controle.

### **Capítulo III**

#### **Assembleia Geral**

**Artigo 12** - A Assembleia Geral dos Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre os assuntos que lhe competem por lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

**Parágrafo Único** - A Companhia poderá eventualmente adotar o procedimento eletrônico para realização da Assembleia Geral de Acionistas, observadas as prescrições legais pertinentes.

### **Seção I**

#### **Competência**

**Artigo 13** - Compete privativamente à Assembleia Geral, além das atribuições previstas no Artigo 122 e em outros dispositivos da Lei nº 6.404/76:

- I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- II. eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal e fixar a sua remuneração;
- III. fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia;
- IV. deliberar sobre proposta de saída da Companhia do Nível 2;
- V. escolher a empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta ou saída do Nível 2, nos termos previstos no Capítulo VII abaixo;
- VI. aprovar planos de outorga de opções de compra de ações e de outros benefícios aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de sociedades sob seu controle, nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 7º deste Estatuto Social;
- VII. deliberar sobre a proposta de destinação do lucro e de distribuição de dividendos pela Companhia apresentada pela administração;
- VIII. decidir sobre eventuais bonificações, grupamentos e desdobramentos de ações; e
- IX. eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação da Companhia.

## **Seção II**

### **Convocação**

**Artigo 14** - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei ou neste Estatuto, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, observadas em sua convocação, instalação e deliberações, as prescrições legais pertinentes.

## **Seção III**

### **Legitimação e Representação**

**Artigo 15** – Para poder participar da Assembleia Geral os acionistas ou seus representantes legais deverão exhibir, além do documento de identidade, comprovante da instituição financeira depositária das ações, expedido com a antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data de realização da Assembleia.

**Parágrafo 1º** - A Companhia dispensará a apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais quando seu nome constar da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária.

**Parágrafo 2º** - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, observado o disposto no Parágrafo 7º do Artigo 118 da mesma lei, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia .

**Parágrafo 3º** - Desde que (i) por escrito; e (ii) no estrito interesse da Companhia, os acionistas poderão enviar à Companhia, aos cuidados do Presidente do Conselho de Administração, solicitação de inclusão de matérias na ordem do dia da Assembleia Geral. A Companhia poderá rejeitar tal solicitação, em parte ou em sua totalidade, desde que tal recusa seja devidamente justificada, por escrito, e arquivada na sede social, juntamente com a respectiva solicitação.

## **Seção IV**

### **“Quorum” de Instalação**

**Artigo 16** – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto e, em segunda, convocação, com qualquer número de acionistas.

## **Seção V**

### **Mesa**

**Artigo 17** - Os trabalhos da Assembleia serão dirigidos por Mesa presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente do órgão; e, no caso de ausência ou impedimento de ambos, por acionista eleito dentre os presentes.

**Parágrafo 1º** - O Secretário da Assembleia será designado pelo Presidente da Mesa.

**Parágrafo 2º** - O Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores ou seus substitutos estarão, necessariamente, presentes à Assembleia Geral a fim de prestar eventuais esclarecimentos e informações aos acionistas e à Mesa a respeito de matérias compreendidas em suas atribuições.

## **Seção VI**

### **Deliberações**

**Artigo 18** – Respeitadas as exceções legais, a Assembleia Geral, somente poderá deliberar acerca de assuntos expressamente previstos na ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica.

**Parágrafo Único** – As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco ou nulos, e observando-se, quando for o caso, o disposto nos Parágrafos 8º e 9º do Artigo 118 da Lei n.º 6.404/76 e o disposto no Artigo 47, parágrafo 1º, deste Estatuto.

## **Capítulo IV**

### **Administração da Companhia**

#### **Seção I**

#### **Disposições Gerais**

**Artigo 19** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e por uma Diretoria, com funções representativas e executivas.

**Parágrafo 1º** - Os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**Parágrafo 2º** - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração ou no Livro de Atas de Reunião de Diretoria, conforme o caso, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e mediante prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que se refere o Regulamento do Nível 2.

**Parágrafo 3º** - A partir da investidura em seus cargos, os administradores deverão prestar as informações exigidas pela regulamentação aplicável, inclusive comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos e respectivas alterações.

## Seção II

### **Conselho de Administração**

**Artigo 20** - O Conselho de Administração será composto de 7 (sete) membros, pessoas naturais, residentes ou não no país, todos acionistas, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, que se inicia com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos.

**Parágrafo 1º** – Os Controladores Atuais assegurarão aos Acionistas Titulares de Ações em Circulação o direito de eleger, nas Assembleias Gerais, até 2 (dois) membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, desde que os Controladores Atuais tenham eleito a maioria dos respectivos membros. Para tanto, cada ação, ordinária ou preferencial, dos Acionistas Titulares de Ações em Circulação valerá um voto e, ressalvado o disposto no Parágrafo 3º abaixo, todos os titulares de Ações em Circulação votarão indistintamente, sendo eleito(s) o(s) candidato(s) mais votado(s).

**Parágrafo 2º** – A prerrogativa prevista no Parágrafo 1º acima não será aplicável caso o processo de voto múltiplo e/ou de voto em separado previstos no artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações assegure(m) a eleição por Acionistas Titulares de Ações em Circulação de, pelo menos, 2 (dois) membros para compor o Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo 3º** – Caso, o processo de voto múltiplo e/ou de voto em separado previstos no artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações assegure(m) a eleição por Acionistas Titulares de Ações em Circulação de apenas 1 (um) membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, os Controladores Atuais assegurarão aos Acionistas Titulares de Ações em Circulação o direito de eleger mais 1 (um) membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, ficando excluídos de tal votação os Acionistas Titulares de Ações em Circulação que houverem eleito o primeiro membro por meio do processo de voto múltiplo e/ou de voto em separado previstos no artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo 4º** – Para fins do disposto neste Estatuto Social, Acionistas Titulares de Ações em Circulação significa os acionistas não-controladores, excluindo os Controladores Atuais, conforme definido no Parágrafo 1º do Artigo 52 abaixo.

**Parágrafo 5º** - Desde que os Controladores Atuais tenham eleito a maioria dos membros do Conselho de Administração, adicionalmente ao disposto nos Parágrafos acima, os dois acionistas titulares da maior quantidade de ações preferenciais de emissão da Companhia terão o direito de sugerir a indicação de um membro para compor o conselho de Administração, ficando a critério do Acionista Controlador aceitar ou não tal indicação.

**Artigo 21** - No mínimo 40% (quarenta por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definido neste Artigo.

**Parágrafo 1º** - Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

**Parágrafo 2º** - Para fins deste Estatuto Social, considera-se “Conselheiro Independente” o Conselheiro que:

- I. não tiver qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no capital social;
- II. não for Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, não for, não ser ou não tiver sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2 (ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa);

- III. não tiver sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia;
- IV. não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência;
- V. não for funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia;
- VI. não for cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia;
- VII. não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

**Parágrafo 3º** - Também será considerado Conselheiro Independente o Conselheiro que tiver sido eleito com base na faculdade prevista pelos Parágrafos 4º e 5º do Artigo 141 da Lei n.º 6.404/76.

**Parágrafo 4º** - A qualificação como Conselheiro Independente deverá ser expressamente declarada na ata da Assembleia Geral que o eleger.

**Artigo 22** - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia;

**Parágrafo 1º** - Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os fatores de impedimento referidos no *caput* deste artigo.

**Parágrafo 2º** - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões do Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia.

**Artigo 23** - Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado a acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo até 48 (quarenta e oito) horas antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia.

**Parágrafo Único** – A Companhia deverá, imediatamente após o recebimento do pedido, divulgar o teor de tal pedido, por meio eletrônico, para a CVM e para a

BM&FBOVESPA, comunicando que a eleição se dará pelo processo do voto múltiplo.

**Artigo 24** - O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, indicados por maioria dentre os Conselheiros eleitos. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

**Parágrafo 1º** - Competirá ao Presidente e, em sua falta ao Vice-Presidente, convocar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração.

**Parágrafo 2º** - Vagando o cargo de Presidente do Conselho, competirá à Assembleia Geral, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que se verificou a vacância, eleger um substituto para completar o mandato do Presidente o qual, até a realização dessa Assembleia, será substituído pelo Vice-Presidente.

**Parágrafo 3º** - Vagando qualquer outro cargo no Conselho de Administração, inclusive o de Vice-Presidente, os Conselheiros remanescentes designarão um substituto que irá servir até a primeira Assembleia Geral. Vagando a maioria dos cargos, convocar-se-á de imediato a Assembleia Geral para proceder-se a eleição de novos membros, os quais completarão o mandato dos substituídos.

**Artigo 25** - O Conselho de Administração reúne-se, em caráter ordinário, em datas a serem estabelecidas na primeira reunião anual e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, a quem cabe fixar a respectiva ordem do dia. As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com uma antecedência mínima de 3 (três) dias úteis. Os documentos que suportarem a ordem do dia, tanto para as reuniões ordinárias como para as extraordinárias, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, de modo que os membros do conselho possam se informar adequadamente sobre os assuntos a serem tratados.

**Parágrafo Único** - Será dispensada a convocação de que trata este Artigo se estiverem presentes à reunião todos os membros em exercício do Conselho de Administração.

**Artigo 26** - As reuniões do Conselho de Administração se instalarão e funcionarão, validamente, com a presença da maioria de seus membros.



**Parágrafo 1º** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes, observado o disposto nos Parágrafos 8º e 9º do Artigo 118 da Lei n.º 6.404/76, cabendo ao Presidente do Conselho o voto de qualidade, em caso de empate na votação,

**Parágrafo 2º** - Os membros do Conselho de Administração poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de telefone, correio eletrônico, vídeo conferência ou outro meio de comunicação que permita a todos os participantes da reunião a perfeita compreensão das deliberações discutidas, sendo certo que os membros do Conselho de Administração que participarem da referida reunião, por qualquer de tais meios, serão considerados, para todos os fins, presentes à reunião.

**Parágrafo 3º** - As deliberações do Conselho de Administração deverão sempre constar de atas, que deverão ser assinadas pelos Conselheiros presentes e lavradas no competente Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração deverão ser (i) referidos na ata da respectiva reunião, (ii) posteriormente confirmados em documento por escrito, entregue ao Presidente do Conselho de Administração, e (iii) juntados ao respectivo Livro de Atas.

**Parágrafo 4º** - Nas reuniões do Conselho de Administração será admitido o voto escrito, proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem. Em tal hipótese, deverá ser observado o procedimento previsto na parte final do parágrafo 3º deste Artigo.

**Parágrafo 5º** - As atas de reunião do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros deverão ser arquivadas no registro do comércio e publicadas.

**Artigo 27** - Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições previstas em lei ou no presente Estatuto Social:

- I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas;
- II. eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, inclusive as de Relações com Investidores, observado o disposto neste Estatuto Social;
- III. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia e de suas controladas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

- IV. convocar anualmente a Assembleia Ordinária, e a Extraordinária quando julgar conveniente;
- V. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, a proposta de destinação do resultado e outros documentos a serem submetidos à Assembleia Geral;
- VI. deliberar sobre a emissão de ações, dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições da subscrição, inclusive preço e prazo de integralização;
- VII. escolher e destituir os auditores independentes, observado o direito de veto assegurado pela lei aos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários, se houver;
- VIII. convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- IX. deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, de acordo com o Artigo 30 da Lei n.º 6.404/76;
- X. deliberar sobre a emissão, conversão, resgate antecipado de notas promissórias, debêntures, bônus e demais títulos para distribuição pública ou privada, estabelecendo as condições a que estiverem sujeitas, nos termos da lei;
- XI. deliberar sobre a realização de qualquer operação de financiamento ou crédito em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo, assim como sobre a alteração de quaisquer de seus termos e condições;
- XII. declarar *ad referendum* da Assembleia Ordinária dividendos ou juros sobre o capital, com base em balanço anual ou intermediário, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei n.º 6.404/76 e demais disposições aplicáveis;
- XIII. deliberar sobre planos estratégicos, políticas empresariais, gestão administrativa de pessoal e financeira, orçamentos e suas respectivas alterações, projetos de expansão, programas de investimento, inclusive de desenvolvimento imobiliário, zelando pelo seu estrito cumprimento;
- XIV. aprovar as políticas financeira e comercial da Companhia e de suas controladas;
- XV. autorizar, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral, a outorga de opção de compra de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas;
- XVI. autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros, que não sejam sociedades controladas pela Companhia, em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo;

- XVII. aprovar qualquer alienação ou locação de bens ou direitos integrantes do ativo permanente da Companhia em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo;
- XVIII. aprovar a alienação, permuta ou atos que importem em outorga de garantias ou ônus reais sobre os bens ou direitos da Companhia em favor de terceiros, ou que importem em renúncia de direito, em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo, exceto em relação a sociedades em que a Companhia possua ou detenha direitos que lhe assegurem participação permanente, direta ou indireta, superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social;
- XIX. definir a lista tríplice de empresas especializadas, dentre as quais a Assembleia Geral escolherá a que elaborará o laudo de avaliação econômica das ações da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de saída do Nível 2;
- XX. aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- XXI. requerer a recuperação judicial ou extrajudicial ou a falência da Companhia, após autorizado pela Assembleia Geral, quando tal conclave for previsto na legislação;
- XXII. aprovar qualquer transação entre a Companhia e (i) seus acionistas controladores diretos e indiretos; (ii) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle das pessoas jurídicas controladoras da Companhia; ou (iii) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos acionistas controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, detenham participação societária; observando-se que todas as transações entre a Companhia e as pessoas acima referidas deverão ser realizadas em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros; e assegurando-se a qualquer membro do Conselho de Administração a possibilidade de requisitar uma avaliação independente de qualquer transação prevista neste inciso;
- XXIII. fixar a remuneração dos Administradores, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral;
- XXIV. instituir o Comitê de Auditoria e Riscos, o Comitê de Remuneração e Desenvolvimento de Pessoas e o Comitê de Gestão e Governança Corporativa, eleger os respectivos membros e fixar as respectivas remunerações;
- XXV. autorizar a instituição de fundações, com as finalidades previstas no Artigo 3º, Parágrafo Único, deste Estatuto Social, definindo os termos de seu Estatuto e o valor da dotação financeira necessária a sua implantação;

- XXVI. autorizar contribuições da Companhia e suas controladas para associações de empregados, fundos de previdência, entidades assistenciais ou recreativas, observada política previamente aprovada pelo próprio Conselho de Administração;
- XXVII. definir, com a assessoria do Comitê de Remuneração e Desenvolvimento de Pessoas, a política de participação nos lucros e resultados pelos empregados da Companhia, observados os limites legais e a política de recursos humanos da Companhia;
- XXVIII. definir, com a assessoria do Comitê de Auditoria e Riscos, a política de proteção de ativos e passivos financeiros, inclusive com a utilização de instrumentos financeiros derivativos, bem como os respectivos procedimentos e sistemas de controles internos e de informação (*report*);
- XXIX. aprovar o código de ética e de conduta aplicáveis aos colaboradores da Companhia e zelar pelo seu estrito cumprimento; e
- XXX. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

**Parágrafo Único** – O Conselho de Administração definirá valores de alçada para a Diretoria poder praticar, independentemente de autorização específica, os atos e operações referidos nos incisos X, XI, XVI, XVII, XVIII e XXII do *caput* deste artigo.

**Artigo 28** - O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos, sendo integrados por membros dos órgãos de administração da Companhia ou não.

**Parágrafo Único** – Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

### **Seção III**

#### **Diretoria**

**Artigo 29** - A Diretoria será composta de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, acionistas ou não, residentes no País, admitida a reeleição. Dentre eles serão eleitos: 1 (um) Diretor Presidente; até 3 (três) Diretores Vice-Presidentes; até 3 (três) Diretores sem designação especial e 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, em todos os casos atendidos os requisitos estabelecidos na legislação aplicável e no presente Estatuto Social.

**Parágrafo 1º** - O prazo de gestão dos Diretores, quando for o caso, se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos.

**Parágrafo 2º** - Em caso de ausência temporária de qualquer Diretor, caberá ao Conselho de Administração designar, dentre os demais Diretores, um substituto provisório. Na hipótese de impedimento ou vacância definitivos, o Conselho de Administração designará um substituto definitivo para completar o mandato do substituído.

**Parágrafo 3º** - O Diretor Presidente eleito somente poderá ser nomeado e destituído mediante concordância de 5 (cinco) dentre os 7 (sete) membros do Conselho de Administração da Companhia.

**Artigo 30** - A Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer Diretor, instalando-se validamente suas reuniões com a presença da maioria de seus membros.

**Parágrafo Único** - A Diretoria deliberará por maioria de votos dos presentes, devendo suas decisões constar sempre de atas circunstanciadas, lavradas no livro próprio.

**Artigo 31** - Além das prerrogativas gerais atribuídas aos Diretores e das especiais que lhes forem cometidas pelo Conselho de Administração, competirá especificamente:

- I. ao Diretor Presidente: fazer executar a política administrativa da companhia, coordenar as atividades dos demais Diretores e presidir as reuniões da Diretoria;
- II. aos Diretores Vice-Presidentes: substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos temporários e supervisionar os setores econômico-financeiro, de mercado de capitais, administrativo, contábil, de processamento de dados, industrial e de produção, conforme a divisão de atribuições definida pelo Conselho de Administração;

- III. ao Diretor de Relações com Investidores: prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, e manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicáveis às companhias abertas; e
- IV. aos Diretores sem designação especial: desempenhar as atribuições que lhes forem confiadas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 1º** - Os Diretores poderão praticar, isoladamente, apenas os atos de mera rotina e de correspondência não obrigacional da Companhia.

**Parágrafo 2º** - Dependerá sempre da assinatura do Diretor Presidente ou de um Diretor Vice-Presidente, juntamente com outro Diretor ou Procurador, a prática dos seguintes atos:

- I. a alienação de bens do ativo permanente e a constituição ou cessão de direitos reais de garantia sobre tais bens, observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social; e
- II. a prestação de garantias a obrigações de terceiros, observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social.
- III. a nomeação de procuradores, que deverá ser feita com precisa indicação dos atos e operações que poderão ser praticados assim como do prazo de duração do mandato, ressalvadas as procurações para fins judiciais que terão prazo indeterminado.

**Parágrafo 3º** - Dependerá sempre da assinatura de dois Diretores ou de um Diretor em conjunto com um Procurador ou, ainda, de dois Procuradores em conjunto, a prática de atos que envolvam responsabilidade para a Companhia e que não estejam previstos no Parágrafo 2º supra, tais como:

- I. a assinatura de contratos, termos de responsabilidade, títulos de crédito e emissão de cheques;
- II. a concessão de avais ou fianças em nome da Companhia, observado o disposto no Artigo 27 deste Estatuto Social; e

**Parágrafo 4º** - Qualquer Diretor ou Procurador poderá agir isoladamente nos seguintes casos:

- I. a emissão de duplicatas e seu respectivo endosso para cobrança ou desconto bancário; e
- II. endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia.

**Parágrafo 5º** - Dois Diretores poderão autorizar um Diretor ou Procurador a agir individualmente, desde que para fim específico e por tempo determinado.

**Artigo 32** – Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto os que, por lei ou por este Estatuto, sejam atribuição de outros órgãos.

**Parágrafo Único** - Compete à Diretoria, além de outras funções previstas em lei ou neste Estatuto Social, submeter anualmente à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal, dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria e Riscos, bem como da proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior.

## **CAPÍTULO V**

### **Conselho Fiscal**

**Artigo 33** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento será permanente.

**Parágrafo 1º** - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, previsto no Regulamento do Nível 2.

**Parágrafo 2º** - A Assembleia Geral elegerá e empossará os seus membros e respectivos suplentes, fixando-lhes a respectiva remuneração, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

**Parágrafo 3º** - Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

**Artigo 34** - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País.

**Parágrafo 1º** - Na constituição do Conselho Fiscal deverão ser observadas as normas constantes do Parágrafo 4º do Artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

**Parágrafo 2º** - As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os definidos em Lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Companhia.

**Parágrafo 3º** - Ao menos um dos membros do Conselho Fiscal deverá comparecer às Assembleias Gerais e responder aos pedidos de informações formulados pelos acionistas.

## **Capítulo VI**

### **Exercício Social e Distribuição e Retenção de Lucros**

**Artigo 35** - O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral dos acionistas.

**Parágrafo 1º** - Observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis, a Companhia deve declarar o pagamento de dividendos em cada semestre, para tanto podendo levantar balanço patrimonial semestral em 30 de junho de cada ano, ou, ainda, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.

**Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração declarará dividendos à conta de (i) balanço patrimonial semestral ou à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre; ou (ii) lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Os dividendos serão preferencialmente declarados nos meses de abril e outubro.

**Parágrafo 3º** - A Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável.

**Parágrafo 4º** - Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos, nos termos do Artigo 38 abaixo.

**Artigo 36** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda.

**Artigo 37** - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, será destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por



cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.

**Parágrafo 1º** - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.

**Parágrafo 2º** - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.

**Artigo 38** - O lucro líquido resultante, após as deduções de que tratam os Artigos 36 e 37 deste Estatuto Social, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos precisos termos do Artigo 202, inciso I, combinado com os artigos 195 e 195-A, todos da Lei nº 6.404/76:

- I. 5% (cinco por cento) destinados à reserva legal;
- II. importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e
- III. importância destinada para formação da reserva de incentivos fiscais.

**Parágrafo 1º** - Do lucro líquido ajustado nos termos do *caput* deste Artigo, será distribuída aos acionistas, a título de dividendo, quantia não inferior a 35% (trinta e cinco por cento).

**Parágrafo 2º** - No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, referido no Parágrafo 1º, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

**Parágrafo 3º** - Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

**Artigo 39** - A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas nos artigos anteriores poderá ser transferida a uma Reserva de Lucros para Expansão, desde que justificada em orçamento de capital proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Único** - O saldo dessa reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social realizado. Atingido esse limite, a

Assembleia deverá destinar o excesso à integralização ou aumento do capital social, ou à distribuição de dividendos.

**Artigo 40** - Quando declarados dividendos trimestrais ou semestrais, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, *ad referendum* da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores, obedecidos os limites legais.

## **Capítulo VII**

### **Alienação do Controle Acionário,**

#### **Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.**

**Artigo 41** – A Alienação do Controle da Companhia, conforme definido no Regulamento do Nível 2, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente, conforme definido no Regulamento do Nível 2, se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia recebam tratamento igualitário àquele dado ao acionista ou Grupo de Acionistas, conforme definido Regulamento do Nível 2, que detiver o Poder de Controle da Companhia, conforme definido no Regulamento do Nível 2, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação do acionista alienante.

**Artigo 42** – A oferta pública referida no artigo anterior será exigida ainda:

- I. sempre que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou
- II. em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

**Artigo 43** – Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 41 deste Estatuto Social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o

valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

**Artigo 44** – A Companhia não poderá registrar qualquer transferência de ações para o Adquirente, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Nível 2.

**Artigo 45** – Deliberado o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, observado o disposto no Artigo 47 deste Estatuto Social.

**Artigo 46** – Caso os acionistas, em Assembleia Extraordinária, deliberarem a descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 2 ou tal consequência decorrer da aprovação de uma operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, ou do cancelamento do registro de companhia aberta, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico por ação apurado em laudo de avaliação, observado o disposto no Artigo 47 deste Estatuto Social.

**Parágrafo 1º** – A oferta pública prevista neste Artigo será feita em conformidade com a legislação aplicável, as regras de ofertas públicas de aquisição de ações estabelecidas pela CVM, bem como aquelas estabelecidas no Regulamento de Listagem do Nível 2.

**Parágrafo 2º** - A decisão de descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 2 deve ser comunicada por escrito à BM&FBOVESPA com antecedência prévia de 30 (trinta) dias e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado a referida descontinuidade.

**Parágrafo 3º** - A Alienação de Controle nos 12 (doze) meses subsequentes à aprovação da descontinuidade das práticas diferenciadas de governança

corporativa Nível 2 obrigará o Acionista Controlador Alienante e o Adquirente, conjunta e solidariamente, a oferecerem aos demais acionistas da Companhia a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador Alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, observando-se as regras aplicáveis à Alienação de Controle neste Capítulo e no Regulamento do Nível 2.

**Parágrafo 4º** - Se o preço obtido pelo Acionista Controlador Alienante na alienação de suas próprias ações for superior ao valor da oferta pública de saída, realizada de acordo com este Artigo, o Acionista Controlador Alienante e o Adquirente ficarão conjunta e solidariamente obrigados a pagar a diferença de valor apurada aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições previstas no parágrafo acima.

**Parágrafo 5º** - Na hipótese da descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 2, os valores mobiliários da Companhia não poderão retornar a ser negociados no Nível 2 por um período mínimo de 2 (dois) anos contados da data em que tiver sido formalizada a descontinuidade, salvo se a Companhia tiver o seu controle acionário alienado após a referida formalização.

**Parágrafo 6º** - O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no caput deste Artigo se a Companhia sair do Nível 2 de Governança Corporativa em razão da celebração do contrato de participação da Companhia no segmento especial da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado ("Novo Mercado") ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

**Artigo 47** - O laudo de avaliação previsto nos Artigos 45 e 46 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e acionistas controladores, devendo satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo Artigo da lei.

**Parágrafo 1º** - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco ou nulos, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação, conforme definido no Parágrafo 2º abaixo, presentes na Assembleia

Geral que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

**Parágrafo 2º** - Ações em Circulação significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele(s) vinculadas, por Administradores da Companhia e aquelas em tesouraria,

**Parágrafo 3º** - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido nos termos dos Artigos 45 e 46 deste Estatuto Social deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

**Artigo 48** - A realização da oferta pública de ações mencionada nos Artigos 41 e 42 acima dispensa a realização da oferta pública de ações prevista no Artigo 51 abaixo.

**Artigo 49** - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

**Parágrafo 1º** – A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta."

**Parágrafo 2º** – Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

**Artigo 50** - A saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está

condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 47 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Parágrafo 1º** - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

**Parágrafo 2º** - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

**Parágrafo 3º** - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa.

**Parágrafo 4º** - Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

## **Capítulo VIII**

### **Oferta Pública em Caso de Aquisição de Participação Substancial**

**Artigo 51** - Qualquer acionista ou grupo de acionistas agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, vinculados por acordo de acionistas ou não, conforme entendimentos manifestados pela Comissão de Valores Mobiliários na apreciação de casos de que trata a Instrução CVM n.º 361/02, que venha a adquirir ou se torne titular, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações, de: (i) 20% (vinte por cento) ou mais de qualquer espécie ou classe ou do total de ações de emissão da Companhia; ou (ii) outros direitos, inclusive usufruto e fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia que representem 20% (vinte por cento) ou mais de qualquer espécie ou classe ou do total de ações do seu capital social ("Acionista Adquirente" e "Participação Substancial"), deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em

quantidade superior ao limite estipulado, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ("OPA20"), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Nível 2, outros regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste Artigo.

**Parágrafo 1º** - O preço de aquisição na oferta pública de cada ação de emissão da Companhia deverá corresponder ao maior preço pago pelo acionista adquirente nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento de Participação Substancial, ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária.

**Parágrafo 2º** - Haverá dispensa automática da OPA20 por atingimento de Participação Substancial:

- I. quando remanescer o mesmo acionista controlador que era titular de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social votante da Companhia, imediatamente antes do atingimento da Participação Substancial;
- II. no caso de atingimento de Participação Substancial decorrente de aquisições feitas por ocasião da realização de oferta pública de aquisição de ações, em conformidade com este Estatuto ou legislação vigente e que tenha tido por objeto todas as ações de emissão da Companhia e, desde que, pelas quais tenha sido pago preço no mínimo equivalente ao que seria pago na OPA20 por atingimento de Participação Substancial;
- III. no caso de atingimento involuntário da Participação Substancial;
- IV. no caso de subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública;
- V. no caso de alienação de controle da Companhia, oportunidade em que deverão ser observadas as regras constantes do Artigo 41 deste Estatuto, mas não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia formular uma oferta pública concorrente, nos termos da regulamentação aplicável;
- VI. no caso de atingimento da Participação Substancial decorrente de operação de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia.

**Parágrafo 3º** - A Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar a dispensa de realização da OPA20 por atingimento de Participação Substancial ou alterações em suas características em relação ao previsto neste item, desde que: (i) a Assembleia Geral seja realizada antes da aquisição de Participação Substancial; e

(ii) sejam impedidos ou se abstenham de votar os acionistas ou grupo de acionistas agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, vinculados por acordo de acionistas ou não, conforme previsto neste artigo, que pretendam adquirir Participação Substancial e, ainda, aqueles acionistas que com eles tenham acordo para alienação de participação.

**Parágrafo 4º** - O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

**Parágrafo 5º** - A oferta pública de ações deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no Artigo 4º da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada:

- I. ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;
- II. ser efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA ;
- III. ser realizada de maneira a assegurar tratamento eqüitativo aos destinatários, permitir-lhes adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública;
- IV. ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº 361/02;
- V. ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste Artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de ações de emissão da Companhia; e
- VI. ser instruída com laudo de avaliação da Companhia, preparado por instituição de reputação internacional, independência e experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas, elaborado de acordo com os critérios elencados no Artigo 8º da Instrução CVM nº 361/02, observando-se os critérios estabelecidos no Parágrafo 1º acima para fixação do preço mínimo na oferta.

**Parágrafo 6º** - Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos: (i) para a realização da oferta pública de compra de ações; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, a Companhia não poderá registrar qualquer transferência de ações para o adquirente da Participação Substancial.



## **Capítulo IX**

### **Conversão de Preferenciais em Ordinárias e Migração para o Novo Mercado**

**Artigo 52** – Caso o Veículo de Controle venha a deter menos de 35% (trinta e cinco por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia, exclusivamente em razão da transferência de ações pelos Controladores Atuais, incluindo, mas não limitado às hipóteses de transferência em virtude da excussão de garantias, inclusive penhor ou alienação fiduciária em garantia, no momento de sua execução, cada ação preferencial de emissão da Companhia será, obrigatoriamente, convertida em 1 ação ordinária, de modo que a totalidade das ações de emissão da Companhia sejam ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (a “Conversão”). Para fins deste Artigo, não será computada qualquer outra forma de diluição, seja em razão do aumento de capital não acompanhado pelos Controladores Atuais ou qualquer outra forma de redução percentual da participação do Veículo de Controle, com exceção da transferência voluntária de participação no capital votante da Companhia.

**Parágrafo 1º** – Para fins do disposto neste Estatuto Social, “Controladores Atuais” significa o acionista ou grupo de acionistas que subscrever a adesão da Companhia ao Nível 2 da BM&FBOVESPA (os “Controladores Atuais”); e “Veículo de Controle”, o veículo de investimento, seja ele uma pessoa jurídica ou um fundo de investimento, controlado pelos Controladores Atuais.

**Parágrafo 2º** - A Conversão será realizada na forma e no prazo a serem determinados pelo Conselho de Administração, o qual terá o prazo de 30 (trinta) dias para convocação da Assembleia Geral de que trata o parágrafo seguinte contados da data da alienação voluntária de ações pelos Controladores Atuais que resultou na titularidade de ações pelo Veículo de Controle abaixo de 35% (trinta e cinco por cento) do total de ações ordinárias de emissão da Companhia.

**Parágrafo 3º** - Na hipótese prevista no *caput*, o Conselho de Administração da Companhia deverá convocar a realização de Assembleia Extraordinária para aprovar a adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, no mesmo prazo assinalado no parágrafo anterior.

## **Capítulo X**

### **Dissolução e Liquidação da Companhia**

**Artigo 53** - A Companhia será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

**Artigo 54** - A liquidação será efetuada por uma comissão liquidante designada pela Assembleia Geral, podendo tal nomeação cair na própria Diretoria.

**Artigo 55** - A Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, a duração do mandato da comissão liquidante e a respectiva remuneração, cabendo-lhe ainda eleger o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação da Companhia.

## **Capítulo XI**

### **Arbitragem**

**Artigo 56** - A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa, no Regulamento do Nível 2, no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, neste Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, no Regulamento de Aplicação de Sanções Pecuniárias no Nível 2, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência por qualquer das partes do procedimento arbitral ao Poder Judiciário, quando aplicável, deverá obedecer às previsões do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, notadamente o disposto no item 5.1 e respectivos subitens.

## **Capítulo XII**

### **Disposições Finais**

**Artigo 57** - O disposto no Artigo 51 deste Estatuto Social não se aplica aos acionistas ou grupo de acionistas, e respectivos sucessores, que já sejam titulares, em 27 de maio de 2011, de 20% (vinte por cento) ou mais de qualquer espécie ou classe ou do total de ações representativas do capital social da Companhia, inclusive em relação a futuros acréscimos, aplicando-se exclusivamente àqueles que atingirem a referida participação após 27 de maio de 2011.

**Parágrafo Único** - O disposto no Artigo 51 deste Estatuto Social também não será aplicável aos Controladores Atuais, conforme definido no Parágrafo 1º do Artigo 52 deste Estatuto Social, inclusive em relação a futuros acréscimos de sua participação.

**Artigo 58** – Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos de acordo com a legislação em vigor."

\*\_\*\_\*

## **ANEXO H**

### **DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS**

Para fins de cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis, a Administração da Companhia disponibilizou aos Senhores Acionistas todos os documentos abaixo listados, que encontram-se consolidados e disponíveis no Sistema de Envio de Informações Periódicas e Eventuais – IPE da CVM, na categoria “Dados Econômico-Financeiros”, tipo “Demonstrações Financeiras Anuais Completas”:

- (i) Demonstrações Financeiras e notas explicativas;
- (ii) Relatório Anual da Administração sobre os resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 (reapresentação);
- (iii) Parecer dos Auditores Independentes;
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal;
- (v) Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos;
- (vi) Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2014;
- (vii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e
- (viii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

\*\_\*\_\*

## ANEXO I

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA**

#### **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

#### **CONVOCAÇÃO**

São convocados os Senhores Acionistas da Forjas Taurus S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia”) a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida do Forte n.º 511, cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 30 de abril de 2014, às 9:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

##### Em Assembleia Ordinária:

- (vi) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Comitê de Auditoria e Risco, o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013;
- (vii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2014;
- (viii) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2014;
- (ix) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia;
- (x) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2014, fixando a remuneração global no montante de até R\$503.196,00, equivalente a 10% da remuneração global da diretoria estatutária;
- (xi) Examinar, discutir e votar a rerratificação das Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, das contas dos administradores, do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, do Parecer do Comitê de Auditoria e Risco e do Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo todos os pareceres reemitidos sem qualquer ressalva ou divergência.

##### Em Assembleia Extraordinária:

- (i) examinar, discutir e votar a proposta de alteração do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, de modo a aclarar a ausência de limitação referente à remuneração anual, quando a participação decorra de remuneração a ser paga no âmbito de planos de incentivo, estímulo ou participação.

#### **Instruções Gerais:**

- Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) e de relações com investidores da Companhia ([www.taurusri.com.br](http://www.taurusri.com.br)).
- A Companhia procederá a publicação, no “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul” e no “Jornal do Comércio”, em suas edições do dia 31/03/2014, dos seguintes documentos: (i) Relatório da Administração; (ii) Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31/12/2012 e 31/12/2013; (iii) Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, e (iv) Pareceres do Conselho Fiscal. A Companhia publicará ainda, na mesma data, de forma condensada, no “Valor Econômico”, editado na cidade de São Paulo, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados e outros demonstrativos relativos aos exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2013.
- Para poder participar da Assembleia, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar: (i) documento de identidade; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data de realização da Assembleia, ou, relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do Acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes bastantes).
- Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem, preferencialmente até às 18:00 horas do dia 28 de abril de 2014, o envio de cópia dos documentos

de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos via fac-símile para o número (51) 3021-3110, em atenção à Área de Relações com Investidores (A/C Dóris Wilhelm, Felipe Gaspar Oliveira, ou Guilherme Palhares); por e-mail para [ri@taurus.com.br](mailto:ri@taurus.com.br) ou [doris.wilhelm@taurus.com.br](mailto:doris.wilhelm@taurus.com.br); ou, ainda, para o seguinte endereço: Avenida do Forte, n.º 511, Vila Ipiranga, CEP 91360-000, Porto Alegre, RS – Brasil, A/C Doris Wilhelm.

Porto Alegre, 28 de março de 2014.

**Luis Fernando da Costa Estima**  
*Presidente do Conselho de Administração*

\*\_\*\_\*